



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 094.3.55.0

DATA: 26/04/17

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 17h20min

TÉRMINO: 22h31min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 094ª Sessão, em 26 de abril de 2017

Presidência dos Srs.:

ÀS 17 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 481 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zarattini

O SR. CARLOS ZARATTINI - Peço novo painel.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço a leitura da ata e novo painel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não faz nenhuma diferença, porque uma coisa vai cobrir a outra, Deputada. O tempo será o mesmo para a leitura da ata ou um novo painel. Eu acredito que seja inócuo, mas, se V.Exa. quiser, o Deputado pode fazer a leitura.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Eu gostaria, Sr. Presidente, de ouvir a leitura da ata com todo o relato do relatório.

Obrigada.



O SR. CARLOS ZARATTINI - E com a Deputada Laura Carneiro lendo. Nós gostamos muito da voz dela. Ela é muito boa.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a ata só diz o que aconteceu. Não há necessidade de fazer relato do relatório. A Deputada está ficando louca.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de convocar todos os Parlamentares a registrar presença em plenário, para que nós possamos iniciar a discussão dessa matéria importante, a reforma trabalhista.

(Leitura da ata. Manifestação no plenário.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bancada do PT, não registre a presença.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Muito bem, Deputado Assis Melo! Metalúrgicos presentes no plenário!

(Manifestação no plenário.)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. não pode permitir que esta Casa seja transformada em um picadeiro! Esse é o argumento da Oposição: linguagem de picadeiro e nariz postiço!

(Manifestação no plenário.)

O SR. PAULO PIMENTA - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Isto aqui não é circo, Presidente.

O SR. CHICO LOPES - Em traje de militar pode, por que ele não pode?

(Tumulto no plenário.)

(Apupos.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Carlos Zarattini, por favor!

Ele, não.

Só vai falar no plenário quem estiver vestido como os costumes desta Casa, sim, senhor.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não vai falar, não.

Só vai falar na Casa quem estiver de terno e bem vestido.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não vai ganhar no grito, não.

(Tumulto no plenário.)

(Manifestação no plenário: Fora, Temer!)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - De terno. Desculpe-me, mas tem que ser de terno.

O Relator leu o relatório, e isso não consta no Regimento Interno como obrigação, mas como tradição. A roupa do Parlamentar também é uma tradição desta Casa, sim, senhor.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Do policial é farda.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PAULO PIMENTA - Presidente Rodrigo Maia...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, existem Deputados aqui vestindo farda.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Trabalhador não pode usar roupa de trabalho, Presidente Rodrigo Maia?



O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Palhaço!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Delegado Edson Moreira tem a palavra.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Essa é a roupa que o trabalhador brasileiro usa. V.Exas. não querem olhar para o trabalhador vestido com uma roupa de trabalho?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Tire o palhaço do picadeiro, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Acabe com essa palhaçada, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - V.Exas. não querem olhar para alguém que se veste com roupa de trabalho de metalúrgico!?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - Nós estamos aqui.

O SR. PAULO PIMENTA - Presidente Rodrigo Maia...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - É o metalúrgico. O metalúrgico se veste assim!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não vai falar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - O trabalhador se veste assim!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Coloque o terno e venha falar.

O SR. PAULO PIMENTA - Presidente Rodrigo Maia...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - É possível ver aqui?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não vai falar.

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, por gentileza...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Não é possível, Sr. Presidente!

(Não identificado) - Nós estamos aqui, Sr. Presidente.



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - (*Ininteligível*) dizer que a roupa de um trabalhador não é adequada.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Tire o palhaço do picadeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. um tempo para falar sobre uma questão importante.

A bancada feminina hoje conseguiu uma grande vitória. Não seria justo não agradecer ao Relator.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Este é o argumento da Esquerda: picadeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Nós conseguimos, Sr. Presidente, com relação às áreas insalubres que a mulher brasileira possa decidir, através do seu médico, quando aquela área é pouco insalubre, se ela vai ou não ser atendida.

Sr. Presidente, nós conseguimos o mais importante: aplicar uma multa ao empregador no caso de não pagar o mesmo salário à mulher brasileira, ou seja, no caso de ela não receber o mesmo salário que o homem.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, tire o palhaço e a palhaça do picadeiro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Cada um fale na sua vez. A Deputada Laura Carneiro está com a palavra. Depois falará o Deputado Paulo Pimenta. É só respeitar, e nós vamos seguir a ordem dos trabalhos.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Pajem de picadeiro!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada Laura Carneiro, V.Exa. pode falar. (*Manifestação no plenário: Fora, Temer! Fora, Temer!*)

A SRA. LAURA CARNEIRO - Eu participei da Comissão Especial da reforma trabalhista. Queria falar de alguns pontos de avanço e dizer antes, Sr. Presidente, uma questão vital. É importante que fique claro que essa reforma não tira os direitos constitucionais do trabalhador. (*Manifestação no plenário: Tira!*)

Não tira, porque não muda a Constituição Federal. Não tira as férias, não tira o 13º, não tira os adicionais que foram regulados nesta casa em 1988, sem a assinatura do PT.

Não é justo, Sr. Presidente! Eu nunca politizo, mas não é justo mentir para a população. Não há fim do 13º! Não há fim! Não há fim, porque essas são matérias reguladas na Constituição Federal.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta Casa é uma Casa que representa o conjunto do povo brasileiro. Nós, em várias sessões, respeitamos aqui o capitão da Polícia Militar de São Paulo que vem fardado à sessão e inclusive já presidiu os trabalhos, fardado como Policial Militar.

Nós já assistimos aqui, de jalecos da Saúde, Parlamentares da Frente da Saúde usarem o microfone, falarem e participarem normalmente da sessão.

Não é razoável que um metalúrgico, que simboliza aqui o conjunto da classe trabalhadora num dia histórico, em que nós estamos votando questões que dizem respeito a milhões de brasileiros e brasileiras, não seja respeitado da mesma



maneira que outras categorias e que outros setores que sempre foram respeitados, ouvidos e tiveram oportunidade.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Paulo Pimenta, só para esclarecer e eu lhe dou a palavra rapidamente:

ATO DA MESA Nº 63

DE 1980

Art. 1º.....

§1º São consideradas dependências privativas o Plenário das sessões, a sala de reunião das Comissões, a sala do café, o salão que circunda o Plenário e as tribunas de imprensa especial.

.....
§3º É obrigatório o uso de traje passeio completo ou uniforme nas dependências referidas no §1º.

Então, está resolvido. Isso não é uniforme de trabalho.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- É uniforme, Sr. Presidente!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Peço 1 minuto, Presidente, 1 minuto para o Deputado Orlando Silva.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. vai falar como diz o Regimento Interno. Isso aqui não vai virar uma desordem. Nós vamos votar.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Questão de ordem, art. 226.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Qual é o artigo do Regimento, Deputada?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Art. 226.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, o Deputado não feriu o Regimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Eu quero som!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite...

(Não identificado) - Ele não é médico, nem enfermeiro. O Capitão Augusto é militar...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, V.Exa. me permita dizer que nós estamos em um debate de ampla importância nacional.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem, art. 226.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós estamos diante de um debate de ampla importância nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não parece, Deputada. O debate é na tribuna, trocando ideias. Não é dessa forma.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Art. 226!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Os símbolos que passamos aqui estão ecoando lá fora também. Eu pediria a V.Exa. até que reconsiderasse, porque não é bonito olhar de forma para dentro da Câmara dos Deputados, um metalúrgico olhar hoje aqui dentro e ver que um dos poucos colegas da categoria que ele tem aqui dentro não pode se vestir com a roupa de trabalho de um trabalhador.



Já não basta estarem tirando direitos de trabalhadores, ainda se passa uma humilhação, a ideia de que o trabalhador não é bem-vindo, de que o trabalhador não merece respeito, não é respeitado, Sr. Presidente.

(Não identificado) - É muita bobagem. É muita bobagem. Pelo amor de Deus. Só fala besteira.

(Intervenções simultâneas.)

Por isso não cabe quando V.Exa. passa a correção ao colega Parlamentar

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - O colega não feriu o decoro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu não disse isso! Eu disse que ele não vai falar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Ele não feriu o Regimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem, Sr. Presidente!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Ele está na livre manifestação do seu mandato.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu, Deputado Orlando Silva, peço a palavra por 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Com todo o respeito a V.Exa., eu acho que foi injusto se dirigir ao Deputado Assis Melo e desrespeitar a sua forma de se vestir.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, tem um Deputado que é salva-vidas. Ele vai vir de sunga!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - É dessa forma que ele se veste na fábrica, como metalúrgico.

O SR. CAETANO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem, art. 226, Sr. Presidente!

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, só um esclarecimento sobre o ato da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem!

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, eu, Deputado Orlando Silva, peço a palavra por 1 minuto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - A questão de ordem precede.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Já que eu fui citado, deixem-me falar. Eu estou aqui fardado, mas a farda respeita o ato normativo da Casa que trata da obrigatoriedade do traje. Isso aqui é um paletó, apenas com os adornos militares. Estou de camisa, gravata, calça e sapatos.

Sem desrespeitar o Deputado aqui presente, não tem nada a ver com a norma da Casa a roupa que ele está usando. Quero só justificar isso aqui.

Respondendo ao Deputado do PT que fez críticas à questão da farda, estou trajado de acordo com as normas da Casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, eu quero contestá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Deputada fará uma questão de ordem, Deputado.



A SRA. JANDIRA FEGHALI - Art. 226.

O SR. LUIZ SÉRGIO - O metalúrgico está a caráter!

O SR. CAETANO - Questão de ordem, Sr. Presidente!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Por favor! Questão de ordem, art. 226.

(Não identificado) - Sr. Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Por favor, eu quero fazer a questão de ordem.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Faltou apenas um nariz vermelho! Ele se esqueceu do nariz. *(Ininteligível)*

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente...

O SR. CAETANO - Sr. Presidente, eu quero contestar o Deputado Capitão Augusto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Espera aí! Eu pedi uma questão de ordem. Por favor!

O SR. SABINO CASTELO BRANCO - Sr. Presidente, nós queremos ver, mas as placas não deixam.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - V.Exa. vai botar a segurança para retirar o Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei, Deputado. Vai sair!

O SR. SABINO CASTELO BRANCO - Nós queremos trabalhar!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - V.Exa. vai colocar a segurança para retirar o Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, Deputada!

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Ah, bom!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, não se trata de “ah, bom”, não. V.Exa. me conhece e sabe que eu não tenho esse perfil.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Questão de ordem. Art. 226. Fazem parte do exercício do mandato: “III - fazer uso da palavra; VI - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício do mandato”.

Aqui neste plenário, não só a farda militar não está dentro da resolução, como a bombacha e o chapéu de outros Deputados não estão. O Deputado Assis está de gravata, está de camisa, está de calça, está de sapato e cobre o seu corpo como se fosse um paletó com macacão. Ele não pode ser impedido de falar. O que lhe dá o direito à fala é o voto popular, não é uma resolução que determina vestimentas.

Aliás, nós já vivemos aqui a tentativa do *dress code* das mulheres, que foi abolido. Neste momento o Deputado Assis está descentemente vestido como um simbolismo da classe trabalhadora, da qual ele faz parte. O Deputado Assis é operário, metalúrgico da fábrica, soldador, e veio vestido como ele é, não está desrespeitando a Casa.

Ele está cumprindo o exercício do seu mandato. Então não é possível impedi-lo de falar. É o direito do seu mandato pelo voto popular, segundo o art. 226.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ele tem que vir todo dia assim, Sr. Presidente. Ele tem que vir toda sessão desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Efraim Filho, como Líder do DEM, que tem preferência.



O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, toda essa algazarra que estamos vendo neste momento acaba coincidindo com outro fato bastante pitoresco, que foi exatamente o documento divulgado pelo Partido dos Trabalhadores intitulado *Seis Medidas Emergenciais para a Recuperação da Economia do Emprego e da Renda*.

Ao falar sobre esse tema, acho importante verificar a necessidade de respeitarmos não só os Parlamentares, mas acima de tudo respeitarmos os nossos cidadãos sem jamais afrontar a inteligência alheia.

Digo isso porque o documento do PT faz justamente o contrário: trata o povo brasileiro como de inteligência inferior, alienado e ignorante. Como se o povo brasileiro não soubesse da grave situação que atravessamos e ignorasse quem a provocou.

Vejam os senhores que as tais seis medidas são na verdade quase 30 ações voltadas para o combate à crise que nos assola. Crise essa que é a maior de toda a nossa história e que foi criada pelo mesmo PT que agora nos propõe saídas emergenciais. Foram exatamente as políticas equivocadas desse partido, sua má gestão e corrupção generalizada que nos trouxeram a uma situação de desemprego nas alturas, confiança e investimento no chão, contas públicas em fiangalhos, entre outras mazelas que nossa população já conhece bem. Felizmente já há indicações de que estamos saindo dessa crise sem precedentes, com grandes possibilidades de termos crescimento econômico já no 1º trimestre deste ano e, ao contrário do que ocorria nos governos petistas, com efetivo combate à inflação.

Para ilustrar o absurdo que representa esse documento do PT, começo por medidas ali sugeridas que dizem respeito à PETROBRAS.



Vejam só o que o PT diz sobre a PETROBRAS — pasmem senhores: é preciso “impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobras”, “restabelecer os planos de investimento da Petrobras”, de forma a “recuperar o papei central da empresa”.

Sugerem isso como se não tivessem tomado de assalto a empresa, quase destruindo-a por conta da má gestão e de práticas de corrupção sem precedentes. O PT fala em impedir a destruição da PETROBRAS. Isso soa como verdadeira ofensa aos ouvidos do povo brasileiro, dono dessa empresa tão importante.

Continuando a enumerar os absurdos ali propostos, sugerem medidas como se tivéssemos recursos sobrando, como se eles não tivessem provocado o caos em nossas contas públicas, mediante suas pedaladas e seus gastos explosivos. Dizem diversas coisas e, entre outras medidas, demandam montanhas de recursos públicos.

É óbvio que todos nós também gostaríamos de gastar dinheiro de forma desenfreada, nessa sangria desatada que o PT sempre fez. Mas é óbvio que temos que aliviar o sofrimento de milhões de brasileiros em dificuldade. Pena que os Governos petistas não deixaram espaço para isso tamanha a irresponsabilidade com que lidaram com o dinheiro público.

É espantoso ver que o PT sugere medidas como se nunca tivesse governado este País. Vejam que, dentre as ações sugeridas pelo PT, está a de reduzir a taxa básica de juros e os ganhos bancários no crédito dos bancos oficiais para empresas e famílias.

Por que vocês não fizeram isso quando governaram o Brasil? Vocês são vendedores de ilusões, são vendedores de promessa, enquanto hoje, sim, o



Governo vem reduzindo os juros a um ritmo notável, e vem fazendo isso sem provocar descontrole inflacionário, com base em sólidos fundamentos.

Nos Governos petistas, tentaram reduzir a taxa na base da canetada, e acabaram provocando o descontrole inflacionário que nos assolava até o Governo anterior, beirando os 11%. O PT, com a sua famigerada nova matriz econômica — inclusive, há vários aspectos repetidos no documento —, destruiu a economia do País, e agora vem posar de salvador de Pátria. Sem qualquer constrangimento, apresenta um documento com propostas requeentadas, de comprovado insucesso, e cuja execução se torna inviável diante do caos econômico em que esse próprio partido nos jogou.

Enfim, a nossa população não merece ser tratada com desfaçatez. O povo é inteligente e sabe quem é o responsável por hoje termos mais de 13 milhões de desempregados. O que se propõe são mais empregos e mais oportunidades. Estão na fila 13 milhões de desempregados, para conseguir uma oportunidade que o PT lhes retirou. São pais, mães de família, jovens do primeiro emprego, que hoje estão passando a angústia de perder a oportunidade de colocar o pão na mesa da sua família, de pagar a conta da farmácia, a escola dos filhos.

E parece que não sobra aos petistas sequer o constrangimento, para que possa sim aprovar as medidas de renovação que são importantes, modernizar as relações, modernizar as instituições.

Este Plenário está consciente do seu papel, da dimensão social disso e do patriotismo que é aprovar as medidas que o País e a Nação esperam de cada um de nós, Sr. Presidente.



Então, conclamo as Sras. e Srs. Deputados para que deixem a politicagem politqueira de lado, tenham convicção e assumam posição a favor do Brasil, aprovando, Sr. Presidente,... *(Desligamento automático do microfone.)*

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta Tribuna com o objetivo de tecer comentários a respeito de documento recém divulgado pelo PT, intitulado “Seis Medidas Emergenciais para Recuperação da Economia, do Emprego e da Renda”.

Ao falar sobre o tema acho importante também chamar a atenção dos Srs e da população que nos vê e escuta para a necessidade de respeitarmos nossos cidadãos, sem jamais afrontar a inteligência alheia. Digo isso porque o documento do PT faz justamente o contrário: trata o povo brasileiro como de inteligência inferior, alienado e ignorante. Como se o povo brasileiro não soubesse da grave situação que atravessamos e ignorasse quem a provocou.

Vejam os Srs que as tais 6 medidas são na verdade quase 30 ações voltadas para o combate à crise que nos assola. Crise essa, e aqui é importante que sempre lembremos disso, que é a maior de toda a nossa história e que foi criada pelo mesmo PT que agora nos propõe “saídas” emergenciais.

Foram exatamente as políticas equivocadas desse partido, sua má gestão e corrupção generalizada que nos trouxeram a uma situação de desemprego nas alturas, confiança e investimento no chão, contas públicas em fiangalhos, entre outras mazelas que nossa população já conhece bem. Felizmente, já há indicações de que estamos saindo dessa crise sem precedentes, com grandes possibilidades



de termos crescimento econômico já no 1º trimestre deste ano e, ao contrário do que ocorria nos governos petistas, com efetivo combate à inflação.

Para ilustrar o verdadeiro absurdo que representa esse documento do PT, começo por medidas ali sugeridas que dizem respeito à Petrobras. O PT, pasmem os Srs e Sras, sugere “impedir e reverter a fragmentação, destruição e privatização da Petrobras”, “restabelecer os planos de investimento da Petrobras”, de forma a “recuperar o papel central da empresa”. Sugerem isso como se não tivessem tomado de assalto a empresa, quase destruindo-a por conta da má gestão e de práticas de corrupção sem precedentes. O PT falar em “impedir a destruição da Petrobras” soa como verdadeira ofensa aos ouvidos do povo brasileiro, dono dessa empresa tão importante.

Continuando a enumerar os absurdos, sugerem medidas como se tivéssemos recursos sobrando, como se eles não tivessem provocado o caos em nossas contas públicas, mediante suas pedaladas e gastos públicos explosivos. Dizem para “retirar da pauta a reforma da Previdência”, para “revogar a emenda do teto dos gastos”, “aumentar seguro-desemprego”, “aumentar o bolsa-família”, “garantir aumento real do mínimo”, “ampliar investimentos em educação e saúde”, entre outras medidas que demandam montanhas de recursos públicos. Óbvio que eu também gostaria de adotar algumas dessas medidas, de forma a aliviar o sofrimento de milhões de brasileiros em dificuldade. Pena que os governos petistas não deixaram espaço para isso, tamanha a irresponsabilidade com que lidaram com o dinheiro público.

É espantoso ver que o PT sugere medidas como se não tivesse governado o país por longos 13 anos. Veja que dentre as ações sugeridas encontramos “reduzir a taxa básica de juros” e “reduzir os ganhos bancários no crédito dos bancos oficiais



para empresas e famílias”. Por que não fizeram isso enquanto governaram o País? Aqui é importante notar que o governo atual vem reduzindo os juros a um ritmo notável. E vem fazendo isso sem provocar descontrole inflacionário, com base em sólidos fundamentos. Nos governos petistas tentaram reduzir a taxa na base da “canetada” e acabaram provocando o descontrole inflacionário que nos assolava até o governo anterior, com a inflação beirando 11% ao ano mesmo com toda a recessão que já enfrentávamos.

O PT, com sua famigerada “nova matriz econômica”, que inclusive tem vários aspectos repetidos no documento que ora comento, destruiu a economia do País e agora vem posar de “salvador da pátria”. Sem qualquer constrangimento, apresenta um documento com propostas requentadas, de comprovado insucesso, e outras cuja execução se torna inviável diante do caos econômico que esse próprio partido nos legou.

Enfim, nossa população não merece ser tratada com tamanha desfaçatez. O povo é inteligente e sabe quem é o responsável por hoje termos mais de 13 milhões de desempregados. Sabe quem provocou uma crise fiscal sem precedentes, por meio de uma ganância irresponsável e maquiagem das contas. Sabe distinguir vendedores de ilusões, somente preocupados com as “boquinhas” proporcionadas pelo poder, daqueles de fato comprometidos com o bem-estar dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra, para falar como Líder.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui num momento importante de transição da vida brasileira. Nós estamos aqui para restaurar a economia do



nosso País. Nós estamos aqui para restaurar as relações de trabalho e o momento do mercado de trabalho brasileiro. Nós estamos aqui para restaurar as instituições do nosso Brasil. Este é um momento de transição da vida brasileira.

E o que nos trouxe a essa transição? O que nos trouxe a essa transição foi o maior dos desarranjos já feitos na economia deste País por medidas equivocadas, por medidas que levaram o Brasil à bancarrota, que nos levaram a maior crise econômica já vivenciada na história deste País, que desorganizou o mercado de trabalho, que desorganizou a vida do País, que fez com que o trabalhador perdesse 13,5 milhões de empregos, que estavam à disposição da sociedade e que estavam fortalecendo a economia deste País.

Foram esses os desacertos, somados à maior fraude, à maior movimentação de corrupção deste País, montada no Governo anterior, que nos trouxeram até aqui, na forma e no conteúdo em que nós estamos.

Quando eu vejo essa manifestação que está sendo feita aqui, como outras semelhantes, penso que elas deveriam estar explicando a crise que nos trouxe até aqui, elas deveriam estar aqui explicando todo o movimento de corrupção, todo o movimento da vida nacional, que foi maltratada, que foi deixada no limbo e que foi trazida às condições em que nós estamos.

É por isso que este momento é importante, após termos recebido um bom debate, uma boa discussão, uma boa formulação das reformas deste País — a reforma trabalhista, a reforma previdenciária —, além das diversas medidas que foram adotadas em nome do equilíbrio fiscal para o nosso País, em nome da retomada da possibilidade de gestão equilibrada, em nome da retomada de um



Brasil que possa responder aos seus filhos, que possa responder à Nação, que possa responder todas aquelas questões que são esperadas pelo País.

Ao mesmo tempo, nós não podemos conviver com mentiras, que escondem aquilo que nos trouxe até aqui, que escondem os responsáveis por aquilo que nos trouxe até aqui — que não querem discutir, não querem ver o que se passa pelo Brasil, pelo País afora.

Nós não podemos conviver com o risco de termos empresas indo para os países vizinhos, empresas importantes, empresas de grande porte do País, que vão para os países vizinhos, como o Paraguai, para poder lá encontrar condições de funcionamento e relações de trabalho capazes de fazer a promoção das empresas e gerar, lá, riquezas, gerar, lá, renda e, ao mesmo tempo, suprimir empregos em nosso País.

Nós temos que criar as condições brasileiras para isso. Nós temos que criar as condições que nos permitam restaurar essa relação de trabalho, que foi sacrificada, que foi danificada. Houve momentos em que eles tiveram a oportunidade de fazer alguma movimentação, mas não o fizeram. Agora, cabe-nos essa responsabilidade.

Agora, cabe-nos a obrigação de respondermos, enquanto Parlamento, por um Brasil que quer buscar o seu novo espaço, por um Brasil que quer buscar a sua possibilidade de geração de emprego e renda, que quer, na flexibilização das relações de trabalho, poder oferecer àquele que está se somando ao conjunto de trabalhadores desempregados — sem direito digno ao trabalho, sem direito digno de ter, no dia-a-dia, o seu ponto de encontro com a sua atividade econômica, o seu ponto de encontro com a perspectiva de receber o salário ao final do dia, ao final do



mês, ao final do ano —, responsabilmente, aquilo que nos é demandado, aquilo que nos é exigido neste momento brasileiro.

Da mesma forma, nós vamos enfrentar, ao longo da próxima semana, no mês de maio, o debate envolvendo a Previdência. É um debate que as pessoas já fizeram em outros Governos, que já tentaram promovê-lo ou propô-lo, mas que recuaram. Seja por conforto, num primeiro momento, ou por omissão ou falta de base, num segundo momento, eles não puderam fazê-lo, não quiseram fazê-lo.

Neste momento, a nossa responsabilidade é buscar essa resposta, estruturar as instituições brasileiras, estruturar a Previdência brasileira, dar à previdência a sustentabilidade de que ela precisa.

Neste momento, debatemos um trabalho feito pelo Deputado Rogério Marinho, um trabalho feito com o Deputado Daniel, com a Comissão, que ouviu aproximadamente 800 pessoas e entidades que as representam, que trouxe das ruas, da sociedade contribuições importantes, para que pudéssemos dar as respostas necessárias às relações de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria chamar todos para que não tergiversassem sobre as responsabilidades passadas que nos trouxeram até aqui, para que não tergiversassem sobre as responsabilidades daquele momento que nos trouxeram a essa situação, para que não tergiversassem e tentassem transferir para terceiros ou para outros responsabilidades do ponto de vista moral, ético, que nos trouxeram a esse descalabro que estamos vivendo neste momento.

Por isso, em nome da Liderança da Maioria, e como Deputado que estou nesta Casa no terceiro mandato, acompanhando todo esse debate, todo esse histórico, que foi criado, construído, reafirmo a posição clara e firme de que temos



que oferecer ao Brasil condições seguras nesse processo de transição. Nós temos que oferecer ao Brasil um ambiente seguro. Nós temos que oferecer ao trabalhador brasileiro condições seguras, para que lhes permitam sobreviver em percurso e em garantia através do suor do seu rosto, do seu trabalho e das condições que nós, aqui, haveremos de criar — e as estamos criando.

Este não é um trabalho individual. Este é um trabalho coletivo. Este debate é até compreensível no dissenso, é até compreensível no embate, é até compreensível na contraposição de posições, mas não é compreensível nas tergiversações, não é compreensível nas formas falsas de atribuírem a outros aquilo que deveria ser atribuído a si próprio antes de trazerem a forma dessas manifestações aqui dentro.

Por isso, Presidente, Sras. e Srs. Deputados e aqueles que nos ouvem, temos que dar respostas ao nosso povo brasileiro. E essas respostas estão aqui nos nossos microfones, estão aqui nos nossos debates, estão aqui nas nossas interlocuções que fazemos com diferentes segmentos da sociedade.

Temos certeza de que essas contribuições, de que essas interlocuções farão parte aqui de maneira madura, de maneira clara, de maneira insofismável que o povo brasileiro espera. Nessa transição de governo que tenhamos a possibilidade de retomar as atividades da economia brasileira, que já dão sinais dessa retomada, de fortalecer essa retomada, de propiciar que cheguemos ao final de 2017 e entremos em 2018 com capacidade de dizer à sociedade que o que está sendo feito é de maneira correta, que o resultado do que está sendo feito terá valido a pena. Haveremos de oferecer um debate nacional ao longo de 2018 quando das eleições para presidente, Senador, Governador, Deputados Federais e Estaduais, um Brasil



capaz de ser compreendido, que cumpriu o seu papel nessa transição, como um Parlamento que teve a capacidade e a coragem de responder nessa transição aquilo que lhe foi exigido, aquilo que lhe foi esperado, aquilo que foi necessariamente colocado em nossas mãos.

Teremos orgulho disso lá na frente.

Não fazemos isso com medo do que venha a acontecer nas eleições, ou com qualquer preocupação com isso, mas sim com a segurança de quem cumpriu o seu papel na hora em que foi chamado pela história, para responder à sua presença com galhardia, dignidade e, principalmente, capacidade de restaurar o Brasil do ponto de vista econômico, ético, moral e dando as respostas que a sociedade esperava e espera de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Baleia Rossi, pela Liderança do PMDB. S.Exa. tem preferência para o uso da palavra.

A Liderança tem preferência à questão de ordem. O Líder Baleia Rossi está com a palavra. Há uma lista de Líderes para falar.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara*, hoje é um dia muito especial neste Parlamento, porque vamos votar matérias importantíssimas para a retomada do emprego e do desenvolvimento do nosso País.

O Presidente Michel Temer tem o desafio e já está fazendo isto: colocar o País nos trilhos novamente. Ele pegou o Governo num período de muita dificuldade,



com uma crise econômica jamais vista. Havia 13 milhões de desempregados, e o gasto público estava absolutamente descontrolado.

E, infelizmente, quem paga esta conta é o trabalhador, principalmente aquele que, ao longo do último Governo, ficou desempregado graças a essa irresponsabilidade.

O Presidente Michel Temer mandou para esta Casa medidas saneadoras e fundamentais para que o Brasil voltasse a ter credibilidade. Lembro-me da luta na votação, na discussão e no debate da PEC do Teto dos Gastos Públicos.

E esta Câmara dos Deputados teve o compromisso com o País de votá-la, sinalizando para todos que o Governo não pode ter a irresponsabilidade de gastar aquilo que não tem. E esta Câmara dos Deputados ajudou a dar um sinal para todos de que é possível governar com responsabilidade.

Agora, o País já começou a apresentar um novo clima. Na economia, os índices econômicos do começo deste ano já demonstram que além de o País estar nos trilhos, ele tem tudo para crescer, para se desenvolver e para fazer aquilo que eu acho que nos une: gerar empregos.

É muito triste ver que há 13 milhões de desempregados em nosso País.

Treze milhões de homens e mulheres aptos a trabalhar, com força de trabalho, com vontade de dar dignidade para as suas famílias, só recebem porta na cara. Eles não conseguem se recolocar no mercado de trabalho pelas dificuldades que eu já comentei aqui.

Portanto, neste momento, o Governo Federal envia um projeto de modernização das nossas leis trabalhistas. O País é diferente de 50 anos atrás. Ele tem tecnologia, modernidade.



É preciso também fazer com que as nossas leis deem oportunidade àqueles que querem empregar. É impossível não pensar nesses 13 milhões de desempregados. Nós temos a responsabilidade de abrir uma porta de esperança para que essas pessoas tenham uma oportunidade de emprego, para dar oportunidade e dignidade às suas famílias.

Eu destaco o trabalho do Deputado Daniel Vilela, do meu partido, PMDB, que foi indicado para ser o nosso Presidente. Ele comandou a Comissão com muita serenidade, com democracia, com amplo debate, escutando centenas de pessoas, debatendo, dialogando.

Da mesma forma, eu destaco o trabalho do nosso Relator, Deputado Rogério Marinho, que conversou com todas as bancadas, com as entidades, com todos aqueles que quiseram debater esse assunto.

E eu acredito que nós, aprovando esta lei, esta modernização das leis trabalhista, vamos dar uma resposta positiva para esses 13 milhões de brasileiros. Todos os projetos que estamos votando nesta Casa, discutindo à exaustão, só valerão a pena se conseguirmos o desafio de aumentar o número de empregos no nosso País.

Se nós pegarmos os índices oficiais, depois de dois anos de desemprego aumentando, aumentando — a cada mês mais desempregados do que oportunidade de novos empregos, isso é muito triste! — nos últimos dois meses, já temos um resultado positivo, graças ao trabalho, em parceria, do Governo Federal com esta Casa.

Eu tenho certeza de que esses índices positivos de emprego, que ainda são tímidos, vão deslanchar com a votação da modernização das leis do trabalho. Por



isso, venho aqui, hoje, pedir o apoio de todos os Deputados do PMDB. Nós temos responsabilidade com o nosso País! Nós temos a responsabilidade de dar uma esperança de emprego, de oportunidade para esses 13 milhões de pessoas.

E mais, e mais, além dos 13 milhões de desempregados, temos 40 milhões de homes e mulheres que vivem na informalidade. Se nós dermos segurança jurídica, o empreendedor vai empregar e o trabalhador que está desempregado vai ter oportunidade de dar dignidade à sua família.

É importante dizer que, nesta modernização, não existe a retirada de nenhum direito do trabalhador; nenhum direito do trabalhador está ameaçado. Claro que a Oposição, para fazer um discurso fácil, cria factoides, cria frases de efeito para tentar confundir a população, e isso não é correto.

Nós estamos aqui trabalhando pelo País, pelas pessoas. Nós precisamos falar a verdade, aquilo que está no texto.

Eu convido todos que estão em casa em dúvida sobre este projeto a lerem o relatório do Relator Rogério Marinho. É importante que todos conheçam o texto para que algumas questões fiquem claras.

Eu repito aqui: nenhum direito do trabalhador vai ser tirado!

Nós temos algumas mudanças importantes para o trabalhador e para o empregador. Cito como exemplo uma maior flexibilidade nas férias. Se o trabalhador quiser, vai poder dividir as férias em três vezes e não em duas. Isso é bom para o trabalhador.

Na jornada de trabalho também haverá mais liberdade. O projeto mantém a jornada de 8 horas diárias, 48 horas semanais e regulamenta a jornada 12x36, que é uma realidade no nosso País, está apenas regulamentando aquilo que já existe.



Direito de participação nos lucros: o trabalhador poderá ter esse direito, que será negociado pelo sindicato. Isso é extremamente importante para o trabalhador.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

A nova lei também prevê a possibilidade do trabalho em casa, o chamado trabalho remoto, remuneração por produtividade.

(Apitos)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um pouco, espere um pouco, Deputado. Por favor, vamos respeitar a palavra do Deputado. Vamos respeitar. Só tem adulto aqui, pelo amor de Deus.

O SR. BALEIA ROSSI - É natural que quem não tem razão fique gritando no canto, querendo enganar a população.

É importante dizer, de maneira muito clara: não há nenhuma mudança no FGTS, no 13º salário e no seguro-desemprego. Não há nenhuma mudança no FGTS, no seguro-desemprego, nenhum direito do trabalhador vai mudar, nem o 13º, nem o FGTS, nem o salário-desemprego.

Por isso, hoje nós podemos fazer história, votar com responsabilidade, dar oportunidade para esses 40 milhões de trabalhadores informais terem mais garantia e mais dignidade com carteira assinada. E, mais do que isso: recolocar no mercado de trabalho os 13 milhões de desempregados.

Por isso, com muita tranquilidade, com a objetividade que eu sempre tive, peço aos Deputados do meu partido, o PMDB, que acompanhem o relatório do Deputado Rogério Marinho, do Deputado Daniel Vilela, que trabalhou incansavelmente para produzir um texto que é bom para o trabalhador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Assis Melo, para uma questão de ordem.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, o ato diz aqui que é traje e uniforme. Sr. Presidente, essa roupa que eu estou usando é o uniforme de trabalhador. *(O orador tira o paletó.)*

Por isso, Sr. Presidente, nós, além de recebermos insultos de nobres Deputados, que talvez não tenham...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, Deputado, mantenha o paletó. Por favor! Nós não precisamos brigar por isso. Mantenha o paletó, por favor. V.Exa. pode falar à vontade, é democrático, mas com o paletó.

Agradeço-lhe muito. Obrigado.

(Manifestação no plenário: Apitação.)

O SR. ASSIS MELO - Eu, Sr. Presidente, sou proibido de entrar nesta Casa. Os trabalhadores ficam lá no corredor, levando gás na cara, borrachada, porretada. Nós estamos aqui, Sr. Presidente, vestidos adequadamente, simbolizando os trabalhadores, porque eles não entram nas empresas se não estiverem uniformizados. Esse uniforme, Sr. Presidente... Eles não botam essa vestimenta e as tiram a cada minuto, como eu tiro essa máscara aqui. *(O orador tira a máscara.)*

Eles ficam 8 horas vestidos disso aqui, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. São desses trabalhadores que lá na reforma da Previdência vocês querem acabar com a aposentadoria especial. São esses trabalhadores que vocês querem que eles trabalhem até 16 horas dentro de uma fábrica. E aí dizem que não vêm acabar com direitos. O tempo de ir ao banheiro... Olha bem: para tirar toda essa roupa aqui leva tempo, porque não vai ao banheiro assim não. O tempo que se gasta para ir ao



banheiro querem descontar também, para fazer o intervalo de almoço querem aumentar a jornada de trabalho, e aí dizem que não é retirar direito. Se isso não é retirar direito, Sr. Presidente, o que é então?

Então, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade de dar voz aos trabalhadores aqui. Eu, simbolicamente, aqui faço mais uma vez um apelo aos nobres Deputados e às nobres Deputadas para que não votem e não cometam esse crime aos trabalhadores e às trabalhadoras do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 257 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

(Não identificado) - Quanto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma, Deputado, calma. Eu estou só começando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

ITEM ÚNICO

PROJETO DE LEI Nº 6.787, DE 2016 (DO PODER

EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de



janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeremos a V.Exa., nos termos do parágrafo único do art. 83, do Regimento Interno, a retirada de pauta do PL 6.787, de 2016, constante da pauta da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra, para falar a favor, a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só quero fazer um questionamento, antes da Deputada Benedita da Silva.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, hoje é aniversário da Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O microfone está aberto. É só aumentar o som, por favor. *(Pausa.)*

A Deputada Benedita da Silva tem o tempo de 3 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Não, não é o tempo. Eu só quero um questionamento, Sr. Presidente.

Eu ouvi há pouco do chamado Líder da Maioria, que é o Deputado Lelo Coimbra.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso, isso.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Quero dar as boas-vindas a S.Exa.

Eu gosto da democracia, mas eu quero compreender o seguinte: como é que é agora? Tem um Líder do Governo e um Líder da Maioria. Ou seja, dois do lado do Governo, e do lado da Oposição continua tendo só o Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado é só o Líder...

O SR. HENRIQUE FONTANA - São dois pesos e duas medidas?

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma. V.Exa. quer ouvir? *(Pausa.)*

Eu procurei o Líder da Minoria, na semana passada, e pedi a S.Exa. que me indicasse o Líder da Oposição, que mesmo sendo uma linha tênue em relação ao Regimento Interno eu iria indicar, cumprir a indicação, exatamente para que ficassem respeitados: dois para um lado e dois para o outro. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente, obrigado pela informação.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para apoiar... Eu quero agradecer, porque, quando veio essa notícia à pauta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. me pediu isso.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Eu fiz esse pedido a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade.



O SR. ALESSANDRO MOLON - V.Exa. se comprometeu a reconhecer a liderança da Oposição.

Quero cumprimentá-lo por manter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está reconhecido.

O SR. ALESSANDRO MOLON - E nós não tomamos conhecimento de que o Líder da Minoria tinha sido procurado para isso. Estou sabendo agora disso por V.Exa.

Vou pedir à Minoria que realize uma reunião para que os partidos da Oposição indiquem essa liderança.

Parabéns por ter cumprido o combinado corretamente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva, por 3 minutos.

O SR. ARTHUR LIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente!

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, eu quero retirar de pauta este nosso requerimento.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Questão de ordem, Sr. Presidente! Art. 79, inciso VII.

O SR. ARTHUR LIRA - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho!

O SR. ARTHUR LIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requeiro a V.Exa. nos termos do art. 83, parágrafo único...

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, o requerimento foi encaminhado e não pode ser retirado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode ser retirado até a orientação. Assim decidimos nas últimas semanas.

Eu vou passar a palavra, só quero ler o requerimento.

O SR. IVAN VALENTE - Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A bancada do PSOL não foi nem consultada e é contra criar uma nova estrutura!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tudo bem, Deputado. Não tem nova estrutura, porque não tem despesa, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE - Eu não sei do que V.Exas. estão falando. Isso tem que ser uma coisa regimental, discutida publicamente, transparentemente, e não foi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É regimental, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE - Nós não vamos aceitar isso. Não tem nem Líder da Minoria, nem duplo Líder do Governo, nem duplo Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 83, paragrafo único, inciso II, alínea "c" do Regimento Interno, a retirada de pauta da Ordem do Dia do PL 6.787, de 2016.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para orientar, como vota o PMDB?

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o sistema é consolidado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar. Base aliada, tudo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem e até pediria a V.Exa. que me desse a palavra, com todo o respeito que tenho a V.Exa.

O SR. JULIO LOPES - Sr. Presidente, é questão de ordem.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- PMDB vota "não".

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Citando o art. 20, Sr. Presidente, eu queria fazer a leitura dele na sua total transcrição.

Os Líderes da Maioria, da Minoria, dos partidos, dos blocos parlamentares do Governo constituem o Colégio de Líderes, Presidente. Nós já temos um Regimento bastante complacente com a obstrução. Eu não concordo com isso e vou entrar com tudo o que eu puder com relação a essa criação do Líder da Oposição. Isso não faz sentido. V.Exa. está tendo democracia em demasia para o efeito de condução deste Plenário. A Maioria tem que debater com a Minoria, nós temos que respeitar as posições, mas os Deputados não estão aqui para votar 30 requerimentos de retirada de pauta, de adiamento de uma, duas ou três sessões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É só modificar o Regimento, Deputado.



O SR. ARTHUR LIRA - É regimental. É por isso que nós estamos aqui e nós não aceitamos isso. Iremos entrar contra a criação do Líder da Oposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É regimental.

Como vota o PP?

O SR. ARTHUR LIRA - O PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PR?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”! O PR vota “não”!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PT? Concedo a palavra para orientar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota “não”.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores quer antes dizer que este requerimento é da base do Governo...

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A base aliada vota “não”.



A SRA. BENEDITA DA SILVA - ...para não dizer que é apenas a Oposição que está consciente de que é preciso adiar esta votação para que nós possamos amadurecer ainda esta proposta de reforma que fere consideravelmente o direito dos trabalhadores.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A base aliada vota “não”.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - E nós estamos vendo a base do Governo colocar o mesmo requerimento, requerimento que nós iremos apoiar, evidentemente, porque, se a base do Governo está colocando, nós temos mais é que apoiar.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT já sinalizou “não”. Peço a palavra para falar pelo Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu não chamei o Solidariedade.

Como vota o PDT? Depois...

O SR. MAJOR OLIMPIO - Mas já está sinalizado no painel o voto “não”, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para o PDT não está sinalizado nada, Deputado.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Apagou agora, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, pronto!

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO - Apagaram agora, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, pronto.

Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de o PDT se manifestar, peço um esclarecimento à Mesa, a V.Exa.

O que ocorre, Sr. Presidente? Há um requerimento de retirada de pauta do PL 6.787, de 2016, cujo autor é o PP?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim.

O seu tempo está valendo, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS - A curiosidade que me toca, Sr. Presidente, é: como o autor do requerimento de retirada de pauta vota contrariamente ao que ele mesmo propôs?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP muda seu voto para “sim”, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, nós precisamos fazer o jogo da verdade. Eu invoco V.Exa. Nós estamos numa disputa política legítima, séria, responsável, e há por trás disso, Sr. Presidente, uma patranha, uma inverdade. O Governo está fazendo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, os fatos ocorridos neste plenário comprovam...

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, eu não me manifestei.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. se manifestou. O tempo é de 1 minuto para cada partido ou bloco.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Eu estava consultando a Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Os fatos ocorridos neste plenário comprovam que há uma expressiva quantidade de Deputados que rejeitam veementemente essa matéria.

O Relator, que é o mesmo autor da brochura da Escola sem Partido — na verdade, escola com censura —, conseguiu piorar de maneira integral a proposta, que já era ruim.

Essa matéria é extensa e complexa; essa matéria mexe na vida das pessoas. A atitude do Deputado Assis Melo, que é um soldador, um metalúrgico em Caxias do Sul, foi emblemática, porque, de fato, lá na ponta do sistema, o trabalhador ficará desprotegido. Seus direitos estão sendo vilipendiados.

Por isso, aprovamos a retirada de pauta...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PCdoB vota “sim”.

Como vota o Solidariedade?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vai orientar “sim”, pela retirada de pauta. Aliás, o Solidariedade encarece que, em todas as votações, tem se colocado o posicionamento da base, mas o partido tem se posicionado de forma clara nesse



projeto no sentido de que não vai na carruagem real, não, e quer discutir esse projeto.

Então, o posicionamento do Solidariedade é “sim”, pela retirada de pauta.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, pelo PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é uma Casa Legislativa que tem obrigações e responsabilidades para com a sociedade brasileira. O pior dos mundos é a negação, a omissão em relação àquilo que precisa ser votado e debatido.

A nossa bancada, apesar de dividida com relação ao mérito, quer a votação, quer explicitar para a opinião pública brasileira o seu posicionamento, porque o País precisa se reencontrar com o seu desenvolvimento e garantir a governabilidade.

Diante disso, nós votamos “não” ao requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que a mentira está campeando aqui, quando se diz que não são retirados direitos dos trabalhadores, com um discurso de 10 minutos. Para que está sendo feita a reforma? Para atrair capital, para servir os mais de 200 empresários, que deviam se sentir impedidos de votar aqui por legislarem em causa própria.

É lógico que é para tirar direitos. É óbvio que é para tirar direitos! Flexibilização do trabalho diz respeito às convenções da OIT, à Constituição Federal do Brasil.



E mais, só serve ao patronato para ganhar dinheiro, flexibiliza, terceiriza indefinidamente e precariza a situação dos trabalhadores. Essa reforma é antipovo, antitrabalhador e é patronal.

Por isso, o PSOL quer a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PDT, Deputado Pompeo de Mattos?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu agradeço a V.Exa.

A reclamação que fiz tinha procedência, tanto que o PP, autor do requerimento, agora vota "sim", a favor do requerimento dele, mudou a orientação. Mas o PDT, Presidente, não quer a retirada de pauta, não aceita a forma como está sendo feita. Nós temos muito claro que essa proposta de reforma, ou deforma, dos direitos trabalhistas é para precarizar; é inaceitável. Vai valer, Presidente, não mais a lei, vai valer o acordado. Sobre a lei terá o acordo do cidadão.

Então, vamos fazer assim também no Código Penal, Presidente, aí os bandidos combinam um duelo e ninguém julga os bandidos, porque um mata o outro e está resolvido.

Não, eu quero leis que regulem os homens e não homens que regulem as leis. Leis trabalhistas para serem cumpridas de forma decentemente.

O PDT orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSC?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC acompanhou e avaliou esta matéria desde o início. Cumprimos, inclusive, a qualidade da produção da relatoria do Deputado



Rogério Marinho. Ficou muito bom, é uma flexibilização necessária, neste momento; é um projeto moderno que vai gerar trabalho remunerado para milhões de brasileiros que ficaram à míngua depois de tantos anos de desmando, de incompetência, de corrupção pelos governos que assumiram no início deste milênio.

Eu, então, queria complementar dizendo que esse projeto vai criar, sim, condições de nós sairmos dessa situação calamitosa em que está a nossa economia.

O SR. ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, a Rede.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Esse projeto vai criar, sim, condições plenas de nós...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encerrar, é 1 minuto só, Deputado.

Como vota o PSC, Deputado?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Eu vou encerrar, Presidente.

Então, o PSC recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? Depois, falarão PROS e Minoria.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

“Art. 442-B. A Contratação do autônomo, cumprida por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.”



Sabe o que é isso? É a possibilidade de contratar uma pessoa física como autônoma. Ela vai recolher 20% do INSS, como se fosse uma empresa; não vai ter direito a 13º, férias, Fundo de Garantia.

Isso daqui está no texto. Isso é proteção ao capital, em detrimento do mais pobre, com desculpa de que o desemprego está acontecendo pela instabilidade política. O desemprego está acontecendo pelo roubo que fizeram. Estão retirando direitos do povo, e nós não vamos aceitar.

A Rede vota "sim".

O SR. RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, embora o PROS esteja no bloco do PTB...

O SR. ALIEL MACHADO - Foi dito pelo Deputado André Figueiredo, e nós ficamos atentos a isso.

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, embora o PROS esteja no bloco do PTB, eu queria encaminhar dizendo que é obvio que o PROS vota "não", pela não retirada. Mas eu queria deixar claro que temos aqui uma discussão de pontos sensíveis ao trabalhador brasileiro, e nós não podemos votar a toque de caixa uma matéria tão complexa como esta. Com mais de 100 artigos, por que não discutir? E ainda que o PROS esteja no bloco que concorda com a não retirada, nós estamos defendendo exatamente o debate da matéria. Nós não podemos votar mais de 100 artigos a toque de caixa, mas temos que debater a matéria.

É por isso que o PROS vai votar contra a retirada de pauta, porque queremos discutir a matéria de forma mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta a Minoria?



O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, primeiro, nós precisamos fazer aqui um alerta e uma denúncia.

Nós queremos a retirada de pauta, mas quem pediu foi o PP — eu só queria que se confirmasse isso —, foi o Líder do Governo. Por que o Líder do Governo pede a retirada da pauta? Porque ele quer manobrar, já que nós temos outros requerimentos a apresentar. Então, esta é a primeira denúncia: é mais uma manobra.

A segunda questão importante: a proposta retira direitos, sim. Veja bem, na questão do acordado sobre o legislado, vai o patrão acordar com o empregado para que trabalhe até 12 horas por dia. Não poderá mais o sindicato acompanhar o andamento numa rescisão, e assim o patrão faz o que quiser com o trabalhador e vai prejudicá-lo.

Além disso, as mulheres, trabalhando em lugares de insalubridade, não terão o seu direito. Isso significa que nós temos, em todas as áreas, retiradas de direitos. Estão jogando na lata do lixo décadas de luta do povo.

Por isso, o voto é “sim”.

(Não identificado) - Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB? *(Pausa.)*

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “sim” pela retirada de pauta. Somos totalmente contrários à reforma trabalhista. Somos contra a reforma da Previdência. Não tenho dúvida de que esse projeto desde o advento da CLT é o que mais retira direitos dos trabalhadores no Congresso Nacional. Quem está falando isso não sou eu. Muito estão falando aí: “nosso projeto não retira direitos”. A afirmação é uma nota oficial da associação que



congrega mais de 40 mil juízes e promotores em todo o País. Não é correto o Governo querer penalizar os trabalhadores, os mais pobres, ao colocar o negociado acima da lei. Isso é um absurdo inaceitável!

Então, o nosso posicionamento é totalmente contrário. É importante retirarmos esse projeto de pauta e possamos garantir os direitos dos trabalhadores.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Subtenente Gonzaga votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA.) - Verificação.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP.) - Verificação conjunta.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL.) - Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Partido dos Trabalhadores muda para "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PT em obstrução.



A SRA. ERIKA KOKAY - Obstrução em defesa dos direitos da classe trabalhadora. O mantra é uma tentativa de convencimento dos próprios Parlamentares...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PSOL em “obstrução”.

A SRA. ERIKA KOKAY - ... que sabem que se retira direitos.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PP em “obstrução”.

A SRA. ERIKA KOKAY - Direitos até com o trabalho intermitente. O trabalho intermitente tira o direito ao salário mínimo — ao salário mínimo! — ao repouso remunerado! Claro, o trabalhador não ganhará o salário mínimo, ganhará por hora. Isso é o maior atentado contra os direitos. O trabalhador não incorporará mais a função. O trabalhador não terá direito a uma negociação coletiva se tiver hipersuficiência.

Quem me diz que isso não retira direitos? Essa medida busca proteger os patrões e destruir a classe trabalhadora do País.

Por isso, nós vamos obstruir e resistir em nome do povo brasileiro.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PHS libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Daniel Vilela.

O SR. DANIEL VILELA (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou contraditar essas duas últimas falas. Chegam a ser absurdas as colocações feitas aqui.



Dizem que estão extinguindo o salário mínimo. O trabalho intermitente e a hora são baseados no salário mínimo. Se as horas trabalhadas forem o suficiente para chegarem ao valor total do salário mínimo, está garantido o salário mínimo. Portanto, não estão sendo retirados direitos. Falam que estão sendo retirados direitos porque os sindicatos não participam mais da rescisão. O sindicato não participa, mas, sim, a Justiça do Trabalho.

Se perguntarem para qualquer trabalhador do Brasil se ele quer ter seus direitos homologados pelo sindicato ou pela Justiça do Trabalho, eu tenho certeza de que ele vai escolher a Justiça do Trabalho, até porque, hoje, nós temos no Brasil uma rescisão que não rescinde. O sindicato é chamado, faz um acordo, faz a rescisão, e, depois, o trabalhador vai à Justiça do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma reclamação.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma homenagem ao Deputado Assis Melo e demonstrar o orgulho da bancada do PCdoB de tê-lo como um dos seus membros.

O Deputado Assis Melo é operário e metalúrgico. Quando compareceu a este plenário com seu uniforme de trabalho, ele o fez para manifestar sua indignação com a violência com que esta Casa trata os trabalhadores brasileiros.

Portanto, Deputado Assis Melo, V.Exa. tem todo o respeito e a admiração não só dos comunistas, mas de todos aqueles que têm compromisso com os trabalhadores do Brasil.



Eu, Sr. Presidente, pedi para falar quando do protesto aqui em plenário, porque infelizmente um colega Deputado usou o microfone para atacar o Deputado Assis Melo. Usou a expressão “*deveria tirar o palhaço daqui*”.

Primeiro isso é um desrespeito aos palhaços, que são trabalhadores da arte. O Deputado Arolde de Oliveira deveria respeitar o Deputado Assis Melo. É claro que causa espécie a quem nunca bateu cartão na vida ver uma pessoa vestida de operário.

Mas a indignação do Deputado Assis, Deputado Arolde, é a indignação de milhões de brasileiros que não aceitam ser manipulados por grandes empresários, como V.Exa, não aceitam ser boneco de ventríloquo dos grandes empresários, como o V.Exa.

O Deputado Assis Melo e a Oposição vão resistir e vão impedir este golpe contra os trabalhadores, vão impedir essa violência contra a CLT e vão, sim, derrotar a reforma trabalhista na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Arolde de Oliveira, do PSC.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fui citado. Não deveria nem levar em conta as citações. Considerando de onde vêm, não me alcançam. Não sabem quem eu sou, não sabem de onde eu vim, e vêm dizer essas barbaridades aqui.

O que eu falei foi que esta Casa foi transformada, sim, num picadeiro, com palhaços sem nariz vermelho, que mais poderiam ter colocado nariz de Pinóquio.

O SR. LEO DE BRITO - Respeite, Deputado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Foi isso o que aconteceu.



O SR. LEO DE BRITO - Respeite, Deputado. *(Manifestação no plenário.)*

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Fico envergonhado. Eu estou aqui há mais de 30 anos e nunca vi tanta falta de respeito pelo Parlamento partindo de dentro do próprio Parlamento.

O SR. LEO DE BRITO - Retire as suas palavras!

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Esse é o estado das coisas a que nós chegamos. E os responsáveis estão aqui mesmo.

Hipócritas!

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB muda para obstrução!

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, é importante esta Casa estar travando este debate neste momento, e nós termos aqui a condição política de falar a verdade para o povo brasileiro.

Quando se diz aqui que os acordos coletivos e a Justiça do Trabalho serão instrumentos para facilitar o que está sendo votado aqui, isso é incoerente e não é verdade.

É incoerente porque, em relação aos sindicatos, há já aqui uma grande mobilização para fechar a porta dos sindicatos. Na hora em que se tiram as condições financeiras de eles atuarem, é óbvio que se não tem representação. O trabalhador fica sem a sua devida representação política da sua categoria.



A Justiça do Trabalho, quem aqui não sabe que ela está sendo duramente golpeada?

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu posso pedir a V.Exa...

O SR. LEO DE BRITO - Sr. Presidente, vamos obedecer a ordem!

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É 1 minuto para cada um, Deputado.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para concluir, Presidente, quem não sabe que a Justiça do Trabalho está sendo duramente golpeada por esta Casa? Todos sabem que ela está sendo enfraquecida.

Então, teremos Justiça do Trabalho fechada e enfraquecida e sindicatos fechados e enfraquecidos. Aí, dizer que o que vai ser acordado é o que vai ser resolvido é botar a raposa e a galinha no mesmo local para se negociar. É óbvio que o trabalhador vai sair em desvantagem.

O SR. PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que me garanta o tempo. Peço que V.Exa. considere o meu registro como lido na íntegra, tendo em vista que se trata mais de um desabado do que uma proposta direta e concreta de solução dos graves problemas que atingem o povo brasileiro.



A política cria, em todas as pessoas que a adotam por vocação, um grau de sensibilidade humana excepcional. É isso o que se passa comigo nesses 40 anos. Faço questão de dizer da minha sensibilidade durante esse longo tempo.

Nós, políticos, devemos à sociedade, aos nossos eleitores, uma atitude urgente de recuperação da economia. Precisamos dar a prioridade correta às medidas que aprovamos aqui. Afinal, estamos diante de 13 milhões de desempregados.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, perdoem-me por este discurso que tem mais o sabor de um desabafo do que de uma proposta direta e concreta de solução dos graves problemas que atingem o povo brasileiro.

A política cria em todas as pessoas que a adotam por vocação um grau de sensibilidade humana excepcional.

Nós que disputamos eleições e prestamos contas ao povo, aprendemos a identificar no olhar e no aperto de mão dos eleitores, a dor, a alegria, o pedido de ajuda e os gestos de agradecimento. Este tem sido o roteiro da minha vida há mais de 40 anos.

A sensibilidade que adquiri durante esse longo tempo me diz que nós, políticos, devemos à sociedade, aos nossos eleitores, uma atitude urgente de recuperação da economia.

Precisamos destravar o Brasil!

Precisamos dar a prioridade correta às medidas que aprovamos e defendemos aqui.



É duro encontrar o olhar do desempregado, principalmente, quando ele e ela são chefes de família e nenhuma razão deram ao próprio desemprego. A falta de trabalho é fruto da irresponsabilidade dos governos, que passaram a governar para si mesmos e de costas para a sociedade. Uma irresponsabilidade que colocou no desemprego mais de 13 milhões de pessoas e todos os dias amplia este número.

O lado ruim das estatísticas é a frieza que emprestam aos números. 13 milhões sem emprego, quer dizer 13 milhões de pessoas que não conseguem, pelo trabalho honesto e diligente, comprar comida, morar e ter alguma chance diante do desafio de viver a própria vida. A chance de socorrer um filho, uma mãe ou um pai doente. Do olhar do desempregado foge o brilho e a esperança para, no primeiro momento, dar lugar ao desespero. Depois, à indignação e em seguida, ao constrangimento.

Mais de 13 milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil! Isso pesa sobre as nossas cabeças, sobre as nossas consciências.

Em paralelo cresce a violência. É cada vez maior nas minhas caminhadas o número de olhares de dor e de mãos trêmulas das vítimas. Emociona-me encontrar pais e mães que perderam seus filhos e filhas ainda no vigor da vida, porque é grande a violência. Crianças e jovens morrem na porta de casa, no pátio das escolas, no transporte público.

E quantas vezes - eu poderia dizer que centenas de vezes - aqui no plenário da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional - votamos reformas de todo tipo e para todos os gostos, sempre transmitindo a esperança de dias melhores para a sociedade. No final das contas, os problemas se agravam. Retornam piores!



Como eu gostaria de crer que desta vez, conseguiremos destravar a economia, para ver o Brasil voltar a crescer, criar novos empregos e oportunidades de dar à população pelo menos a chance de, pelo próprio esforço, conseguir melhorar de vida!

Olhemos daqui para o Brasil todo. Pensemos o quanto a sociedade brasileira precisa que as medidas que estamos votando aqui produzam, de fato, resultado para a vida das pessoas.

O grau de sofrimento a que está submetido o povo brasileiro não nos permite defender interesses corporativos. Defender medidas que atendam exclusivamente grupos ou segmentos mais favorecidos pelo poder de influência que tem sobre os governos e sobre o Congresso Nacional.

Esta Casa precisa agir, mesmo diante de todas as dificuldades que estamos enfrentando de exposição de uma imagem negativa.

Peço que Deus nos ilumine, para que as decisões que estão a tomar aqui sejam, de fato, benéficas para o povo brasileiro, principalmente, para a parte dele mais sofrida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança da Minoria.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Pr. Marco Feliciano, por 1 minuto, porque ele já está esperando há mais tempo.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero lhe fazer uma pergunta. V.Exa. tem conhecimento de que há pessoas aqui, com equipamento profissional, filmando esta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado...

O SR. PR. MARCO FELICIANO - Deixe-me terminar a minha pergunta, Sr. Presidente.

Eu questionei uma senhora que estava filmando aqui, e ela disse que não trabalha para nenhuma empresa, que está aqui fazendo um documentário sobre um Parlamentar. Ela não quis dizer de que Parlamentar se trata. Ela põe a câmera na nossa cara.

Nós estamos em uma votação extremamente sensível, e eu não sei quem são essas pessoas. Está impossível transitar dentro do Parlamento, Sr. Presidente, e as galerias estão vazias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado...

O SR. PR. MARCO FELICIANO - Quero que V.Exa. peça ao DEPOL que apure quem são essas pessoas e que dê a elas condições de assistirem à sessão na galeria. Lá é o lugar delas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu vou lhe responder. Eu já pedi à segurança da Casa que retire do plenário quem não tem direito de estar nele. Ficam os Parlamentares mais aqueles que têm acesso. Eu já pedi isso, não sei por que não aconteceu.

Segundo, eu peço aos Deputados e às Deputadas que respeitem, na hora de entrar, a regra da Casa. Muitos Deputados, às vezes — muitas vezes —, pressionam para entrar com pessoas que não têm direito de acesso ao plenário.



Muitas vezes a Segurança da Casa tem constrangimento de barrar um Deputado junto com outra pessoa. Hoje mesmo, agora, aqui atrás, aconteceu isso.

Então, nós, os Parlamentares, para que isso não ocorra, precisamos primeiro colaborar. Segundo, acho que a própria segurança da Casa — já determinei isso mais cedo — precisa ter um pouco mais de rigidez nas entradas do plenário.

Tem a palavra o Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, só uma questão de esclarecimento e uma indagação a V.Exa. O Brasil tem...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, não.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Só um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, o Deputado José Guimarães tem preferência porque é Líder. Vamos respeitar o Regimento Interno da Casa, como V.Exa. pediu que eu fizesse na leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, como Líder da Minoria, expressar neste momento — a minha primeira palavra é sobre isso — a nossa solidariedade ao Deputado Assis, do Rio Grande do Sul.

Nós já vimos coisas muito piores aqui, como palavrões. Eu não esqueço o horror que foi aquela sessão do golpe contra a Presidenta Dilma.

Portanto, o Deputado Assis tem a nossa solidariedade. Ele democraticamente, como Parlamentar, usou o direito de fazer uma livre manifestação aqui no Plenário Ulysses Guimarães.



Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu quero entrar num debate sobre a natureza do relatório apresentado pelo Deputado Rogério Marinho.

Vejam os senhores que estão nos assistindo neste momento que o Governo mandou para cá um PL com poucos artigos. Deputada Luiza Erundina, e as audiências que foram feitas, os convidados que foram convocados, o debate que nós fizemos na Comissão Especial sobre o projeto original que veio do Executivo?

O que fez o Relator Deputado Rogério Marinho? Desengavetou tudo e apresentou um relatório. Eu sugiro a V.Exa., Deputado Rogério Marinho, que coloque só um artigo no seu relatório e estará revogada a CLT. Deveria ser só esse artigo. Eu nunca vi um relatório tão audacioso, tão prepotente e tão maior que o próprio rei.

Eu conversei com alguns Deputados da base do Presidente Temer e sabem o que eles me disseram? “Ele foi longe demais!” Parece que ele foi às catacumbas não sei de onde para desencavar todos os projetos de lei de interesse dos empresários brasileiros. Você não reforma a CLT para prejudicar só um lado. Quem veio ao microfone para dizer que esse projeto é importante e que vai gerar emprego — eu nem uso muitos palavrões aqui dentro — está mentindo. Sabem por quê? Os períodos em que mais foram gerados empregos no Brasil foram com a nossa CLT. Eu ouço alguns Líderes da base do Governo dizer: “*Nós precisamos modernizar as relações de trabalho. Nós precisamos mudar a CLT.*”

Deputado Tadeu Alencar, o que eles querem reformar? Querem reformar só para prejudicar um lado. O que é que esse Relatório, essa desgraça — como disse a Deputada Luiza Erundina naquele dia que assumiu a tribuna ali — essencialmente faz, Deputado Rogério Marinho? Esse Relatório não deveria ser aprovado.



Eu faço uma provocação aqui ao Líder do Governo: vamos discutir o projeto original. Vamos discutir o projeto original, e não esse Relatório. Eu nunca vi uma coisa tão prepotente, tão audaciosa, como o Relatório, Deputado Rogério Marinho, Deputado Chico Alencar, Deputado Carlos Zarattini, Deputado Weverton Rocha, Deputados da Oposição.

Nós passamos não sei quantas horas, Srs. Parlamentares — quero chamar a atenção desta Casa —, procurando o Presidente Rodrigo Maia. Sabe para quê, pessoal? Como a gente diz lá no Ceará, Deputado Daniel Vilela —minha referência no teu pai, no velho tempo do MDB —, sabe o que nós queríamos para com o Relator? Simplesmente, como foi feita a reforma da Previdência, adiar um pouco a discussão na Comissão, dar um tempo. É por isso que esta sessão está tensionada desse jeito, porque o Governo não quer negociar, não tem diálogo nem com o País e nem com esta Casa.

Eu ouvi muitas vezes aqui da tribuna: *“Um Governo que tem 13% não pode governar o Brasil.”* Coitado desse atual, Deputado Rogério Rosso, pois tem 5% de aprovação. Dizer que retoma o emprego com isso é uma falácia. Essa CLT que está sendo rasgada a partir de agora não vale mais nada.

Eu ouvi uma frase aqui dentro: *“Ah, tem muitos empresários aqui dentro.”* É verdade que tem, e é legítima a representação empresarial aqui dentro. Mas é legítima também a representação dos trabalhadores. E nós não podemos aprovar um Relatório que só pende para um lado.

Eu não sei onde é que o Governo está com a cabeça — está no mundo da lua. Não precisava tamanha agressão. Não precisa votar este relatório em que o legislado não vale mais nada, que a Justiça do Trabalho, quando eles dizem no



relatório... Eu tenho certeza de que o Deputado Rogério Marinho. É claro que é uma sessão histórica, conforme disse o Deputado Líder do PMDB. Mas é histórica sabe por quê? Porque hoje vão rasgar a CLT. A CLT já teve 80% dos seus artigos alterados, mas ela sempre foi a âncora da civilidade e da relação entre o capital e o trabalho. Essa gente agora, o Governo que não foi eleito pelo povo, quer fazer a tal reforma da Previdência.

Eu quero ver, pois chegou a hora da onça beber água. Os Deputados precisam ter lado aqui dentro, tem que apertar com o dedo o botão. Tem que ter compromisso com o País, de um lado ou de outro, e não fazer agressão. Entram no mérito de dizer: *“Ora, vejam só, o Brasil está retomando o crescimento econômico”*. Oxi! Mas V.Exas. não disseram que se tirasse a Dilma no outro dia estaria tudo resolvido? Faz 1 ano que estão patinando, não sabem o que fazer com a economia e não sabem como gerar emprego.

Eu fico “p” da vida. Eu fui Líder do Governo da Presidenta Dilma, uma mulher honrada que foi afastada injustamente, e fico impressionado como é que o Deputado sobe à tribuna para dizer que somos responsáveis pelo 13,5 milhões de desempregados do Brasil. Como é que pode? O Governo vai retomar... Quem gera emprego é a retomada do crescimento econômico, não é retirando direitos não, quem gera emprego é investimento público.

As obras estão paradas. Eu ouvia V.Exas. dizerem aqui dentro, e eu negociava com V.Exas.: *“Vamos votar a PEC da Saúde.”* Esqueceram tudo. Não é justo! V.Exas. não podem fazer isso com o Brasil.

Estão no Governo, mas deviam pensar um pouco mais. O que está em jogo é a vida de milhões e milhões de brasileiros, de pessoas que não vão mais ter com



quem negociar. Querem tirar o sindicato da negociação! Para quê? Para ficar o livre arbítrio do empregador. Isso não é possível. Qualquer país civilizado do mundo tem legislação trabalhista. E o que eles estão fazendo é acabando com tudo. Eu nunca vi um governo tão prepotente, em nome do “diálogo”. Eu ouvia muito isso.

Aliás, alguns aqui que sobem à tribuna foram base do nosso Governo, participavam do nosso Governo, tinham espaços no Governo e, de uma hora para outra, acham que não têm responsabilidade nenhuma com a crise que o Brasil está atravessando. Quem não se lembra disso?

A crise é política. E a crise é política porque está aí um Governo que não tem legitimidade para fazer nenhuma reforma. Eu devolvo para o Líder do DEM: ninguém governa o Brasil com 5% de aprovação. Pode ser como alguns dizem: “*Mas tem base parlamentar.*” Mas essa base parlamentar está se esvaindo. Sabe por quê? Porque no próximo ano acontecerá eleição. O Temer está encerrando a carreira política dele. E nós, no próximo ano? Como nós vamos voltar para cá sem voto? Não dá para ser assim. Os Deputados e as Deputadas têm responsabilidade com o País.

Nós somos do diálogo. Eu pergunto sobre o relatório: por que não negociou conosco ontem e hoje? O Deputado Chico Alencar estava na reunião. Nós queríamos diálogo, queríamos mudanças. Foi dito: “*Não, não, não.*”

Quantas vezes eu negociava com V.Exas. aqui, quando eu era Líder do Governo. Essa intransigência, essa prepotência não é boa para o Parlamento e muito menos para o País.

O SR. LAERTE BESSA - Tá bom, tá bom.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Por isso, Sr. Presidente, eu vou concluir dizendo, que o Brasil está se preparando para o dia 28. No dia 28, o Brasil vai fazer uma greve geral. Não é como alguns estão dizendo nas redes sociais, não é como a televisão às vezes diz, que vai ter baderna. Não vai ter, não. V.Exas. sabem o que está acontecendo? O Brasil vai parar. V.Exas. sabem por quê? Porque o arrocho está demais, as pessoas não aceitam, e o Brasil não concorda com isso.

O meu apelo é que V.Exas. não cometam esse desatino de retirar tantos direitos. O trabalho intermitente é um deles. Agora, o trabalhador que está me ouvindo vai ficar em casa, esperando por horas, um dia, três dias, ou um mês, para ser contratado. Depois, ele volta para casa e não tem salário, não tem mais nada.

Portanto, eu entendo a boa vontade do Daniel Vilela, que é meu amigo. Convivi com ele na Liderança do Governo. Ele queria negociar.

(O microfone é desligado.)

O SR. LAERTE BESSA - Encerrou, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL COELHO - Presidente, encerre a votação. Já temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 64;

NÃO: 270;

ABSTENÇÃO: 0.

TOTAL: 334.

O REQUERIMENTO DE RETIRADA FOI REJEITADO.

Estão prejudicados os requerimentos de adiamento de discussão, de quebra de interstício de votação pelo processo nominal e adiamento por uma discussão.



Indeferido o requerimento de discussão de proposição por partes e artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à discussão.

Para falar contrário à matéria, concedo a palavra à Deputada Benedita da Silva. *(Pausa.)*

O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PSD-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de dar como lido e pedir a devida divulgação pelos órgãos de comunicação desta Casa o meu pronunciamento acerca do Dia do Goleiro.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PSD-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dar como lido e pedir a devida divulgação pelos órgãos de comunicação desta Casa do pronunciamento que agora faço acerca do Dia do Goleiro.

Ser goleiro é ser herói e vilão. É querer evitar o inevitável, sempre achando lá no fundo que dava para defender o mais indefensável dos chutes. É jogar um jogo coletivo de forma quase individual e depois de uma grande defesa, mesmo que não reconheçam, sentir o prazer do dever cumprido. É saber que falhas fazem parte, pois só quem joga ali sabe o quanto defesas que parecem fáceis, podem ser bem mais difíceis do que se imagina. Enfim, ser goleiro é ser o coração do time, é saber que você pode ser um gigante, mesmo num jogo onde o principal objetivo você deve evitar.

Parabéns a todos os goleiros profissionais e amadores do nosso Brasil.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estava nesta Casa na Constituinte e me lembro de que, para aprovar qualquer matéria, nós tínhamos que ter 308 votos. No entanto, uma matéria como essa de grande responsabilidade, que retira as conquistas dos trabalhadores que estão na Constituição brasileira, vai precisar apenas de maioria simples.

Isso é rasgar a Constituição brasileira! E depois dizem que a CLT é velha. Velho é o pensamento daqueles que vêm para uma Casa de Leis e não legislam em favor do povo brasileiro.

É uma farsa dizer que não se retira direitos. Já foi comprovado por vários aqui que se retira direitos, sim.

Estão descumprindo com o trabalhador brasileiro, porque, na medida em que se dá plena liberdade ao empregador, ele fica isento de dar ao trabalhador qualquer direito que ele já tenha conquistado.

Por outro lado, nós estamos com escola sem partido e agora também há trabalhador sem sindicato, porque querem acabar com o sindicato neste País, tirar do sindicato a autoridade que ele adquiriu na Constituição brasileira, para que seja submisso ao empregador.

É uma falácia dizer que eles vão ter um representante que não é legitimado pelo voto do sindicato para negociar com o empregador. É uma falácia, porque ele vai estar numa situação de submissão, precisa garantir o seu trabalho.



É lógico que estamos alterando a estrutura sindical. Chamar o trabalhador de incompetente, dizer que os sindicatos estão pegando a contribuição, porque querem encher o bolso, é muito grave dizer isso de um trabalhador e de uma trabalhadora, é chamá-los de incompetentes, sobretudo, é colocar os sindicatos sob suspeita. Isso não é cabível numa democracia, numa conquista legítima dos trabalhadores!

E tem mais: por que não mexem...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Celso Maldaner para falar a favor da matéria. S.Exa. disporá de 3 minutos.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, com todo respeito à oradora que se pronunciou há pouco — aliás, a nossa Benedita está aniversariando hoje, a quem parabeno pelos seus 75 anos de vida! —, não estamos mexendo na Constituição, porque se assim fosse teríamos que ter 308 votos.

Mas a votação exige maioria simples. São necessários 257 votos. Então, está comprovado à minha colega que nós não estamos mexendo na Constituição Federal. Todos os direitos dos trabalhadores serão 100% respeitados. Todos!

Nós estamos modernizando a legislação trabalhista, que está em vigor desde 1973, tendo em vista as oportunidades de profissões novas que surgiram no dia a dia.

Eu diria também que o que tem grande responsabilidade sobre o que está aqui acontecendo — como diz o nosso ex-Ministro Almir Pazzianotto, que foi Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e também Ministro do Trabalho, de 2005 a 2015 — é o passivo oculto de 143,6 bilhões de reais. Esse é o grande



problema. São mais de 4 milhões de ações trabalhistas por ano. Não existe parâmetro, no mundo, igual ao do Brasil!

Então, é por causa dessa insegurança jurídica que nós temos que fazer isso. Temos que dar mais segurança jurídica. O negociado vai valer sobre o legislado, a convenção coletiva vai ter valor.

Hoje, o recibo de quitação não vale aqui no Brasil. Um acordo realizado entre patrão e empregado, entre sindicato patronal e sindicato de trabalhadores é assinado e não tem valor. É isso que não pode mais acontecer.

Agora, com essa...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado Celso Maldaner.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente para falar contrário à matéria.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero colocar para todos que nos ouvem que este Governo ilegítimo, imoral, ilegal e corrupto não tem direito de exigir sacrifícios da classe trabalhadora nem legitimidade para isso.

Este Governo deveria ir embora! Este é um Governo corrupto! Este é um Governo patronal! O que eles estão fazendo aqui com a reforma da Previdência e com as terceirizações, na verdade, é liquidar com os direitos dos trabalhadores brasileiros. E eles têm pressa, porque sabem que um Presidente com 4% de popularidade vai ser varrido logo, logo.

Então, eles querem aprová-la com pressa antes da Greve Geral do dia 28, que vai parar o País. E não vai ficar só nisso, porque as pessoas vão dar o recado, vão esperar a votação da reforma da Previdência e vão tentar barrá-la a todo custo!



Não é suportável que um conluio de meios de comunicações, que a elite brasileira corrupta imponha aos trabalhadores tanto sacrifícios! Não é à toa que se tirou a Justiça do Trabalho da jogada.

É a submissão total! Um artigo que sobrepõe o que foi negociado sobre o que está legislado altera totalmente a vida do trabalhador, porque, na verdade, a partir disso, pode-se revogar a CLT e todas as leis de proteção aos trabalhadores no momento da maior crise econômica de todos os tempos, quando eles estão vulneráveis, quando eles não têm capacidade de negociar.

Relator, é mentira dizer que deve prevalecer a vontade do trabalhador. A vontade de se enforcar, de ser subjugado não existe. Os trabalhadores vão dizer “não” a esse tipo de intromissão. Os trabalhadores vão negar isso. E o Governo bandido, corrupto e sem vergonha do Temer será varrido!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Laerte Bessa.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Líder do PSOL, que acaba de falar, teve a cara de pau de chamar o Michel Temer de ilegítimo e de corrupto, sendo que o patrão deles, Luiz Inácio Lula da Silva, é o maior quadrilheiro do mundo, é um ladrão safado.

(Palmas e apupos.)

Se vocês procurarem no Google, vão achar quem é o maior ladrão do mundo. Vocês vão achar lá: Luiz Inácio Lula da Silva, o maior ladrão!

Mas Sr. Presidente, eu vim aqui, porque estou indignado com o que aconteceu hoje à tarde na Casa. Alguns opositores vieram a esta tribuna, com o maior desrespeito que já vi nesta Casa, e afrontaram o nosso Presidente Rodrigo



Maia, afrontaram o Relator da proposta da reforma trabalhista, o Deputado Rogério Marinho.

Eu agradeço a Deus não ser o Relator nem o Presidente da Casa, porque a minha reação seria diferente. Eu não ia aceitar aquela afronta, indigna, feita aqui hoje, Sr. Presidente! Aquilo não é aceitável aqui na Casa!

Eu estava com alguns Deputados que assistiam à sessão pela televisão — eu não estava na Casa—, e eles ficaram envergonhados de ver aquela situação. Essa afronta foi só por um fato: está sendo cortada a contribuição sindical desses sindicatos vagabundos que financiam o PT e os seus puxadinhos. Então, é isso que está acontecendo aqui. *(Manifestação no plenário.)*

A reforma trabalhista é boa! O que é ruim para eles é o fato de ela estar quebrando a asinha deles!

Hoje, esses sindicatos são financiados por mais de 30 bilhões por ano, entre 1.100 sindicatos. E os principais é uma tal de CUT, são esses partidos sem terra aí, que estão simplesmente acabando com o País.

Era isso que eu queria dizer a V.Exa., Sr. Presidente. E não aceitar esse desaforo, que alguns canalhas vieram aqui hoje na tribuna afrontar o Presidente da Casa e afrontar o Relator da matéria trabalhista.

(Apupos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

(Apitos.)

Eu peço ao Plenário que pare de utilizar o apito, por favor.

O SR. ALESSANDRO MOLON - O meu tempo, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, o seu tempo está correndo, Deputado. Porque quem está apitando também é contra, como V.Exa.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que me conceda o tempo regimental de 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão garantidos 2 minutos 38 segundos, até o momento.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, Sr. Presidente, eu vou aguardar V.Exa. me conceder o tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Será um prazer ouvir o seu silêncio, Deputado Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que, por favor, reitere o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ele pode falar.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Eu estou só aguardando os 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ele só não falou porque estavam apitando. Foi, sim. Foi, sim.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, não, Sr. Presidente, V.Exa. falou no meio da minha fala. Eu estou pedindo a V.Exa. os 3 minutos, por favor, Sr. Presidente. Sr. Presidente, por favor, eu peço a V.Exa. ...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado. O senhor vai ter 3 minutos, fique tranquilo.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, se fosse verdade que as leis trabalhistas é que causam desemprego, há 4 anos o Brasil não teria atingido o pleno emprego com essas mesmas leis. Portanto, a proposta de Reforma parte de uma mentira: a mentira de que são as leis trabalhistas que geram desemprego. Não. Falso. O que gera desemprego é crise econômica, é ela que gera demissão e ela não se resolve mudando as leis trabalhistas.

O que essa reforma vai promover é a substituição de empregos com direitos garantidos, como o décimo terceiro, o pagamento igual para trabalhadores terceirizados ou não, por empregos precários. Afinal de contas o projeto prevê a terceirização irrestrita sem garantir aos terceirizados os mesmos salários dos trabalhadores contratados na empresa. Isso está no projeto, basta lê-lo.

Além disso, o projeto quer instituir que o negociado prevalecerá sobre o legislado. Ora, a lei já permite isso! Então para que a mudança? Para que o negociado possa ser pior do que a lei. Essa é mudança que está acontecendo hoje. A negociação melhor do que a lei já é possível, o que não é possível é a negociação pior do que a lei, mas o projeto vai garantir isso.

O projeto retira direitos que os trabalhadores têm hoje. Eu vou repetir para que ninguém mais suba à tribuna para dizer que não retira.

Horas *in itinere*: esse é um direito que os trabalhadores têm hoje e perdem com a proposta.

Incorporação do valor da função gratificada: os trabalhadores têm hoje e perdem com a proposta.

Portanto, a proposta retira direitos que os trabalhadores têm hoje, sim.



Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o trabalho intermitente previsto no projeto vai permitir que uma pessoa passe o mês inteiro à disposição do empregador e não ganhe nada no final do mês se não for chamado a trabalhar. Dá para acreditar nisto: a pessoa passar o mês inteiro à disposição e chegar ao fim do mês e não ganhar um centavo? É isso o que está previsto com o trabalho intermitente.

O projeto prevê dificultar o acesso à Justiça do Trabalho. E é por isto que seis TRTs já anunciaram que não funcionarão na sexta-feira, porque o projeto é contra o trabalhador e contra o acesso à Justiça do Trabalho. O projeto quer tirar direitos de quem já tem poucos direitos.

Por isso, sexta-feira, vamos às ruas, vamos lotar as ruas do Brasil e dizer: *“Não toquem nos nossos direitos! Respeitem o povo brasileiro e os direitos conquistados com muita luta!”*

“Não” a essa reforma, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a economia moderna nasceu na Inglaterra no século XIX engendrando a economia industrial, que, de um lado, tem empresários, investidores e, de outro, trabalhadores. Na raiz, havia um capitalismo selvagem, é verdade: trabalho infantil, jornada de 16 horas. Mas a luta dos trabalhadores, o processo civilizatório e o avanço da democracia criaram um arcabouço de defesa do trabalho.



Os países desenvolvidos têm a tradição de institucionalizar o mínimo possível e apostar na economia de mercado, apostar no diálogo, na negociação e na força da representação sindical dos trabalhadores. Nos países desenvolvidos, aposta-se no costume, na convivência, na negociação, na flexibilidade. Aqui no Brasil o processo é diferente: não nasceu de baixo para cima, como na Europa e nos Estados Unidos; nasceu a partir do Estado. Getúlio criou a CLT para organizar uma economia em transição para a indústria, mas que era predominantemente agrária.

O PIB industrial só em 1956 é que superou o agrícola. Era uma necessidade histórica no momento e que já data de muitas décadas. O mundo mudou. O que a vanguarda do atraso não percebe é que hoje nós temos uma economia flexível, global, fragmentada, e nós precisamos nos adaptar a isso. O projeto não sequestra nenhum direito fundamental, nenhum direito constitucional. Fere a jornada de trabalho, o FGTS, o salário mínimo? Nada disso é mexido.

Na verdade, nós estamos destravando o desenvolvimento e dando oportunidade para se trabalhar um dos vetores que trava. Os 4 milhões de processos na Justiça do Trabalho revelam uma grave doença estrutural. O Relator, Deputado Rogério Marinho fez um trabalho brilhante, aprofundou a discussão com setores da sociedade. E não é à toda que até o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho apoia esse relatório.

Portanto, é um passo. O desemprego é o maior desafio. Hoje a Câmara dos Deputados pode dar o primeiro passo para a superação dessa crise, da maior recessão da história brasileira.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, eu estou pedindo a palavra como Líder. Inscreva-me, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós vamos entrar agora no período de votação do projeto principal, desse projeto criminoso que retira os direitos dos trabalhadores.

Por conta disso, a nossa bancada do PT vai votar, integralmente, contra esse projeto. Nós queríamos chamar os Deputados e as Deputadas para aqui fazerem a sua declaração de voto.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Eu voto “não”. Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro: “Não” a essa miséria de proposta.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Maria do Rosário, PT do Rio Grande do Sul, contra a reforma trabalhista e a favor dos trabalhadores. E vamos derrotar V.Exas. Todos, na sexta-feira, na greve geral. (*Palmas.*)

O SR. JORGE SOLLA - Contra a destruição dos direitos trabalhistas: é greve geral, dia 28. Fora, Temer! Jorge Solla, do PT da Bahia. Fora, Temer!

O SR. BETO FARO - Deputado Beto Faro, do PT do Pará, vota contra essa reforma que retira o direito dos trabalhadores.

O SR. LUIZ COUTO - Deputado Luiz Couto vota contra essa morte da CLT, dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O SR. WADIH DAMOUS - Wadih Damous, do PT do Rio de Janeiro, contra esse projeto criminoso. E gostaria de ver os Deputados que vão votar a favor no dia 28 de abril nas ruas.



O SR. JOSÉ MENTOR - José Mentor, do PT de São Paulo, em defesa da CLT, em defesa dos trabalhadores.

O SR. ENIO VERRI - Enio Verri, do PT do Paraná, vota contra essa reforma que destrói o direito dos mais pobres e dos trabalhadores.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI - Valmir Prascidelli, do PT de São Paulo, contra o desmonte do Estado brasileiro, contra o desmonte da Previdência Social, a favor dos trabalhadores, e contra essa famigerada reforma.

O SR. ZECA DO PT - Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul, vota contra a reforma proposta pelo Governo do Temer.

O SR. PADRE JOÃO - Padre João, do PT de Minas Gerais, contra o desmonte da CLT. Fora, Temer e a sua quadrilha!

O SR. MARCO MAIA - Deputado Marco Maia, do PT do Rio Grande do Sul, também vai votar “não” a essa reforma criminosa contra os trabalhadores e trabalhadoras do nosso Brasil, do nosso querido País.

O SR. ANGELIM - Angelim, do PT do Acre. Não a essa proposta que retira o direito dos trabalhadores.

O SR. DÉCIO LIMA - Décio Lima do PT de Santa Catarina, vota contra essa pauta do subdesenvolvimento e a favor dos trabalhadores.

O SR. ZÉ GERALDO - Deputado Zé Geraldo vota contra, porque esta reforma não melhora nada, estraga tudo neste País.

O SR. VICENTINHO - Eu nunca vi tanta unidade pela greve do dia 28. É a Igreja, por meio dos bispos, são os juízes e os padres.

Voto “não”, Sr. Presidente.



O SR. LEO DE BRITO - O Deputado Leo de Brito, do Partido dos Trabalhadores do Acre, é contra a CLT que está sendo rasgada neste momento, contra esta reforma trabalhista que está sendo imposta pelo Governo golpista de Michel Temer.

Viva a classe dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho.

É o horário de Líder do PT.

O SR. REGINALDO LOPES - O Deputado Reginaldo Lopes, do PT de Minas, vota contra esse...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem razão, eu tinha esquecido.

Só o Líder e Vice-Líder podem usar o microfone. Tem razão, eu tinha esquecido. Só o Líder e o Vice-Líder podem falar. É o Regimento da Casa.

O SR. REGINALDO LOPES - Eu sou Vice-Líder, eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só isso. Só quem é Vice-Líder.

O SR. REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, eu sou o Deputado Reginaldo Lopes, Vice-Líder do PT de Minas, voto contra este projeto, que é um desmonte.

Na verdade, é um projeto de um País que oferece aos nossos filhos subemprego em vida e aposentadoria na morte.

Contra este projeto!

O SR. ASSIS CARVALHO- O Deputado Assis Carvalho vota contra este absurdo.

O SR. LEONARDO MONTEIRO- O Deputado Leonardo Monteiro vota contra a reforma da Previdência, contra a reforma trabalhista.



Vamos nos mobilizar, sexta-feira, dia 28, para a grande greve geral neste País.

O SR. LUIZ SÉRGIO - O Deputado Federal Luiz Sérgio, do PT do Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Luiz Sérgio, eu acho que V.Exa. não é Vice-Líder.

O SR. CARLOS ZARATTINI - O Deputado Luiz Sérgio vota contra esta reforma trabalhista.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO - O Deputado Adelmo Carneiro Leão, de Minas Gerais, vota contra a reforma trabalhista.

O SR. NELSON PELLEGRINO - O Deputado Nelson Pellegrino...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos parar aqui.

O PT e a Oposição me exigem que respeitemos o Regimento. Eu o respeito e V.Exas. também o respeitaram porque é um...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu dou mais 1 minuto. O Deputado Carlos Zarattini falará.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Muito bem. Nós vamos aqui falar um por um.

O Deputado Caetano, da Bahia, vota contra essa reforma da Previdência.

O Deputado Zé Carlos, do Maranhão, vota contra esta reforma da CLT, em defesa dos trabalhadores.

O Deputado Helder Salomão, do Espírito Santo, vota contra esta reforma da CLT.



O Deputado Rubens Otoni vota contra rasgar a CLT e a favor dos trabalhadores.

O Deputado Assis Carvalho, do PT do Piauí, vota contra rasgar a CLT e em defesa dos trabalhadores.

A Deputada Luizianne Lins, do Ceará, está contra esse absurdo dessa reforma trabalhista.

O Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia, vota contra rasgar esta grande lei, que é a CLT.

O Deputado Patrus Ananias, de Minas Gerais, companheiro, vota contra este projeto que assalta o bolso do trabalhador.

Deputado Nelson Pellegrino, do PT da Bahia, vota contra este projeto que retira os direitos dos trabalhadores.

O Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul, vota contra este absurdo.

O Deputado Chico d'Angelo, do Rio de Janeiro, vota contra este projeto.

O Deputado Elvino Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul, vota contra este projeto. Fora Temer!

O Deputado Robinson Almeida, do PT da Bahia, vota contra este projeto.

O Deputado Paulão, do PT de Alagoas, vota contra este projeto.

O Deputado Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina, é contra acabar com a CLT.

O Deputado Afonso Florence, do PT da Bahia, vota contra esse projeto absurdo.



O SR. AFONSO FLORENCE - Contra o golpe do Governo Temer contra os trabalhadores!

O SR. CARLOS ZARATTINI - A Deputada Margarida Salomão, do PT de Minas Gerais, vota contrariamente a esse projeto.

O Deputado Marcon, do PT do Rio Grande do Sul, é contra esse projeto que acaba com os direitos dos trabalhadores.

O SR. MARCON - Greve geral na sexta-feira!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, vamos cumprir o Regimento.

O SR. CARLOS ZARATTINI - O Deputado Waldenor Pereira, do PT da Bahia, vota contra esse projeto.

O Deputado Ságuas Moraes, do PT do Mato Grosso, em defesa dos trabalhadores assassinados em seu Estado, é contrário a esse projeto.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão, do PT de Minas Gerais, em defesa da CLT, vota contra esse projeto.

O Deputado Givaldo Vieira, do PT do Espírito Santo, vota contra esse projeto absurdo.

O Deputado Padre Luiz Couto, do PT da Paraíba é contra esse projeto.

O Deputado João Daniel, do PT de Sergipe, vota contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que desçam, por favor. Há limites. Deem licença, por favor. Respeitem a Presidência da Câmara — não sou eu, é a instituição.

(Manifestação no plenário: Fora, Temer!)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está suspensa a sessão.



(A sessão é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Requeiro, nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a quebra de interstício para votação pelo processo de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Eu só vou dar a palavra como Líder quando saírem daqui de trás. Não vou mais ser desrespeitado. Tudo tem limite! *(Palmas.)*

Saiam daqui de trás, e continuaremos a sessão de forma democrática.

Essa senhora não é Deputada. Deve-se retirá-la do plenário e descredenciá-la para que não tenha mais acesso ao Parlamento.

(Manifestação no plenário: Tira, tira!)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Não, não, Sr. Presidente. Tem que haver encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se saírem daqui de trás, retomaremos com tranquilidade. Eu não vou mais aceitar dessa forma.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação com o seguinte teor:

Requeremos, nos termos do art. 178, caput, combinado com o art. 157, § 3º e 117, inciso XI, do Regimento Interno da Câmara, o encerramento para a discussão do encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Para falar contrariamente, com a palavra o Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

Eu tenho direito a ser respeitado aqui também. Quando me respeitarem, vou trabalhar da mesma forma. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desde a semana passada, estou sendo desrespeitado neste plenário. Sou muito democrático e dialogo com todo mundo aqui.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Venezuela! Venezuela!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, será votado agora...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Venezuela! Venezuela!

O SR. NILSON LEITÃO - São os baderneiros da República!

Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.



O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o requerimento que se quer votar agora é para encerrar a discussão.

Vejam que escândalo: querem votar o projeto que promove o maior ataque da história do Brasil aos direitos de trabalhadores com seis pessoas falando por 3 minutos, cada um, a respeito do assunto. Portanto, são 9 minutos de um lado e 9 minutos do outro. Com 18 minutos de debate querem retirar os direitos que foram conquistados em décadas de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros. Tudo isso é para dividir o ônus, o desgaste, a impopularidade do Governo Temer que hoje, segundo o jornal *Valor Econômico*, atingiu o mais baixo patamar de popularidade – 4%. Este Governo conseguiu empatar com a figura mais rejeitada da história do Brasil, o ex-Deputado Eduardo Cunha, que atualmente está preso. É esse desgaste que ele quer dividir com a sua base.

Eles querem que os nomes dos senhores sejam o alvo do protesto na sexta-feira. Na sexta-feira, no Brasil inteiro, não será o nome de Michel Temer que estará sendo atacado, mas o nome dos colegas que hoje tentarão votar a favor dessa retirada de direitos.

Eu quero alertar aos colegas Parlamentares sobre o que o Governo está fazendo com as senhoras e os senhores: apressando a votação para que os nomes de vocês estejam nos cartazes na sexta-feira, inclusive a sua foto, Deputado, para que o senhor depois não possa embarcar em um avião, sem ser, de alguma maneira, cobrado pelos seus eleitores, para que o senhor não possa circular nas suas ruas, sem ser atacado pelos seus eleitores, porque essa retirada de direitos vai ser cobrada.



O Temer não quer ser candidato a mais nada, mas as senhoras e os senhores querem. Daqui a 1 ano, as senhoras e os senhores estarão nas ruas pedindo voto, e essa votação de hoje não será esquecida. Eu quero alertar aos colegas para o risco que correm promovendo esse ataque que o Governo Temer quer — não as senhoras e os senhores. A maioria não quer. A maioria está sendo pressionada, até ameaçada pelo Governo. Não caiam nessa armadilha. Não abracem Michel Temer para afundar com ele. Ele já encerrou a carreira dele. Ele chegou aonde chegou sem precisar de voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, para uma Comunicação de Liderança, pela Liderança do PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos vivendo uma noite tenebrosa, onde os direitos trabalhistas estão sendo vilipendiados, levando o Brasil à circunstância de antes da década de 30, a um período rudimentar ou a países onde o trabalho escravo, o trabalho desregulamentado têm levado milhões de trabalhadores à miséria, ao subemprego.

Essa flexibilização é a flexibilização ultraliberal dos que não respeitam os direitos fundamentais exarados pela Organização Internacional do Trabalho, dos que não respeitam o direito à liberdade e à autonomia sindical, dos que não respeitam o direito ao contraditório.

V.Exas. rasgaram a CLT! V.Exas. rasgaram direitos consolidados há mais de 60 anos!

O PCdoB, um partido do mundo do trabalho, vota integralmente contra essa matéria desqualificada, essa matéria agressiva contra os direitos dos trabalhadores.



A Deputada Luciana Santos, Presidenta do partido, não rasga a CLT e diz “não” à reforma!

A Deputada Jô Moraes, ex-presa política que deu a vida à luta dos trabalhadores, diz “não” a essa reforma!

A Deputada Professora Marcivania, futuro da luta no Norte, é contra a reforma trabalhista!

A Deputada Jandira Feghali, um dos maiores nomes da luta popular brasileira, diz “não” à reforma trabalhista!

O Deputado Daniel Almeida, membro da Comissão, operário, diz “não” à reforma trabalhista!

O Deputado Davidson Magalhães, Presidente do PCdoB da Bahia, lutador pela soberania, diz “não” a essa reforma infame!

O Deputado Assis, a quem eu rendo homenagens, aqui demonstrando a força do trabalhador, diz “não” a essa reforma. E por dizer “não” foi chamado de palhaço. Respeitem os trabalhadores brasileiros! E porque representou os trabalhadores vai ser substituído já, já pelo Ministro do Trabalho, que vem aqui constrangido, porque vai cair, porque também é contra essa reforma trabalhista. Assis, firme na luta!

O Deputado Chico Lopes, veterano batalhador das causas do povo no Ceará, diz “não” à reforma infame.

Orlando Silva, Deputado combativo de São Paulo, diz “não” a essa reforma trabalhista, ex-Ministro que orgulha o nosso partido.

Deputado Moisés, do Acre, diz “não”.

Deputado Rubens Pereira Júnior, que luta para derrubar esta sessão no Supremo, porque a votação se dá de forma irregular, também diz “não”.



O PCdoB é um partido do mundo do trabalho, 95 anos de luta e de resistência contra o autoritarismo não suporta de qualquer maneira o negociado sobre o legislado, o fim do imposto sindical desidratando os sindicatos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. sem revisão do orador.) - O Deputado Caetano vota contra essa reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “sim” para toda a base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Democratas “não”, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB não, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente. “Sim” para o PSD.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSB vota como, Deputado Bebeto?

(Pausa.)

O SR. JOÃO RODRIGUES - Para acabar com a mamata da CUT.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. BEBETO - A Líder está falando aqui que não pode seguir a orientação que a base inteira está mandando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro. O.k. Por isso eu pedi a sua orientação.

(Não identificado) - O pessoal do PT nunca soube o que foi uma carteira trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT, Deputado Mentor?

(Pausa.)

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, o PDT não orientou, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se colocaram, colocaram errado. Eu não citei.

Com a palavra o Deputado Mentor, pela Liderança do PT.

O SR. JOSÉ MENTOR (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vai encaminhar o voto “não” pelos motivos que já foram ditos aqui. É um projeto que rasga a CLT, atinge os direitos dos trabalhadores.

Vejam V.Exas. que esse projeto chegou a Câmara dos Deputados no dia 23 de dezembro de 2016 com cinco artigos — cinco artigos.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS orienta “sim”, Sr. Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente...



A SRA. TEREZA CRISTINA - O PSB...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ele está orientando.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, o Bloco do PP/PTN/PTdoB...

O SR. JOSÉ MENTOR - O Relator apresentou um Substitutivo em 12/04 a esses 5 artigos que muda 95 artigos da CLT.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, o Solidariedade...

O SR. JOÃO RODRIGUES - O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MENTOR - Em 15 dias ele quer mudar 102 artigos da CLT. É um descalabro, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT, Deputado André Figueiredo?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, nós tínhamos um requerimento de quebra de interstício.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já votei.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Em que momento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - No momento anterior à votação desse.

O SR. GLAUBER BRAGA - Não houve orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já está superado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação do PDT.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Requeiro o tempo de Liderança, somado a este.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado André Figueiredo, pela Liderança do PDT. *(Pausa.)*



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado André Figueiredo, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

(Pausa.)

O PDT vai falar agora ali. Cadê o Deputado André Figueiredo?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vi vários Parlamentares da atual base do Governo criticarem os companheiros que estão portando cruces, caixões, que demarcam um momento que para nós é muito triste, para todos nós que defendemos os direitos dos trabalhadores que são consagrados. Sabemos que foram conquistados com muita luta, e agora, de supetão, estão sendo surrupiados.

E esses mesmos colegas que hoje fazem a base, quantas vezes vieram aqui com panela na mão portando bonecos do ex-Presidente Lula vestido de presidiário, botando gravações? Agora se julgam no direito de dizer que isto aqui não é um Parlamento sério por conta de uma manifestação como esta.

Quero aqui dizer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a seriedade maior é vermos a consequência que este nosso ato de hoje, de eventualmente aprovarmos esta reforma, vai causar para milhões de brasileiros.

Vi o Deputado Rogério Marinho dizer que evitou a pejotização. Ora, muito mais grave é o art. 442-B, no qual determina a possibilidade de contratação, por parte de qualquer empresa, de trabalhadores autônomos, de forma contínua e exclusiva. Isso sim é precarização e isso não foi excluído do texto.



Talvez a maioria não saiba, mas o empresário pode determinar que o empregado agora não tenha tempo para o almoço, não tenha intervalo, contanto que lhe pague uma hora extra.

Isso é uma Extrema perversidade! Nós do PDT, a nossa bancada — não apenas ela, mas todo o partido —, na última convenção nacional, fechou questão contra essa reforma. Digo ao nosso Líder, o Deputado Weverton Rocha, e toda a nossa bancada reunida, que quem votar a favor dessa reforma, por favor, saia do nosso partido, o PDT, ou será expulso. *(Palmas.)*

Não aceitaremos, em nenhuma hipótese, que, nessas duas reformas perversas, os direitos dos trabalhadores e dos aposentados sejam surrupiados. Fechamos questão contra ambas e assim faremos.

Tenho absoluta certeza de que vários companheiros que aqui estão, da base ou não, vão saber muito bem se portar na hora de se posicionar. A pressão do Governo é conjuntural, mas a pressão popular é eterna. A consequência dessa votação não virá agora, virá daqui a muitos e muitos anos, companheiros e companheiras.

Por isso, nós do PDT, mais uma vez, posicionamo-nos. O que está acontecendo aqui é uma verdadeira manipulação das massas. Cada vez mais, ilusões são colocadas para tentar mistificar uma mentira. Do mesmo jeito que nos posicionamos na reforma da Previdência, aqui, mais uma vez...

Eu não sei se o Deputado Arthur Oliveira Maia está presente, porque, na Comissão, ele nunca ficou por mais de 10 minutos. Ele se omite em discutir as mentiras, para dizer que o relatório atual da reforma da Previdência minimiza danos.

Ele é pior do que o anterior.



Da mesma maneira, apesar do esforço do Deputado Rogério Marinho, esse relatório da reforma trabalhista consegue ser pior do que a lei da terceirização enviada para cá pelo Fernando Henrique Cardoso na década de 90 e aprovada em 2002.

Companheiros e companheiras, no dia 28 o Brasil vai parar! O Brasil vai mostrar que sabe sim ir às ruas, que sabe sim brigar por seus direitos. Nós, que fazemos parte deste Poder, que fazemos parte daquele que é o mais democrático dos Poderes, temos aqui um dever de prestar contas à população que nos elege e não a quem nos financia, não àqueles que financiam, às vezes, campanhas milionárias para chegarem ao Parlamento e terem seus representantes.

Nós somos representantes é do povo brasileiro. Por isso conclamamos os companheiros do PDT, do PT, do PCdoB, da Rede, do PSOL, do Solidariedade, do PHS, do PSB e de todos os partidos que um dia tiveram uma história de luta por trabalhador.

É chagado o momento de encararmos essa luta. Na verdade, quem tomou o poder no País através do golpe Parlamentar contra a Presidenta Dilma está no seu direito golpear também o trabalhador brasileiro.

Porém, nós, que temos o dever histórico de nos posicionarmos pelo Brasil, temos a missão de garantir que o Brasil não seja um símbolo de desrespeito ao povo mais humilde, ao trabalhador, ao aposentado.

Por isso que nós orientamos pelo não encerramento da discussão. Nós vamos nos posicionar sempre em defesa do que é mais sagrado, que são os direitos dos trabalhadores brasileiros.

É isso aí, companheiros, à luta sempre!



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PSB vota “sim”.

Como vota o PHS, Deputado Givaldo Carimbão?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Nação brasileira, a democracia existe, e, no PHS, obviamente.

No *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, de sete Deputados, seis votaram a favor e eu votei contra. Hoje, o partido, mais uma vez, posiciona-se e tem alguns companheiros divergindo.

Eu quero aqui deixar registrada a minha posição pessoal: votarei contra a reforma da Previdência, porém, o partido PHS vai liberar a sua bancada em respeito a alguns companheiros que votam “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PSOL faz questão de formalizar também o seu voto contra o desmonte da legislação trabalhista. Nós somos contra que a CLT seja jogada na lata do lixo.

O Deputado Edmilson Rodrigues é contra o desmonte da CLT.

O Deputado Chico Alencar é contra o desmonte da CLT.

O Deputado Ivan Valente é contra o desmonte da CLT.

O Deputado Jean Wyllys é contra o desmonte da CLT.



A Deputada Luiza Erundina é contra o desmonte da CLT. Essa desgraça, como já foi dito por S.Exa. no dia em que teve a oportunidade de ocupar a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Modernizar é garantir o direito dos trabalhadores, não é jogar a CLT na lata do lixo. O que se faz hoje aqui é uma covardia com brasileiros e brasileiras que trabalham dia e noite para garantir seu sustento.

Essa covardia não vai ser esquecida. Aqueles Parlamentares que votarem, neste momento, contra os trabalhadores e trabalhadoras serão lembrados como aqueles que não mais representam os interesses dos eleitores e eleitoras brasileiras.

A bancada do PSOL quer aqui reafirmar: dizer que o negociado prevalecerá sobre o legislado é jogar a Consolidação das Leis do Trabalho na lata do lixo. Não existe legitimidade para que esta matéria seja votada. O Relator apresentou o seu pacote de maldades. O pacote de maldades apresentado pelo Relator é o pacote de maldades do Governo Temer, que também nós não deixamos de dizer: representa única e exclusivamente o interesse de uma parte do patronato brasileiro, não representa em nada o interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Por esse motivo, nós, a bancada do PSOL em conjunto com Parlamentares de vários outros partidos, reafirmamos nosso respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

E exatamente por esse motivo que dizemos em alto e bom som: o Governo Temer não tem legitimidade para propor o desmonte da CLT, o desmonte da Previdência pública e para fazer tudo o que tem procurado fazer. Nós não



aceitaremos esse tipo de imposição: Ministros que não têm a capacidade para estar à frente de postos de comandos e que deveriam ser afastados.

Por isso, nós terminamos a nossa declaração de voto, dizendo em alto e bom som: Fora Temer! Fora Temer e todos aqueles que querem fazer com que a CLT possa ser derrubada! Nós não aceitaremos isso!

Fora Temer! Fora Temer! Fora Temer!

(Manifestações no plenário: Fora Temer! Fora Temer!)

O SR. AUREO - Solidariedade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade, Deputado Aureo?

O SR. AUREO (SD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, entendemos que precisamos discutir mais essa reforma porque ela impacta na vida dos trabalhadores brasileiros. E não podemos votar com tanta agilidade uma matéria de tanta importância, que tem que ser discutida na Câmara dos Deputados.

Por isso orientamos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa reforma trabalhista é um ataque aos direitos dos trabalhadores, é uma regressão. Nós estamos voltando ao início do século XIX e, como bem foi falado aqui, ao início da Revolução Industrial.

Portanto, esse Governo ilegítimo, esse Governo corrupto não tem condição de impor essa maldade, esse pacote de maldade às trabalhadoras e aos trabalhadores do Brasil.



Por isso, o PCdoB, toda a sua bancada, toda a sua militância, que vem do norte ao sul do País, vão reforçar essa greve geral no dia 28.

A greve é contra esse Governo que é ilegítimo, esse Governo que está sendo repudiado nas ruas. E o PCdoB vota contra esse ataque ao direito dos trabalhadores, contra o rasgar da Constituição e o rasgar da...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a primeira questão que eu queria colocar é a necessidade de que este Plenário vote nominalmente o mérito dessa matéria. Quem tem coragem de virar de costas para o Brasil que coloque a sua digital. Porque falar grosso com o trabalhador e fino com o capital não é coragem; é covardia. Então, que coloque o dedo, coloque a digital no mérito da matéria. Isso é fundamental. Tinha que ser de ofício a sua posição de fazer votação nominal.

Em segundo lugar, quero dizer que V.Exa. sabe como nós que essa matéria está ilegalmente posta neste Plenário. Nós temos três medidas provisórias que tinham que ser tratadas antes. Isso não é matéria penal, não é processo civil. Isso é direito do trabalho e não poderia estar sendo votado neste momento. Isso é um atropelo regimental por temor de algo que é a greve de sexta-feira. Não virem de costas para o Brasil, porque V.Exas. terão que andar nas ruas, e isso de fato não merece...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI - A Minoria vota “não” ao encerramento da discussão, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A nova edição da pesquisa *Parâmetro Político* realizada pela consultoria Ipsos mostra que 75% dos entrevistados classificaram como ruim ou péssimo o Governo Federal, e apenas 4% disseram que o consideram ótimo ou bom. Esse mesmo percentual de 4% é composto por pessoas que responderam à pergunta “*Você aprova ou desaprova a atuação de Temer?*”.

Oitenta e sete por cento responderam que a desaprovam. Em março, eram 78%. Em março, a avaliação de Temer como péssima/ruim era de 62%. Em abril, subiu para 75%.

Diante dessas reformas vergonhosas apresentadas aqui, nesta Câmara, isso tem caído...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. JOÃO DERLY - Quero só concluir. Retiraram uma parte do meu tempo quando a Deputada Jandira estava encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem 1 minuto só, Deputado.

O SR. WELITON PRADO - O PMB...

O SR. JOÃO DERLY - Vou só fazer o encaminhamento.

Diante disso, nós votamos “não” ao fim da discussão da reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”. Nós temos que continuar esta discussão. Não podemos votar no afogadilho, rasgar a CLT, tornar precárias as relações de trabalho.



Nosso posicionamento é claro. Temos, inclusive, um compromisso público. Não votamos nenhum projeto que mexa no direito dos trabalhadores, dos servidores públicos, dos aposentados. Não tenho dúvida nenhuma: desde o advento da CLT, esse projeto que estamos discutindo neste momento no Congresso Nacional é o projeto que mais retira direito do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Eu queria, inclusive, que fosse incluído o tempo da Liderança do PMB, para deixar claro para o Brasil o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está incluído. Incluí o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weliton Prado, como Líder.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - A população está se mobilizando para o próximo dia 28. Eu tenho certeza de que a população vai se mobilizar. Aí é o conjunto dos trabalhadores: servidores da área da educação, da segurança pública, da saúde, estudantes, professores, servidores do Judiciário — quem eu queria parabenizar —, associações do Ministério Público e dos Juízes Federais, que são mais de 40 mil e soltaram, inclusive, uma nota pública contra a reforma trabalhista.

Da mesma maneira se posicionaram contra a reforma trabalhista e contra a reforma da Previdência a Igreja Católica e a Igreja Evangélica. Não podemos aceitar nenhum direito a menos. Não podemos aceitar injustiças. Não podemos aceitar maldade com o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Os trabalhadores e os servidores públicos não são responsáveis por esta crise. O Governo tem vários mecanismos e pode, por exemplo, fazer auditoria da dívida pública, que é uma



verdadeira caixa-preta, taxar os bancos e taxar as grandes fortunas sem querer culpar o trabalhador brasileiro.

Não tenho dúvida nenhuma de que este projeto fere de morte o direito dos trabalhadores. Por isso, a população diz um “não” à reforma trabalhista, somado com a terceirização que também precariza e com a reforma Previdência, que não é reforma, porque, para se reformar, tem que ser para melhorar, para modernizar. Você reforma uma casa para melhorá-la. O que o Governo quer é acabar com a Previdência Social.

Com certeza a reforma trabalhista, mexe, sim, com o direito dos trabalhadores. Não sou só quem está falando, está aqui o conjunto das entidades: a associação dos servidores da área da saúde e da área da segurança pública, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho — ANPT, a associação de juízes, que contam com mais de 40 mil profissionais da área da justiça. Eles deixam bem claro que isso fere de morte os direitos do conjunto dos trabalhadores brasileiros. Não podemos admitir isso, não podemos aceitar isso de maneira nenhuma. É muito importante a mobilização da população, para que a gente garanta que a justiça no nosso País possa ser feita.

Por isso, o PMB tem um posicionamento claro. O PMB é totalmente contra a reforma trabalhista e totalmente contra a reforma da Previdência.

Não podemos aceitar, não podemos admitir que o conjunto da população brasileira seja tão humilhado. É uma maldade, é um injustiça com os trabalhadores, é uma maldade e uma injustiça com os servidores públicos.

Ontem nós já tivemos uma vitória muito grande em relação à renegociação da dívida dos Estados, porque o Governo Temer foi teimoso. O Governo tinha vários



mecanismos, poderia fazer um encontro de contas, pagar o que deve para os Estados. Na hora de cobrar, é muito bom — aí, cobra —, mas, na hora de cumprir o seu dever, a sua obrigação, aí não pode.

O Governo poderia muito bem pagar o que deve com a Lei Kandir. Minas Gerais sairia do estado de devedor para o de credor. Da mesma maneira, com certeza o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e outros Estados da Federação seriam beneficiados.

E, mais uma vez, qual era o objetivo? Jogar nas costas dos servidores, aumentar a alíquota de Previdência do servidor de 11% para 14%, vender as riquezas dos Estados. Em Minas Gerais nós temos a CEMIG, temos a COPASA, temos várias companhias. O Governo queria que vendessem as nossas companhias e que prejudicassem os trabalhadores, os mais pobres, em vez de colocar o dedo na ferida e realmente fazer uma revolução profunda no nosso País, fazendo a auditoria da dívida pública, não tenho dúvida nenhuma, e taxando os bancos e as grandes fortunas.

Então, esse é o nosso posicionamento. Não aceitamos nenhum direito a menos, não aceitamos que mexam nos direitos dos trabalhadores, não aceitamos que rasguem a CLT, não aceitamos que mexam na Previdência Social, que é um direito adquirido dos trabalhadores ao longo dos anos.

Não se pode mexer na regra do jogo aos 45 minutos do segundo tempo. Os servidores não são responsáveis por isso. O povo brasileiro não é responsável por essa crise. Se forem fazer ajuste, façam para os que podem pagar. Não façam para os pobres, para as mulheres, para os trabalhadores rurais, que já estão tão penalizados, sofrendo na pele as dificuldades em que se encontra o nosso País.



Não é verdade que com a reforma trabalhista vai-se resolver o problema da falta de emprego no nosso País. Não é verdade! Há 4 anos tínhamos pleno emprego no Brasil e com essa mesma legislação que está aí hoje.

Então, não concordamos com isso! Não aceitamos a precarização! Não aceitamos o bico! Não aceitamos rasgar a CLT! Não aceitamos a reforma da Previdência!

Esse é o posicionamento do PMB.

O SR. JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, quero dizer ao povo brasileiro que uma das razões do PTB ter um Ministro do Trabalho que enfrenta essa importante modernização das leis trabalhistas é porque entendemos que o mundo se modernizou.

Precisamos de segurança jurídica. Precisamos de um País onde dá a possibilidade de se mexer na lei, na Consolidação das Leis do Trabalho, sem tirar o direito dos trabalhadores, porque é isso que está acontecendo. É uma grande falácia dizerem que estamos tirando os direitos dos trabalhadores. Isso não é verdade!

O Ministro Ronaldo Nogueira é um homem sério. Fez um trabalho com competência, buscando sobremaneira o diálogo com as centrais de trabalhadores, com as centrais de patrões e chegou a um bom termo em uma excelente reforma.

Então, entendemos que o PTB é contra o alongamento dessa discussão.

Vamos à votação final.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis ao encerramento da discussão e do encaminhamento permaneçam como se acham.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis ao encerramento da discussão e do encaminhamento permaneçam como se acham.

(Pausa.)

APROVADO.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA) - Peço verificação, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA) - Sr. Presidente, verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem pediu verificação?

O SR. WEVERTON ROCHA - O PDT.

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB e o PDT.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO - Sr. Presidente...

(Não identificado) - Sr. Presidente, não tem número.

A SRA. ALICE PORTUGAL - PCdoB e PDT verificação.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) - Verificação. O PSOL pede também.

O SR. DANIEL COELHO - O PCdoB não tem número.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PCdoB e PDT têm acordo, como também o Democratas tem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM) - Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação conjunta.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. CHICO ALENCAR - Dedo no painel.

(Não identificado) - Sr. Presidente, permite-me a palavra?

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB orienta obstrução.

O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu quero fazer um questionamento. Eu quero saber de V.Exa. e do Líder do Governo se vai haver a covardia aqui de não votar nominal a matéria na hora de votar a matéria!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado... Deputado Henrique Fontana, V.Exa. pode ...

O SR. HENRIQUE FONTANA - *(Microfone desligado.) (Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Henrique Fontana, V.Exa. pode esperar um minuto?

O Deputado Mauro Pereira tinha começado a falar. Ele vai falar 1 minuto e V.Exa. pode falar 1 minuto, não tem problema nenhum.

Deputado Mauro Pereira.

O SR. CHICO ALENCAR - PSOL em obstrução.

A SRA. ALICE PORTUGAL -... orienta "não".

(Tumulto no plenário.)

O SR. CHICO ALENCAR - PSOL em obstrução.



(Não identificado.) - Sr. Presidente, questão de ordem. Só para explicar.

“Sim” encerra, votando “não” mantemos...

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado José Airton Cirilo acompanhou a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Mauro Pereira com a palavra pelo tempo de 1 minuto.

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB reorienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Por favor, vamos deixar o Deputado Mauro Pereira falar.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Alô, painel! PCdoB “não”.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Vamos começar a organização do Brasil.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aos colegas Deputados que esta votação é de extrema importância, porque nós estaremos dando segurança jurídica tanto para o empregador, como para o empregado. Nós precisamos gerar mais de 13 milhões de empregos e temos essa oportunidade votando isso agora.

Eu quero parabenizar o Presidente Daniel Vilela, o Relator Rogério Marinho, o nosso Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e dizer que é muito fácil nós sabermos qual é o lado correto. Basta olhar de que lado o PT está, porque foi ele que quebrou o Brasil, foi ele que montou o maior esquema de coisas erradas no nosso País. O PT está votando contra a matéria, e isso é sinal de que nós estamos certos. Onde o PT está...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, por 1 minuto.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero me dirigir ao Líder do Governo, Deputado Aguinaldo Ribeiro, a V.Exa. e a cada um dos Deputados que estão defendendo esta antirreforma, esta liquidação da legislação trabalhista no País.

V.Exas. dizem que ela é ótima. Eu quero perguntar se V.Exas. assumem o compromisso da honradez de votarem nominalmente a matéria, colocarem o dedo na hora do voto, para que o Brasil saiba quem está liquidando a CLT.

Está havendo muita manobra aqui e muita conversa do tipo: *“Eu vou pedir nominal neste requerimento, para depois me esconder na hora de votar o projeto que liquida com a CLT”*.

Este Parlamento está de costas para o Brasil! Sabemos que há 90% do povo brasileiro contra esta reforma!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem pediu verificação agora foi o PDT com o PCdoB.

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Nogueira.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL transita para “não”. O PSOL vota “não”!

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já pode encerrar a votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode encerrar a votação?



O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. CHICO ALENCAR - O PSOL vota “não”, Sr. Presidente, por favor, corrigindo o painel.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

O SR. ARTHUR LIRA - Encerre a votação!

O SR. CHICO ALENCAR - O PSOL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todos votaram?

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aguarde 1 minuto, Deputado.

Todos votaram? Está encerrada a votação?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não, Sr. Presidente, ainda estão votando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Costa, por 1 minuto, e vou encerrá-la.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Deputado Jorge Solla...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Silvio Costa, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Henrique Fontana, companheiro, eu queria tentar, Sr. Presidente, sinceramente, fazer uma proposta aqui.

O Deputado Henrique Fontana pondera, até com razão, que lá adiante, no mérito, porque há a questão do tempo de 1 hora, poderia ser por acordo, mas não dá para votarmos o mérito por acordo. Para votar o mérito, o Parlamentar tem que



botar o dedo lá: “sim” ou “não”. Mas nós podemos fazer um acordo, não há problema nenhum.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SILVIO COSTA - Calma! Nós podemos pegar todos os requerimentos por acordo, e o mérito ser nominal.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É até bom que seja nominal, que seja com o dedo mesmo!

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sem acordo, Sr. Presidente! Não! A opção foi deles.

O SR. SILVIO COSTA - Calma! Calma! Esperem, foi só uma proposta. Acabou! Foi só uma proposta!

O SR. JOÃO RODRIGUES - Erraram por incompetência!

O SR. SILVIO COSTA - Calma! Foi só uma proposta!

O SR. CAETANO - Não há acordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ninguém aceitou a proposta.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Acordo para arrancar a CLT não existe!

O SR. ARTHUR LIRA - Encerre a votação, Sr. Presidente.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Todos podem colocar a digital, nós queremos ver agora quem está mentindo e quem está falando a verdade aqui. Quem tem coragem de assumir a sua posição perante o Brasil que a assuma agora!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:



SIM: 226;

NÃO: 125;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 352.

APROVADO.

A discussão e o encerramento estão encerrados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ministro Ronaldo, após o parecer eu concedo a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer às emendas de Plenário pela Comissão Especial, concedo a palavra ao Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB-RN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - “Parecer do Relator pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do Poder Executivo, que altera o Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.

Foram apresentadas 32 emendas no plenário.

Voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016.

Voto pela adequação orçamentária e financeira de todas as emendas de Plenário.

As Emendas nº 1 e 3 já foram acatadas no Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei no plenário.



No mérito, voto pela rejeição das Emendas de Plenário nº 2, 4, 8, 10, 15, 17, 19, 32 e pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nº 9, 16, 18, acatadas na forma de Subemenda Substitutiva Global.

No § 1º do art. 223-G e do art. 1º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, estamos alterando os limites estabelecidos para a fixação das indenizações por danos extrapatrimoniais definidos no novo escalonamento, que inclui a ofensa de natureza gravíssima.

Acatamos, aqui, parcialmente a emenda do Deputado Vitor Lippi.

“No § 6º do art. 461 do art. 1º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 6.787/2016, estamos apenas inserindo a expressão ‘em favor’, para esclarecer que a multa é em benefício do empregado.”

Esse foi um pedido da bancada feminina.

“No caput do art. 510-D do art. 1º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 6.787/2016 e no seu § 1º, retiramos a possibilidade de reeleição do empregado que exerceu mandato de representante dos empregados.” — uma sugestão do Deputado Nilson Leitão.

“No § 10º do art. 899 do art. 1º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei 6.787/2016, incluímos as entidades filantrópicas e os beneficiários da justiça gratuita nas hipóteses de isenção do depósito recursal. Adequamos a redação do § 9º, para excluir as entidades filantrópicas do rol dos que pagam o depósito reduzido.” — alteração proposta pela Deputada Gorete.

“As alterações estão apresentadas a seguir:

‘O Congresso Nacional decreta:



Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, possa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 223-G.....

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I - ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido;

II - ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido;

III - ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido;

IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

Art.461.....

§ 6. No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juiz determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor dos empregados discriminados, no valor de cinquenta por cento do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 510-D. O mandato dos membros da comissão de representante dos empregados será de um ano.

§ 1º. O membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão não poderá ser candidato nos dois períodos subsequentes.



Art. 899. O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

.....
§ 10 São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial”.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.”

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Vitor Valim, votou com o partido na votação passada.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra., Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por uma questão de ordem, de acordo com o art. 179, é necessário que, ao dar o parecer, sejam distribuídas cópias desse parecer para que todos os Srs. Deputados e todas as Sras. Deputadas tenham acesso ao que foi lido.

O Deputado leu o parecer de forma rápida, leu com voz baixa, e nós não tivemos exatamente o conhecimento do parecer.

Portanto, nosso requerimento é muito simples: ele permite a todos os Deputados saberem exatamente as razões do parecer do Deputado Rogério Marinho, parecer que ele apresentou agora.

Nós queremos ter esse conhecimento e por isso nós evocamos aqui o art. 179 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que se distribua o parecer às emendas de plenário concedido pelo Relator minutos atrás.

O SR. NILTO TATTO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Nilto Tatto votou “não” na votação anterior, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Nogueira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/PTB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar aqui a respeito da modernização da legislação trabalhista, da proposta encaminhada pelo Governo e que está em discussão aqui nesta Casa.

Por orientação do Presidente Michel Temer, ainda no mês de junho de 2016, nós iniciamos um processo de diálogo com trabalhadores, empregadores e toda a sociedade civil organizada. Nós construímos um texto ancorado em três eixos: o primeiro eixo é a consolidação de direitos; o segundo eixo é a segurança jurídica e o terceiro eixo é a geração de empregos.

Uma nação se estabelece em três pilares fundamentais, que são: segurança nacional, segurança monetária e segurança jurídica. Nas relações de trabalho precisa haver segurança jurídica.

Os senhores vejam que o Brasil tem uma capacidade extraordinária de geração de empregos. No entanto, nós temos em torno de 60 milhões de brasileiros que não têm uma atividade econômica e mais de 13 milhões de brasileiros que precisam ser os provedores do dinheiro para que a família tenha condições de sustentação e sobrevivência: o dinheiro para pagar o aluguel, pagar a luz, pagar a água e colocar o pão na mesa dos filhos.



De dezembro de 2014 a dezembro de 2015, fechou-se no Brasil mais de 1,5 milhão de postos de trabalho e os senhores vejam que, nesse período, não era Michel Temer o Presidente da República. Todos nós somos responsáveis por essa condição em que está o nosso País. Não é possível um país com tanta riqueza precisar conviver com tanta pobreza, com mais de 13 milhões de brasileiros que não têm um endereço para trabalhar.

Eu quero dizer para os senhores que a proposta aqui discutida nesta noite não tira direitos do trabalhador. Os direitos do trabalhador que estão especificados no art. 7º da Constituição e na CLT — nenhum deles — não estão ameaçados, porque direito você não revoga, direito você aprimora. E nós queremos garantir igualdade de condições para todos os brasileiros, para que o trabalhador possa escolher, através da sua respectiva convenção coletiva, a forma mais vantajosa de usufruir dos seus direitos.

É importante que esta Casa vote hoje essa matéria, porque amanhã o trabalhador vai saber que os seus direitos estão preservados.

(Manifestação no plenário: Apitação.)

E o fundamental, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que o Brasil recupere a sua condição de geração de empregos. Não foi o Presidente Michel Temer que promoveu a maior queda do emprego na história desta Nação. O Presidente Michel Temer tem a coragem, sim, de apresentar reformas, não com o pensamento na próxima eleição, mas pensando na próxima geração, para que o Brasil do amanhã, o Brasil da próxima geração seja um País de igualdade, onde todos os brasileiros possam ter a condição digna de ter acesso a dois endereços fundamentais: um é o endereço para morar; o outro é o endereço para trabalhar.



(Manifestação no plenário: Apitação.)

Aqueles que apostam no insucesso do Brasil vão errar, porque o Brasil vai superar esse momento de dificuldade, através da coragem, através da verdade, porque a verdade vai se manifestar quando esta Casa, responsável, comprometida com o Brasil, comprometida com...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputados, isso está ficando... Deputado Jean Wyllys, por favor! Não é possível! Daqui a pouco vai ficar apito de um lado...

Deputada Jandira Feghali, V.Exa. fala tanto em democracia, então, seja democrata com a Oposição.

(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Ronaldo Nogueira está com a palavra.

O SR. RONALDO NOGUEIRA - Eu quero dizer para o...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. pode falar, depois do Deputado Rodrigo Nogueira.

O SR. RONALDO NOGUEIRA - ... Exmo. Sr. Presidente Rodrigo Maia que eu tenho a compreensão que só damos aquilo que tem. Quem não tem educação não tem como dar educação. *(Palmas.)*

(Manifestação no plenário: Muito bem!)

Quem não tem respeito não tem como dar respeito. Quem não tem um perfil democrata não tem como ser democrata.

(Manifestação no plenário: Deputados da Oposição apitando.)



O SR. RONALDO NOGUEIRA - A pluralidade das ideias, a pluralidade da manifestação faz parte da democracia. Mas faltar com o respeito, com o colega que usa a tribuna eu nunca fiz isso. Eu sempre ouvi atentamente inclusive aqueles discursos que eu não concordava, porque o direito de discordar é fundamental para se estabelecer uma democracia. *(Mito bem.) (Palmas.)*

Então, eu quero dizer para o Presidente Rodrigo Maia que eu não me constranjo, eu compreendo e perdoo.

Mas eu encerro aqui a minha fala, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizendo aos senhores que podem votar com convicção.

Eu já estive desempregado na vida. A minha tribo é o trabalhador. As pessoas das minhas relações são trabalhadoras. A média salarial dos meus familiares é de um a cinco salários mínimos.

Então, eu compreendo a dificuldade do trabalhador que não tem emprego. São por eles que nós estamos fazendo esse enfrentamento para modernizar a legislação trabalhista e gerar empregos.

Dos 38 milhões e 600 mil empregos gerados no Brasil, 85% são gerados por micro e pequenos empresários.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encerrar, Sr. Ministro.

O SR. RONALDO NOGUEIRA - Eu encerro aqui dizendo que esses micro e pequenos empresários, muitos deles têm um faturamento bruto mensal menor do salário fixo estável do que aquele que o chama de burguês.

Nós estamos no século XXI, não estamos no século XIX.

Que Deus abençoe o Brasil!

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.) (Muito bem.)*



Durante o discurso do Sr. Ronaldo Nogueira, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Beto Mansur, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ságuas Moraes votou com o partido na votação anterior.

O SR. CABUÇU BORGES (PMDB-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Cabuçu Borges votou com o seu partido, votou com o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Deputada Jandira Feghali está com a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, se há algo aqui hoje que a base do Governo ou mesmo a Presidência não pode falar é em respeito.

V.Exas. desrespeitaram a Constituição, a legalidade, o Regimento, a democracia, (*palmas*) e o mínimo que eu posso fazer é me manifestar em protesto.

Quando V.Exas. falam que a reforma não vai tirar direito do trabalhador, V.Exas. estão mentindo para a sociedade brasileira. Não há respeito aqui à lei, à democracia. Nós não estamos em normalidade democrática.

Então, eu me manifestar em protesto diante de um argumento não é antidemocrático, como qualquer um aqui tem feito neste plenário.

Portanto, V.Exa. hoje desrespeitou a Constituição, a lei e o Regimento. V.Exa. não pode hoje falar em respeito neste plenário, Sr. Presidente.

É isso aí.



O SR. ODORICO MONTEIRO (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Odorico Monteiro votou com o partido.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 193 do Regimento Interno, o adiamento da votação do PL 6.787, de 2016, por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Questão de ordem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é essencial que a votação venha a ser nominal.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, questão de ordem é com base no art. 14, inciso I.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Eu vejo movimentos aqui para tentar impedir uma...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, o Deputado Rubens Pereira Júnior está fazendo uma questão de ordem.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, a questão de ordem é no seguinte sentido: o trabalho da Comissão Especial de alguma forma foi atropelado.



Houve um requerimento de urgência que fez com que viesse direto para o plenário. Isso faz com que, até o final, nós tenhamos algumas dúvidas em relação ao devido andamento do processo legislativo da referida matéria.

A questão de ordem que eu faço a V.Exa., que pode ser respondida pela Mesa, que pode ser respondida também pelo Relator, ou por qualquer outro Deputado, é no seguinte aspecto: qual é o impacto da referida matéria no que diz respeito ao novo regime fiscal? Qual é o impacto da matéria da reforma trabalhista que tramita no novo regime fiscal? Quero saber se houve estudo de impacto ou não para sabermos se isso, de alguma forma, contraria a legislação aprovada. Sem esse conhecimento, nós não temos como deliberar a matéria no mérito, e é o que devemos fazer imediatamente.

Então a pergunta que faço a V.Exa. é a respeito do estudo de viabilidade do impacto do novo regime fiscal em relação à matéria da reforma trabalhista, que tramita e que nós votaremos agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos discutir o mérito no momento adequado. Isso não é questão de ordem, Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Mas é um esclarecimento, Presidente!
É um esclarecimento, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A favor do requerimento...

Deputado, seu questionamento não é questão de ordem e não tem relação com nenhum assunto do Regimento.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Não se trata de um esclarecimento, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Ronaldo Benedet votou com o partido na votação anterior.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Estranhamente, eu vou usar este lado porque o outro está muito longe, mas eu quero dizer a V.Exas. que não se preocupem! Não se preocupem porque o microfone não é quem dá a posição política de ninguém.

Eu quero dizer a V.Exas. que nós temos total repúdio a este projeto criminoso, à forma como ele foi trazido à Comissão Especial.

O Deputado Rogério Marinho apresentou um projeto completamente diferente do projeto original, completamente diferente!

É um verdadeiro jabuti, um grande e imenso jabuti, que foi colocado numa árvore. Não tem nada a ver com o projeto original.

Queria mostrar aos senhores o que é o *lobby*, que eu quero regulamentar e que agora o Ministério Público está criminalizando: das 850 emendas apresentadas, 292, apresentadas por 82 Deputados da base do Governo, foram integralmente redigidas pela CNI, pela CNF, pela CNT. Isso foi levantado a partir de arquivos desta Casa. Ou seja, 82 Deputados não tiveram sequer condição de redigitar as emendas que apresentaram. Pegaram os arquivos que vieram da Confederação Nacional da Indústria, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, da Confederação Nacional do Transporte e assinaram como emendas suas.



Ora, Srs. Deputados, alguns aqui estão sendo acusados na Operação Lava-Jato de ter vendido emenda. V.Exas. tomem cuidado. V.Exas. estão servindo aos seus patrões de forma despuorada. Nunca vi uma coisa assim!

Esse é o relatório da CNI, é o relatório das entidades patronais. Não serve aos trabalhadores. (*Palmas.*) Temos que dizer isso! Quem fez esse projeto foram os patrões que querem massacrar e superexplorar os trabalhadores brasileiros, que querem acabar com os sindicatos. Esse é o objetivo deles. Mas, no dia 28...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RONALDO FONSECA (Bloco/PROS-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Ronaldo Fonseca votou com o partido na votação anterior.

O SR. TAKAYAMA (PSC-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Takayama votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Jones Martins.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o País precisa, sim, votar com urgência o projeto da reforma trabalhista. Para aqueles que estão preocupados com a eleição vindoura, que trazem até dados estatísticos sobre a popularidade do Presidente da República, é importante dizer que estamos preocupados com o País.

O Presidente Michel Temer está preocupado em criar condições — e a reforma trabalhista é uma delas —, para que o País retome a confiança dos investidores, para que os empregos sejam gerados e para que o País saia do sufoco econômico e dos 13 milhões de desempregados.



Eu quero, sim, um Presidente com baixa popularidade, mas um Presidente com responsabilidade, que pense no País no futuro. O País se cansou de populismo, se cansou de Presidente que goza de populismo, com 80% de aprovação, mas que é irresponsável com as contas, que leva à “perdúlia” das contas públicas, aos juros altos, à quebradeira da economia.

O País precisa, Deputado Alceu Moreira, de gente que trabalhe, de gente que tenha responsabilidade. Não vamos achar normal 3 milhões de novas ações trabalhistas todos os anos. Não é normal 15 mil sindicatos. Não é normal nós sermos campeões de demandas trabalhistas. É preciso sim modificar para melhor a nossa CLT!

Mente quem diz que estamos tirando direitos. Ou não leu ou é mal-intencionado. Mente quem diz que nós estamos restringindo direitos. O art. 7º da Constituição já prevê há muito tempo a possibilidade do acordado sobre o legislado. Os direitos fundamentais da Constituição, como férias, décimo terceiro, direito à insalubridade, os direitos fundamentais estão garantidos, estão assegurados e ninguém vai mexer. Mente e é mal-intencionado quem tenta botar a população contra este Parlamento.

Nós vamos votar com coragem, com soberania, com altivez, pensando no Brasil e não na próxima eleição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada. Blocos do PP e do PMDB, PSDB.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não” pelo adiamento e pede que V.Exa. coloque “não” nos partidos da Base.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Base vota “não”, excluídos o PSB e o Solidariedade, pelo menos.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos um requerimento de quebra de interstício.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós não podemos aceitar esta votação, nós não podemos aceitar que esta votação ocorra de costas ao povo brasileiro, rasgando mais de cem artigos da CLT e a Constituição Federal.

Em nome das mulheres brasileiras trabalhadoras, em nome de todos os trabalhadores do campo e da cidade, não é possível que vocês acabem com a CLT hoje e queiram acabar com a Previdência Social no Brasil na semana que vem. E vocês só querem fazer isso hoje porque estão com medo da greve geral. Vocês estão com medo dos sindicatos, das entidades e do povo, que está aderindo a esse movimento.

Faço a minha homenagem à Central Única dos Trabalhadores, a todos os sindicatos, a todos os homens e mulheres trabalhadores, que não se curvarão diante do autoritarismo de Temer ou dos senhores aqui presentes.

O SR. SERGIO ZVEITER (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Sergio Zveiter votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, questão de ordem.



O PCdoB apresentou um apoioamento, um requerimento de quebra de interstício para o adiamento por duas sessões. Então, por gentileza, isso precede ao encaminhamento desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há número para apoioamento. Não tem apoioamento para o requerimento.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Tem. O PTB assinou.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não tem apoioamento. É protelação.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Tem apoioamento sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem que ter 51 Deputados; deu 37.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT apoia o requerimento de quebra de interstício.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agora já foi. Passou já.

A SRA. ERIKA KOKAY - O PT tem requerimento semelhante.

A SRA. ALICE PORTUGAL - A Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. ALCEU MOREIRA - A Base toda vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem apoioamento. Não posso fazer nada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, tem apoioamento com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, para o PTB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deu 37. Precisa de 51.

A SRA. ALICE PORTUGAL - PCdoB mais PT...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - O PT apoia o requerimento do PCdoB.



O SR. ALCEU MOREIRA - É matéria vencida, Sr. Presidente. Sem discussão!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Major Olimpio, como vota?
(Pausa.)

A SRA. ERIKA KOKAY - Nós temos número, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - V.Exa. não está registrando o apoio do PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Major Olimpio está com a palavra. (Pausa.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Estão apenas querendo enrolar. Estão em obstrução, Sr. Presidente. Não dá para aceitar essa enrolação toda.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade não se sente contemplado com o relatório apresentado pelo Relator, entende que deve ser ampliada a discussão. Portanto, vai votar "sim" pelo adiamento de duas sessões.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? (Pausa.)

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - V.Exa. é testemunha de que, há alguma semanas, eu fiz uma questão de ordem e, antes mesmo de eu terminar de formulá-la, V.Exa. me interrompeu e disse: "Não se



preocupe. A reforma trabalhista não vai ser encerrada na Comissão e vem para cá para o plenário, nós a iremos votar aqui no plenário”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E nós a estamos votando.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, Presidente, vamos votar.

O SR. WEVERTON ROCHA - Então, todos sabem, Presidente, que existe o direito legítimo de a Oposição fazer a obstrução, como existe também o dever da base do Governo de fazer o enfrentamento e poder concluir a votação. O que nós queremos? E eu quero, desde já, deixar claro para o Presidente: numa matéria desse tamanho, dessa magnitude, é no mínimo muito feio se pensar em manobra para não fazer a votação nominal no mérito...

O SR. ALCEU MOREIRA - É o Regimento Interno. Leia o Regimento.

O SR. WEVERTON ROCHA - Então, quero fazer esse apelo ao Presidente: nas matérias importantes desta Casa, em todas, a Casa tem dado, por ofício, a votação nominal, para que seja colocado o dedo de cada Parlamentar nos projetos que nos interessam.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota a Rede?

O SR. CHICO ALENCAR - Siga a ordem, Presidente?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente...

O SR. ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, não protele a obstrução.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Tenho a palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.



O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Esse requerimento de adiamento da votação por duas sessões é obviamente um regimental instrumento de obstrução. Então...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É melhor, desde logo nós dizermos que estamos democraticamente em obstrução, porque queremos dificultar a aprovação desse projeto.

Solicito também que se coloque no painel, desde agora, que a orientação da Rede é obstrução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- O PSB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSOL quer o adiamento por duas, 10, cem sessões, porque entende o conteúdo do que se está votando aqui.

Em primeiro lugar, moderno e atual é cada Deputado assumir a sua posição no painel na votação do principal. Querer fugir disso é uma omissão velha, antiga, arcaica de quem não exerce o mandato em plenitude.

Em segundo lugar, moderno é respeitar na negociação trabalhista os direitos do trabalhador, e não apenas ter a ótica do capital.



Em terceiro lugar, atualizar é o que vem acontecendo com a própria CLT nos últimos 70 anos. Oitenta por cento do que foi aprovado em 1943 já foram modificados. Nosso voto é... *(O microfone é desligado automaticamente.)*

O SR. ALCEU MOREIRA - É o Regimento, amigo! É o Regimento!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB para encaminhar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode orientar. Acabei de chamar.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada. Sr. Presidente, essa matéria é uma matéria da maior complexidade. É uma matéria que mexe de maneira significativa e frontal com os direitos trabalhistas. Negar a existência de retirada de direitos é negar o óbvio, é negar o que está escrito, é negar a modificação de mais de 180 artigos da CLT.

Por isso, o PCdoB tem clareza que adiar a votação por duas sessões nos dará condições de uma avaliação melhor, quem sabe de uma flexão por parte do Relator em questões tão fundamentais para os trabalhadores, como é o legislado sobre o negociado, que ele inverte a lógica e transforma a Justiça do trabalho em um mero cartório, em um cartório recursal.

Por isso, o PCdoB vota “sim” ao adiamento por duas sessões e vai seguir requerendo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, estou sentindo cheiro de pelego molhado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Brasil está há 1 ano sob a égide de um Governo instalado por um golpe Parlamentar. Neste 1 ano, só o que se votou neste Parlamento foram projetos contra o trabalhador e o mais pobre.

Hoje é o clímax desse ataque covarde aos trabalhadores. O Relator fala manso, mas enfia a faca forte para acabar com a CLT. É uma vergonha o que está acontecendo neste País: um Presidente sem voto, um Parlamento que não tem mais legitimidade, que quer liquidar com os direitos sociais do nosso País!

Quero saber se vocês vão ser covardes e vão se esconder atrás de um voto simbólico. O Líder do Governo ainda não assumiu que o voto vai ser nominal...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Se V.Exa. não tem legitimidade, eu tenho. Meu voto vale a pena. V.Exa. é que não tem legitimidade.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem contrários ao adiamento por duas sessões permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de quebra de interstício.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, só 1 minuto.



O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço só 1 minuto. É evidente que é preciso que o Governo seja muito burro para não fazer votação nominal no mérito.

O SR. ALCEU MOREIRA - Mas não tem minuto, por favor.

O SR. SILVIO COSTA - Calma. Eu quero fazer um acordo, tentar um acordo.

O SR. ALCEU MOREIRA - Está em "obstrução". Por que quer acordo?

O SR. SILVIO COSTA - Deixe-me terminar. Calma!

Que o Líder do Governo assuma que vai votar o mérito de forma nominal, até porque vai ser bom para o Governo, para o Governo testar quem vai votar com ele ou não.

Assuma que o mérito é nominal, e nós podemos tentar encaminhar aqui os requerimentos sem votação nominal. Basta o Governo falar isso. Esse é o compromisso.

O SR. ALCEU MOREIRA - Quero todos os destaques então.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de quebra de interstício.

Requeiro, nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra de interstício para votação nominal do requerimento de adiamento por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PMDB? (Pausa.)

Como vota o Bloco do PP?



O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PP, Sr. Presidente, não quer o adiamento. Vota “não” e pede que V.Exa. coloque nos partidos da base o voto “não”.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB vota “não”.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

A base é toda “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero aqui pedir a quem defende esse projeto e tenta esconder atrás da votação não nominal que tenha coragem de assumir que na verdade esse projeto trata de um desmonte da nossa CLT.

É uma vergonha o que esse projeto está propondo para os nossos trabalhadores no País. O somatório desse projeto com o da Previdência é oferecer ao País, à Nação, como projeto de Estado subemprego em vida, emprego análogo ao trabalho escravo, e também a aposentadoria em morte.

Portanto não há possibilidade de esse projeto em curso retomar o ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro. Portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?



O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lamentavelmente, todo esse conjunto de decisões que estão sendo tomadas contra o trabalhador brasileiro é fruto de deliberação desta Casa, é fruto de uma proposta que, sem dúvida nenhuma, atenta com aquilo que é fundamental para as relações sociais deste País.

Para coroar, nós agora estamos à mercê, pelo tempo, pelo Regimento, pela falta de compreensão, de marcarmos o nosso posicionamento de forma impessoal, o que, sem dúvida nenhuma, não distingue as posições e passa para a sociedade uma versão que é a versão, mais uma vez, da falácia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao PCdoB, que vai orientar e fazer a defesa do requerimento, cuja autora é a Líder do partido.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente...

O SR. AFONSO MOTTA - O PDT vota "sim".

A SRA. ALICE PORTUGAL - Inclusive V.Exa. começou a recolher a orientação antes da defesa.

O SR. MAJOR OLIMPIO - O Solidariedade não se manifestou, Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Há uma pessoa na tribuna...

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Olhe o tempo ali, Alice. Olhe o tempo.

A SRA. ALICE PORTUGAL -... Com 4 minutos para falar. Então, é preciso que este Plenário tenha paciência, porque o que nós estamos aqui fazendo é mudar o ordenamento trabalhista do Brasil, da República Federativa do Brasil!



Estamos mudando o ordenamento trabalhista, transformando a Justiça do Trabalho num mero cartório recursal, inclusive com circunstâncias absurdas para o trabalhador. Se ele perder a ação trabalhista, pagará custas, pagará multas.

Infelizmente, o trabalhador reclamante tem que pagar as perícias. E há Deputados da base deste Governo que ousam dizer que não existe retração, retirada de direitos.

Esse projeto impõe o trabalho intermitente, exceto para os aeronautas. O Relator falou de maneira inaudível e não disse que vai retirar a PEC das Domésticas. E, aqui, eu faço minha homenagem à Deputada Benedita da Silva, que faz aniversário no dia de hoje. Ela merecia uma homenagem melhor do que a retirada dos direitos dos trabalhadores. *(Palmas.)*

V.Exa. pode tapar os ouvidos, Deputado, porque, quando vocifera, nós o ouvimos. E digo que V.Exa. ouvirá o brado das ruas no dia 28, na greve geral que vai sacudir o Brasil.

O SR. PAULO PIMENTA - É isso aí, greve geral!

A SRA. ALICE PORTUGAL - V.Exas. têm que ter a noção de que mudar um corolário trabalhista por inteiro é mudar a vida das pessoas.

O SR. ALCEU MOREIRA - Com feriado prolongado.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Vão retirar das domésticas, de 8 milhões de mulheres, o direito à Carteira de Trabalho, que V.Exas. rasgaram. V.Exas. vão retirar o direito de o trabalhador ter um trabalho contínuo, regulamentado, para ser chamado para trabalhar por 1 hora, 2 horas. Trabalho horista! Isso é melhorar a economia, é melhorar a vida do trabalhador?



O imposto sindical é para desidratar os sindicatos, para impedir o carro de som, para impedir a luta pelo acordo coletivo, pela convenção coletiva.

V.Exas. querem matar os sindicatos, mas deixam o de vocês intacto. Querem nos dividir, nos pulverizar e manter o patronato unido! Que vergonha! Que vergonha!

Esses Deputados que apoiaram um governo social, que trouxe vitórias aos trabalhadores, agora se rendem. O Ministro do Trabalho, humilhado ao rever as suas posições para se manter no cargo, vem substituir um metalúrgico que ousou botar a sua indumentária para impedir que se faça valer a fatiota contra o capacete.

É uma vergonha o que acontece nesta noite! Por isso nós queremos a quebra de interstício, por isso nós queremos a votação nominal para a matéria e para todos os destaques, para tentarmos reduzir o dano.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, e o Solidariedade?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Depois do PSOL, será o Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no momento em que se tenta revogar o direito ao trabalho e se quer acabar com a CLT, no momento em que se anula a Justiça do Trabalho através do substitutivo do Deputado Marinho, no momento em que se quer discutir uma reforma trabalhista, uma reforma sindical para acabar com o imposto sindical, no momento em que não se quer discutir com sindicatos e acabar com os direitos dos trabalhadores, querer votar essa questão sem ser pela votação nominal é um atestado de covardia, a palavra é essa.



Assumam que querem destruir os interesses e os direitos dos trabalhadores!

Não sejam covardes!

Votação nominal já!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a discussão acalorada aqui dos Líderes sobre o encaminhamento do processo é mais uma prova de que não há um amadurecimento para se votar a matéria diante da sua complexidade. Se for para votar de afogadilho para se evitar consequências no dia 28, vão apagar incêndio com gasolina. Pior ainda é tentar votar no tapetão, sem verificação nominal, numa votação simbólica. Aí nós Parlamentares temos que tomar tapa na cara mesmo, cuspada, xingamento em aeroporto. Não é possível um negócio desse!

Por isso que o Solidariedade vai votar “sim” neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota “sim”. Nós não podemos aceitar que uma votação dessa importância, que atinge a vida de milhões de brasileiros e brasileiras, seja feita de maneira escondida. Não é razoável que os senhores e as senhoras, tão corajosos para enfrentar trabalhadores e tão subservientes para assinar emendas da CNI, não tenham agora coragem de mostrar a cara. Mostrem o voto!

Escrevam nas suas biografias, tenham coragem de dizer para o povo brasileiro. Não sejam covardes numa hora histórica como essa!

Por isso, nós votamos “sim” em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras e desafiamos os golpistas a abrirem o seu voto também.



O SR. MAJOR OLIMPIO - Já sentiram que perderam, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS libera a bancada.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)- O PSB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da quebra de interstício permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de adiamento da votação da proposição constante da Ordem do Dia:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, inciso X, combinado com o art. 111, inciso I, alínea “a”, § 3º; art. 83, parágrafo único, inciso II, alínea “b”; e o art. 193, do Regimento Interno da Câmara, o adiamento de votação do PLP 6787, de 2016, por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, nós estamos vivendo, todos sabem, momento difícil para a história de todas as conquistas que nossos trabalhadores tiveram ao longo de



todas suas lutas históricas. Vários brasileiros — e muitos não estão nem aqui no meio de nós — passaram para que a nossa jovem democracia pudesse dizer que os trabalhadores têm direitos conquistados e conseguiram hoje ser referência para o mundo.

Referência essa que agora muitos utilizam como se fosse um peso, como se fosse um problema: o trabalhador ser respeitado e ter seu espaço na mesa para poder sentar de igual para igual e ter a sua contribuição dentro do mercado e do mundo do trabalho.

Mudanças, óbvio, todos sabemos que sempre são necessárias. E o que está pronto e o que existe hoje sempre é possível ser melhorado e ser ajustado. Agora, nunca se admite e nunca se pode imaginar — e é imperdoável o que nós estamos fazendo — o que esta Casa está fazendo hoje: pegar mais de 30 pontos com mais de 120 artigos e simplesmente empurrar de uma vez só para todos e dizer que é um grande pacote a favor do trabalhador. No mínimo, era para V.Exas. ficarem preocupados ou ficarem com a orelha em pé.

Quando se percebe que a grande mídia não faz coro e não repete que isso é um golpe contra o trabalhador, isso é no mínimo porque os grandes empresários e os banqueiros estão mortos de felizes e estão fazendo um papel com eles, que é o seguinte: *“Deixem-nos aprovar esse pacote de maldade, porque isso é bom simplesmente para o patrão”*.

Nós aqui não poderíamos em momento nenhum deixar de registrar não apenas a nossa indignação como também o nosso total empenho em lutar até as últimas consequências aqui, no Supremo Tribunal Federal e lá no Senado, caso ela vá para lá. Mas vamos lutar para que não passe essa reforma trabalhista como



também a reforma previdenciária que está vindo aí, que — Deus nos livre! — sabemos o quanto é prejudicial para os nossos trabalhadores brasileiros e para essas futuras gerações que estão vindo.

Srs. Deputados, vamos colocar a mão na consciência. Eu tenho certeza de que V.Exas. ainda têm tempo de ouvir a voz das ruas e a voz da nossa população.

Vir dizer que essa reforma é para melhorar e gerar emprego? É mentira! Há 5 anos, o Brasil havia gerado o pleno emprego e foi com a mesma legislação. Para gerar emprego, a gente precisa é de um novo Governo.

É por isso que é: Fora, Temer!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Os partidos da base, Sr. Presidente, de modo especial, o Bloco PP/PTN/PTdoB, votam “não” ao adiamento e pedem que V.Exa. registre, para todos os partidos da base, o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “sim”.



É muito importante que o povo brasileiro saiba por que a maioria golpista não quer botar o seu dedão para votar aqui em votação nominal. Estão com medo, com vergonha? Por quê?

Sr. Presidente, isto é muito sério. Diversas emendas que formam o substitutivo do Deputado Rogério Marinho foram redigidas, foram editadas na Confederação Nacional do Transporte, na Confederação Nacional das Instituições Financeiras, na Confederação Nacional da Indústria, na Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística. Isso mostra o caráter classista desse substitutivo e desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos aqui, o PDT e outros partidos, fazendo uma espécie de resistência cívica. Sobre esta Casa, Sr. Presidente, como dizia o Dr. Brizola, vai recair a maldição do pobres, porque estão pisando só nos direitos dos trabalhadores, como é o caso da Previdência.

E não acontece de forma diferente com a reforma trabalhista. O discurso é aparente, é de faz de conta, vamos no *conchudo*, vamos na essência e vão ver quem vai pagar a conta. Quem vai pagar a conta é o povo trabalhador. E não se enganem os empresários que acham que vão se beneficiar, pois vai haver mais insegurança jurídica na área judicial trabalhista. Não vai ser bom para o trabalhador, mas também não vai ser bom para o empregador.

Por isso, o PDT vota "sim".

O SR. ALCEU MOREIRA - Vai faltar dinheiro para a mortadela.



A SRA. JANETE CAPIBERIBE - Sr. Presidente, quero encaminhar pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dada a seriedade do momento que estamos vivendo no plenário desta Câmara Federal nesta noite. Nós estamos tecendo considerações a respeito das modificações, mais de cem modificações, que foram feitas na CLT e na Constituição Federal aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Sr. Presidente, nós não podemos aceitar que as mulheres brasileiras, que as mulheres mais pobres, sejam submetidas a uma apreciação feita em quatro paredes sobre todos os direitos já adquiridos pelas mulheres que agora estão retrocedendo...
(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade não se sente contemplado com as inúmeras emendas que apresentou para o aperfeiçoamento do projeto, não se sente contemplado com o conteúdo apresentado pelo Relator.

Por isso, diz "sim", pelo adiamento da votação por uma sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós entendemos que o adiamento não resolve. Nós temos que avançar, votar imediatamente essa matéria, que é de suma importância para a garantia para todos os brasileiros de que o emprego continue numa modernização



cada vez mais importante através dessa matéria tão bem discutida pelo Ministro Ronaldo Nogueira.

É “não”, Sr. Presidente.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A orientação do PSB é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. LUCIANA SANTOS (PCdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós estamos diante de um retrocesso. Não é possível que, diante da modernidade das relações do trabalho, das inovações tecnológicas, em vez de modernizarmos as relações de trabalho para ampliar direitos, nós estejamos diminuindo direitos. A CLT ser modificada em mais de 110 pontos é inaceitável.

Agora o Brasil não vai mais ter a CLT, vai ter o Livre Comércio do Trabalho — nós vamos mudar o nome para LCT.

É inaceitável o trabalho intermitente, que significa que o trabalhador não...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. LUCIANA SANTOS - O PCdoB vota “sim”, para que possamos garantir o debate.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputadas e Deputados, eu queria fazer um alerta ao plenário. A votação do mérito necessariamente tem que ser nominal. Mas tem que ser nominal por quê? Imaginem aquele Deputado que na urgência votou “sim”, dizendo que no mérito votaria “não”.



Vi reportagem, inclusive de Parlamentar, dizendo: “Na urgência, o partido me pressionou. Eu virei de última hora, mas no mérito vou votar “não”. Eu vi o Deputado Tiririca dizer isso.

Se isso já aconteceu..

O SR. ALCEU MOREIRA - É o Regimento. Vamos obedecer ao Regimento.

O SR. GLAUBER BRAGA - Precisamos necessariamente votar...

Peço, Sr. Presidente, mais tempo, só para eu poder concluir, porque o Parlamentar ficou aqui dificultando a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como o PSOL vota?

O SR. GLAUBER BRAGA - Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim ou não, Deputado?

O SR. GLAUBER BRAGA - Só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim ou não, Deputado?

O SR. GLAUBER BRAGA - Calma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim ou não, Deputado?

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu preciso fazer o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim ou não?

O SR. ALCEU MOREIRA - Sim ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, eu vou continuar falando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota?

O SR. ALCEU MOREIRA - Deixe-me obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

V.Exa. falou durante 1 minuto. É o que tem direito regimentalmente.



Como vota o PMB?

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não foi, Deputado. V.Exa. pediu 1 segundo e eu lhe dei 1 segundo.

PMB. Como vota o PMB?

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente, não faça isso!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. GLAUBER BRAGA - V.Exa. quer atropelar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, peço a palavra pela Minoria.

O SR. WELITON PRADO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo 1 minuto para cada um. Concedo 1 minuto para a Minoria.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

O SR. GLAUBER BRAGA - O que é isso?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, num domingo de 17 de abril de 2016, este Plenário aplicou um golpe parlamentar exatamente para desencadear esse programa de ataque aos trabalhadores.

Dali até hoje, o trabalhador foi eleito o inimigo nº 1 desta Câmara Federal.

Além de tudo, continua ali a articulação, porque eles estão com medo de votar nominal! Eles não têm coragem de assumir o voto nominal neste projeto que rasga a CLT!

O SR. ALCEU MOREIRA - Isso é discurso de quem já perdeu.



O SR. HENRIQUE FONTANA - A Minoria vota “sim”!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. ALCEU MOREIRA - É discurso de quem já perdeu.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PMB vota “sim”.

Nós somos totalmente contra a reforma trabalhista. Por isso, queremos adiar a votação. Entendemos que este projeto rasga a CLT, precariza as relações de trabalho, impede ao trabalhador acesso à Justiça, torna o bico como padrão, o chamado trabalho intermitente. O trabalhador fica à disposição do empregador, recebe pelas horas trabalhadas, sem vínculos e sem direito. Ou seja, permite a contratação por apenas algumas horas por dia ou alguns dias por semana, favorece, com certeza, a exploração do trabalho, vai garantir mais lucro para as empresas. Certamente, a opinião da classe trabalhadora não foi levada em consideração, enfraquece a representação sindical.

Não tenho dúvida nenhuma, a reforma trabalhista é maléfica para o conjunto dos trabalhadores, assim como a reforma da Previdência.

Por isso ...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, o PHS libera.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? Sim ou não?

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, está sendo feito um entendimento para que esta votação ...



O SR. ALCEU MOREIRA - Não tem entendimento nenhum aqui, absolutamente nenhum!

O SR. GLAUBER BRAGA - ... nominal, que esta votação *(Ininteligível.)*

O SR. ALCEU MOREIRA - Isso é conversa mole.

O SR. GLAUBER BRAGA - ... para que cada Parlamentar possa colocar lá o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. JOÃO DERLY - Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esta Presidência consulta o Plenário...
Só 1 minuto...

O SR. JOÃO DERLY - Eu estou pedindo aqui orientação da Rede, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma, Deputado.

O SR. JOÃO DERLY - Eu sei que eu sou pequeno, mas não dá para rejeitar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas V.Exa. é vitorioso. Eu peço desculpas, Deputado. Os outros Deputados ficam falando junto e eu não ouvi. Peço desculpas.

O SR. ALEXANDRE BALDY - Já encerrou a votação, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY - Eu respeito os outros Deputados, mas...

O SR. ALEXANDRE BALDY - Já encerrou a votação!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na próxima votação, V.Exa. falará 2 minutos.

O SR. JOÃO DERLY - Na minha vez, eu quero o meu tempo para poder falar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. terá 2 minutos para falar na próxima votação, para compensar o meu erro. Peço desculpas.

Esta Presidência consulta o Plenário se deseja a realização da votação parcelada da presente matéria, tendo em vista que foram apresentados oito requerimentos nesse sentido.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sem acordo!

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não!

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base não aceita fatiamento!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP e o PMDB?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota "não", Sr. Presidente!

O SR. ALCEU MOREIRA - Vota "não", Sr. Presidente! Sem fatiamento!

O SR. ARTHUR LIRA - Toda a base vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota "não".
Como vota o PT?

O SR. ALCEU MOREIRA - A base é "não", de ponta a ponta!

O SR. PAULO PIMENTA - Quero encaminhar, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode orientar, Deputado. Como vota o PT?

O SR. ARTHUR LIRA - Toda a base vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. ALCEU MOREIRA - Toda a base vota “não”.

O SR. ALBERTO FRAGA - E sem acordo.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode encaminhar, Deputado.

O SR. ARTHUR LIRA - Está sem o painel ainda, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, quero encaminhar. Por favor, restitua meu tempo.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada é “não”!

O SR. ARTHUR LIRA - Toda a base é “não”.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A base aliada é “não”!

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base é “não”! Coloquem “não” no painel!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - São 3 minutos.

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, coloque meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - São 3 minutos, eu estou dizendo.

O SR. PAULO PIMENTA - Abra o tempo lá, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A base aliada é “não”.

O SR. PAULO PIMENTA - Abra o tempo, Sr. Presidente, são 3 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, V.Exa. terá 3 minutos.

Fique tranquilo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que acompanha esta sessão, esta votação não é uma votação qualquer.

Nós estamos aqui votando uma matéria que altera a vida de milhões de brasileiros e brasileiras. Nós estamos aqui votando uma matéria que revê a legislação que garantiu direitos aos trabalhadores e trabalhadoras e que, ao longo das últimas décadas, tem regulado as relações de trabalho no nosso País.

Não é razoável, não é possível e não é digno que esta Casa não tenha a coragem de garantir que cada cidadão e cada cidadã saiba como o seu Deputado e a sua Deputada votou! Quando os senhores e as senhoras foram candidatos e candidatas, eu não creio que tinham vergonha, na frente dos seus eleitores e eleitoras, de dizer aquilo que pensavam.

Se V.Exas. fizeram a opção de transformar a classe trabalhadora no inimigo número um deste País para cumprir aquilo que o golpe exige; se os V.Exas. aceitaram o papel subserviente de ser, nesta Casa, uma correia de transmissão do Governo golpista de *“Michel, Fora, Temer”*; se V.Exas. aceitaram este papel vergonhoso e assinarem as emendas feitas na sede da Confederação Nacional da Indústria e das outras confederações nacionais e empresariais, tenham a dignidade de votar em aberto, de votar nominalmente, de incluir este fato nas suas biografias, tenham a coragem e a dignidade de dizer: *“Sim, eu votei contra”*.

Se V.Exas. acham que esta proposta é boa para o povo brasileiro, por que estão com medo de votá-la? Se é verdade o que V.Exas. dizem, que esta legislação



é boa, que ela vai gerar emprego, que vai garantir direito aos trabalhadores e trabalhadores, por que estão acovardados? Por que estão com medo?

E por que a pressa em votar esse projeto hoje? A Rede Globo completa 52 anos hoje. Será que este é o presente que ela está aguardando? Por isso, a pressa em votá-lo de qualquer jeito?

Não, Sr. Presidente! Nós queremos voto aberto. E somos contra qualquer tentativa de impedir...

(O microfone é desligado.)

(Não identificado) - É um presente para a Odebrecht.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. ALCEU MOREIRA - *(Ininteligível)* questão de ordem.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, questão de ordem tem prevalência.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PDT estamos conscientes do papel que nós estamos cumprindo. Sabemos do atropelo que está acontecendo ao se fazer essa votação na noite de hoje.

O Relator do projeto poderia, sim, ter condições de dar mais tempo para discutir, item a item, ponto a ponto, os cento e poucos incisos, os trinta e poucos pontos desse projeto.

Só para os senhores terem uma ideia, de ontem para hoje um dos pontos que ele melhorou — e o que se melhora se fala — foi a questão das gestantes.



Imaginem as outras dezenas de pontos que poderiam ser melhorados e aperfeiçoados.

O Governo finge que melhora o emprego, que está a favor do trabalhador, pois o conteúdo, a espinha dorsal do projeto rasga a CLT, retira...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. WEVERTON ROCHA - O PDT orienta "sim", Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, questão de ordem tem preferência.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade insiste que, ao se votar esse projeto de afogadilho, na pressão, em que não foram contemplados nem cotejados nem discutidos sobejamente pontos que são fundamentais, está de dando um tiro no próprio pé.

Se o problema é votar para inibir ou anular uma mobilização do dia 28... Isso vai apagar incêndio com gasolina, vai tocar fogo neste País! Portanto, nós apelamos ao bom senso, para que a votação seja parcelada.

E o Solidariedade...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. ERIKA KOKAK - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay para uma questão de ordem.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu me refiro ao art. 160. V.Exa. não tem amparo regimental para não proceder à votação parcelada requerimento a requerimento.

A única previsão de se consultar o Plenário acerca da votação parcelada ou não, diz respeito a requerimentos de preferência, quando excederem a cinco. Portanto, não é o caso.

Nós estamos discutindo aqui oito requerimentos de votação parcelada. O que se quer, em verdade, é embotar a discussão. O que se quer, em verdade, é se esconder através de um arbítrio e de um conflito com o próprio Regimento, para que o povo brasileiro não saiba o que se está discutindo hoje.

Esta Câmara se transformou num sepulcro — num sepulcro! — dos direitos dos trabalhadores. Esta Câmara se transformou naquele que está rasgando os direitos, inclusive ferindo a Constituição, porque limita o acesso à Justiça, porque coloca sobre o trabalhador a ameaça de transformá-lo em litigante de má-fé se ele recorrer à Justiça. Portanto, o que nós estamos vivenciando aqui é uma violência.

Da mesma forma que o Governo tem medo, tem medo do povo — tem medo do povo! — e tem medo de estar expondo o seu voto acerca da matéria, porque sabe que mais de 90% da população brasileira é contra essa reforma trabalhista, porque não se esconde o seu caráter cruel, o seu caráter do negociado sobre o legislado, o caráter de quebrar a existência e a força dos sindicatos, o caráter de possibilitar que mulheres gestantes e lactantes possam trabalhar em um ambiente insalubre. Não se consegue se esconder a crueldade ...

O SR. ALCEU MOREIRA - Isso não é questão de ordem, Sr. Presidente.



A SRA. ERIKA KOKAY - ... de estar se modificando mais de 100 artigos da CLT.

Por isso, da mesma forma que, covardemente, os ladrões de direitos — os ladrões de direitos! — não querem colocar a sua digital e mostrar a sua cara para o povo brasileiro, também não se quer votar os requerimentos de votação parcelada, e se quer unificá-los para que o povo não saiba o que está acontecendo nesta Casa.

Ledo engano! O povo sabe e irá às ruas na sexta-feira para arrancar o grito que está engasgado na madrugada, e dizer, em alto e bom som: “*Nós paramos contra Temer, contra os ladrões de direitos*”. E o povo vai cantar a canção que adormece as crianças e acorda os adultos e diz: Fora Temer!

O SR. ALCEU MOREIRA - Feriado prolongado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ARTHUR LIRA - Qual foi a questão de ordem? Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário da seguinte decisão da Presidência:

Decisão da Presidência

Trata-se de Questão de Ordem nº 217/2016, formulada pelo Sr. Efraim Filho, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada às 20h20 do dia 09 de agosto de 2016, alusiva ao tratamento a ser dado a vários requerimentos destinados à votação da proposição em pauta de forma segmentada, cada qual visando a uma diferente divisão da votação.



O art. 189, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados — RICD estatui que a 'proposição, ou seu substitutivo, será votada sempre em globo, ressalvada a matéria destacada ou deliberação diversa do Plenário'. Os §§ 3º e 4º do mesmo artigo versam sobre a votação destacada das emendas e bem assim da proposição por partes — títulos, capítulos, seções, artigos ou grupos de artigos ou de palavras —, respectivamente.

O subsequente § 5º do art. 189 exige que a votação parcelada na forma dos parágrafos anteriores deve ser solicitada durante a discussão. Essa disposição vem ao encontro da ordenação da votação, porque permite à Presidência antever todas as possibilidades de condução do processo de votação.

Uma vez fixada como regra geral a votação da proposição de forma global, ressalvados naturalmente dos destaques, e diante da multiplicidade de possibilidades de condução do processo de votação, insta saber preliminarmente se o Plenário da Câmara pretende realizar a votação de forma parcelada.

A situação posta é similar à hipótese dos múltiplos requerimentos de preferência de que trata o § 1º do art. 160 do RICD, cabendo à Presidência, diante da possibilidade de tumulto à ordem dos trabalhos, formular



consulta prévia ao Plenário sobre a admissão da modificação da Ordem do Dia.

Nessa contextura, havendo mais de um requerimento destinado à votação parcelada da matéria, será o caso da aplicação, por analogia, do estatuído no citado § 1º do art. 160 do RICD, consultando-se o Plenário se admite a votação da proposição de forma parcelada.

Admitida a votação parcelada, será submetido a votos inicialmente o requerimento que promova o menor fracionamento da votação da proposição e assim mais se aproxime da regra geral de votação em globo, resultando de sua aprovação a prejudicialidade dos demais.

Nestes termos, tenho por respondida a questão de ordem.

Publique-se.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2017.

Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) -

Estou recorrendo. Estou recorrendo da sua resposta, Presidente.



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB vota “não”, Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - E solicito a verificação de um terço de apoio para que tenha o efeito suspensivo da decisão.

O SR. ALCEU MOREIRA- Presidente, não cabe essa discussão. A matéria é vencida.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)- Cabe essa discussão, sim. Cabe essa discussão. Não é atropelando o Regimento. Está se atropelando a Constituição e a CLT. Não atropelem o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, o Plenário vai resolver agora essa questão, porque o requerimento está em votação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós apoiamos o efeito suspensivo, Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu tenho o direito de recorrer, Presidente. V.Exa. sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

O seu recurso não é necessário, porque estamos votando o requerimento de votação em globo de todos os requerimentos e vamos consultar o Plenário.

A SRA. ERIKA KOKAY - Presidente, eu estou insistindo no recurso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Questão de ordem, Presidente.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Para votar pelo PSB. O PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PSB “não”.



Como vota o PSOL, Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Olha, primeiro a gente quer lamentar esse entendimento, porque Questão de Ordem, com resposta, retirada da cartola, na hora da votação, não nos parece razoável. Há oito requerimentos de votação parcelada sobre a mesa. Então, necessariamente, os oito requerimentos teriam que passar por um processo de avaliação do Plenário sem a votação em globo da forma como está sendo proposta.

Nós queremos, sim, votar parceladamente, porque essa matéria tem que ser derrotada. Os Deputados que porventura não queiram colocar as suas digitais na votação dessa matéria têm que lembrar que já o fizeram na votação da urgência.

Nesse caso, de uma maneira ou de outra, vai ter a explicitação do voto dos Parlamentares.

Por esse motivo, o PSOL vota "sim" em relação a esse requerimento.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, orientar pelo PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB, Deputado Orlando Silva?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um alerta aos colegas Deputados e colegas Deputadas. Essa matéria, se a base do Governo insistir em votá-la, pode até ter um resultado: mau para o povo e bom para o Temer. Isso se a matéria for aprovada.

Mas faço o alerta: os Srs. Deputados e Deputadas vão se desgastar com os trabalhadores do Brasil, pois esta matéria vai ficar engavetada no Senado Federal. Qualquer Deputado aqui presente pode procurar o Senador do seu Estado e conversar com os Líderes no seu Estado com esse intuito.



Nós tivemos uma grande reunião de todas as centrais sindicais com os principais Líderes do Senado e já está pactuado: essa matéria vai ser engavetada do mesmo modo como foi a terceirização. E a Câmara se desmoralizou tendo que votar duas vezes contra os trabalhadores.

Por isso, o PCdoB...

(O microfone é desligado.)

O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, mais uma vez, a gente reitera que essa insistência da base deste Governo aqui não é sustentada pela legitimidade, não só do Governo, mas pela legitimidade do processo da própria Câmara, que se recusa a cumprir a Constituição, a lei e o Regimento. É um absurdo o que estamos vivendo aqui!

Nós queremos, de fato, que o Supremo Tribunal Federal se posicione. O nosso mandado de segurança lá está, na mão do Ministro Toffoli. Nós esperamos que ele decida rapidamente sobre isso, porque esse não é um problema de *interna corporis*; é um problema de violação constitucional.

Nessa votação aqui, não sei em que artigo V.Exa. se baseou, mas no art. 117, inciso XIII, esse processo estaria garantido votar cada requerimento de forma parcelada. É mais um atropelo de V.Exa.

O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos lá, Presidente!

O SR. JOÃO DERLY - A Rede, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB? *(Pausa.)*

O SR. JOÃO DERLY - Rede!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ô, Deputado Derly!

O SR. JOÃO DERLY - Ô, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou comprar um banquinho para V.Exa., se não eu vou acabar errando de novo. Desculpe-me. *(Risos.)*

Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a reforma da Previdência é uma maldade, é uma injustiça com os trabalhadores, rasga a CLT, precariza as relações de trabalho, impede o acesso à Justiça do trabalhador, enfraquece o Ministério Público do Trabalho, enfraquece a Justiça do Trabalho, torna um verdadeiro absurdo, um bico, o padrão de contratação chamado trabalho intermitente. O trabalhador fica à disposição do empregador, recebe pelas horas trabalhadas, sem vínculo e sem direito, ou seja, permite a contratação por algumas horas ou por alguns dias. Favorece a exploração da força de trabalho, que vai gerar mais lucro para as empresas e enfraquecer a representação sindical. Vai ser um negociado sobre o legislado, o que se negociar vai ter mais força do que está na legislação. O PMB é totalmente contra a reforma trabalhista e somos totalmente contra a reforma da Previdência.

Por isso, votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero justificar que me sinto prejudicado. Às vezes, eu não quero interferir na fala de outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Certo.



O SR. JOÃO DERLY - Não é do meu perfil também gritar no microfone — quem me conhece sabe como eu sou. Mas eu me senti prejudicado ali no momento em que não houve a votação.

Então, como V.Exa. tinha dito agora posso ter 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode, claro.

O SR. JOÃO DERLY - O projeto original, encaminhado pelo Governo Federal, propunha algumas alterações relativas limitadas. Até conversei há pouco com o Ministro Ronaldo Nogueira. De fato, há esse entendimento de que aquele que veio do Governo era melhor do que foi imposto pelo Relator, o Deputado Rogério Marinho, que acatou grande número de emendas, e essas emendas, todas orientadas vindo do mesmo formato de vários Deputados, e esses mesmos Deputados acabaram colocando as mesmas emendas, no que se refere à jornada de trabalho, que têm grandes mudanças aí na CLT, como o alcance das convenções e acordos coletivos que têm profunda mudança, e os aspectos de organização, e um grande número de dispositivos que versam sobre procedimentos relativos aos processos judiciais e outros direitos.

Então, é uma matéria muito controversa. Nós estamos há tempo dizendo isso.

Nós votamos contra a urgência também para a sua tramitação, para que se pudesse votar o projeto, porque entendemos que ainda há muita discussão para acontecer em cima do projeto.

Então, continuaremos nessa empreitada, aguardando que o Governo também oriente, para que possamos ter a votação nominal, tanto no mérito, e que possamos ter um número maior de emendas de destaque, também, com votação nominal.

A orientação da Rede, agora, é “sim”.



O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos votar, Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sr. Presidente, antes da votação.

O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Muito bem.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes da votação. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, quero apresentar à Mesa um requerimento para a suspensão da tramitação do Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, por 20 dias, para fins de análise de sua compatibilidade com o novo regime fiscal.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, vamos votar.

O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos votar, vamos votar. É enrolação.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Com fundamento no art. 1114 da ADCT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um pouquinho.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Vou concluir, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espera um pouquinho, tenho que votar este requerimento primeiro. Espera aí, Deputado! Espera aí, Deputado!

Nós vamos terminar uma votação e depois entramos no seu assunto. *(ininteligível)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar, sem acordo! Vamos Votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que concordam com a votação parcelada permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Rubens Pereira Júnior está com a palavra.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão prejudicados todos os requerimentos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - O art. 114 do ADCT acrescentado pela Emenda nº 95, a Emenda do Novo Regime Fiscal, que foi tão elogiada, prevê que qualquer projeto que tiver aumento de despesa ou renúncia de receita tem que vir com um projeto de impacto.

O SR. ALCEU MOREIRA - Rejeita, rejeita e acabou!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos acabar!

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Sem o estudo de compatibilidade, não pode prosperar e deve ser suspenso por até 20 dias, desde que tenha o apoio de um quinto dos Deputados.

Eu entrego a V.Exa. o requerimento assinado que vem neste sentido de suspender por até 20 dias até ter o estudo de impacto, conforme o Novo Regime Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu recolho o seu requerimento.

O SR. ALCEU MOREIRA - Não é para recolher, Sr. Presidente! Não é para recolher!

O SR. BACELAR - Questão de ordem, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Qual é o artigo, Deputado?

O SR. BACELAR (Bloco/PTN-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Artigo 186.

Sr. Presidente, o art. 186 não prevê para projetos de lei ordinária votação nominal, mas eu quero lhe fazer um apelo em nome do futuro...

O SR. ALCEU MOREIRA - Isso não é questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. BACELAR - Eu estou fundamentando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deixe-o fazer a questão dele. É um direito do Deputado.

O SR. BACELAR - Em nome do futuro de sua biografia, em nome de sua responsabilidade para com o Poder Legislativo...

Só há uma maneira, Sr. Presidente, de as partes se entenderem. Será uma deslealdade para com o povo brasileiro esta Casa não votar nominalmente um projeto dessa importância.

O SR. ORLANDO SILVA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 162, inciso XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a votação em globo da admissibilidade de requerimentos de destaques simples ao Projeto de Lei nº 6.787, de 2016.



O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Orlando Silva para fazer uma questão de ordem.

O SR. ORLANDO SILVA - Faço uma questão de ordem com base no art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está no Regimento, Deputado.

O SR. ALCEU MOREIRA - Regimento, Presidente, Regimento!

O SR. ORLANDO SILVA - Presidente, o Deputado Rubens Pereira Júnior apresentou um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E eu já recolhi o requerimento dele. Este assunto está superado.

O SR. ALCEU MOREIRA - Matéria vencida! Matéria vencida! Isso é enrolação!

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, por favor! O Deputado Rubens Pereira Júnior apresentou requerimento com a assinatura de um quinto dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E eu já o recolhi.

O SR. ORLANDO SILVA - E o art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que deve ser adiado por 20 dias, Presidente!

O SR. ALCEU MOREIRA - Matéria vencida, Presidente, matéria vencida!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Matéria vencida, e o Ministro Toffoli indeferiu a liminar do PCdoB.



Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia para falar a favor do requerimento.

O SR. ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, V.Exa. não pode recolher! V.Exa. não pode recolher! É uma determinação constitucional, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu posso recolher...

Deputado José Carlos Aleluia, por favor!

O SR. ALCEU MOREIRA - Para falar a favor do requerimento.

O SR. ORLANDO SILVA - É uma determinação constitucional, V.Exa. não pode recolher! Não é questão de ordem para ser recolhida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - ...como já fiz em outro caso igual, a do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ORLANDO SILVA - V.Exa. não está cumprindo a determinação da Constituição, Presidente!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fiz a mesma coisa em um caso igual do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ORLANDO SILVA - Não importa, V.Exa. tem cumprir a Constituição, Sr. Presidente!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia para falar a favor do requerimento.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está mais do que claro que existe uma minoria, em torno de cento e poucos Deputados, que insistem em continuar no microfone passando a



ideia de que vamos tirar direitos. Não vamos tirar direitos! Vamos modernizar e votar em globo os destaques para que tenhamos nesta noite o Brasil livre, o trabalhador livre de usurparem todo ano um dia do seu trabalho.

Quem ganha 1.500 reais vai ter um aumento de 50 reais dado esta noite pela Câmara dos Deputados.

O SR. WEVERTON ROCHA - Já que o projeto não vai tirar direitos do trabalhador, vamos fazer votação nominal, Sr. Presidente.

Bote o dedo lá, golpista!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contrariamente ao requerimento, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos encaminhando contrariamente à votação em globo dos destaques simples, porque queremos que cada item seja debatido em separado. Os colegas que entendem que a reforma é boa, é positiva terão a oportunidade de vir a esta tribuna e defender cada uma das mudanças que nós queremos evitar.

Nós não temos dúvida — aliás, não apenas nós, mas o Ministério Público e a...

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Deputado Marquezelli, eu peço a V.Exa. que me ouça, se eu mereço pelo menos essa consideração de V.Exa.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, não defendo uma posição que é apenas minha, que é apenas da Oposição, mas de todo o Ministério Público, de toda a magistratura do Brasil, que divulgou uma nota dizendo que a reforma trabalhista é o maior ataque aos direitos dos trabalhadores desde o advento da CLT.



Não por acaso, a Justiça do Trabalho, em vários Estados do País, vai parar na sexta-feira.

Aliás, os democratas respeitam o direito à greve. Eu vi uma manifestação do Presidente da República coagindo as pessoas que queiram eventualmente fazer uma paralização na sexta-feira.

Que postura antidemocrática, que postura autoritária vir recentemente o Prefeito de São Paulo também usar o seu cargo para coagir aqueles que eventualmente trabalham na Prefeitura e queiram se manifestar contra a retirada de direitos.

Querem que o povo brasileiro apanhe calado, querem sangrar o povo brasileiro e querem que o povo brasileiro vá como bois para o matadouro para perder a sua vida, os seus direitos, a garantia mínima de uma existência digna.

Esse projeto dificulta que o trabalhador vá à Justiça do Trabalho reclamar os seus direitos. O trabalhador que eventualmente faltar a uma audiência perde o direito de voltar a reclamar aquele direito sem pagar as custas do projeto arquivado.

É um projeto que desconfia do trabalhador e desconfia da Justiça do Trabalho. É um projeto covarde, que não vai melhorar a vida do trabalhador e nem gerar emprego, mas vai substituir empregos com direitos por empregos precários.

O trabalhador autônomo, que o Deputado André Figueiredo, do PDT, vem chamando a atenção aqui neste plenário será a realidade de todos. Vão trabalhar sem direito a férias, décimo terceiro, licença remunerada e não podem reclamar. Não querem sequer que o trabalhador brasileiro possa ir à Justiça reclamar os seus direitos.



Nós queremos que aqueles que acreditam nessa proposta assumam publicamente a posição e votem a favor. Quem acredita nela, coloque a digital e vote a favor.

Nós somos contra e vamos votar contra esse ataque aos trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Grande Alessandro Molon!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento para votação em globo dos destaques simples.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como votam o PMDB, o PP, o PSDB, o PR, o DEM, o PSB, o PSC e o PRB?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco PP vota "sim" e pede para toda a Base acompanhar a orientação "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT, Deputada Erika Kokay? *(Pausa.)*

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Base toda vota "sim".

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Base vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Volte o tempo da Deputada.

O PT vai votar.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Não há modernidade nas senzalas.



O SR. ALCEU MOREIRA - A expressão do povo é a maioria. Quem nos elegeu foi o povo.

A SRA. ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu queria que repusesse o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo 1 minuto à Deputada.

Vamos ficar em silêncio, por favor.

A SRA. ERIKA KOKAY - Não há modernidade nas senzalas, e precarização de relações não gera emprego. Quando o Brasil teve quase o pleno emprego, durante o Governo de Lula, foi um momento em que havia mais formalização das relações de trabalho, e a renda estava valorizada.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A Base vota "sim".

A SRA. ERIKA KOKAY - Portanto, querer empurrar aos trabalhadores a precarização, justificando que isso gera emprego, é apostar que o trabalhador brasileiro não tem a inteligência que tem, nem tem a história de lutas que tem.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente à discussão um a um de todos os destaques simples, até porque nós mostramos a nossa cara e...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A Base vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante esclarecermos para todos os telespectadores da TV Câmara, para você que está em casa, que esse destaque a Base do Governo está propondo, para depois eles mesmos pedirem nominal para tentar fugir da votação nominal do mérito do projeto da reforma trabalhista.



O SR. NELSON MARQUEZELLI - A Oposição é “não”.

O SR. WEVERTON ROCHA - É importante saber, quanto a essa manobra que está sendo feita, primeiro, nós, a partir de hoje, se o mérito desse projeto não for nominal, não temos mais por que facilitarmos qualquer tipo de debate e qualquer tipo nesta Casa. O PDT, até o final da Legislatura, vai ser em processo total de obstrução, porque, em uma matéria tão importante como a reforma trabalhista, não dá para imaginar manobras para se tentar fugir de uma nominal. Basta cada um dizer quem é a favor e quem é contra. É isso que nós...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI - Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Nós vamos mudar para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PT em obstrução.

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

(Não identificado) - A Oposição vota “não”.

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”.

O SR. AUREO - Nós precisamos discutir esse tema tão complexo, tema a tema.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - O PDT muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu chamo a atenção dos colegas, porque quero insistir na gravidade do que acontece neste momento.

O art. 114 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal é explícito...

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade muda para obstrução.

O SR. ORLANDO SILVA - O requerimento subscrito por um quinto dos Parlamentares suspende a tramitação de proposição que não tenha o impacto econômico-financeiro apresentado. É o que acontece neste momento.

O SR. ALCEU MOREIRA - É matéria vencida, Sr. Presidente, não pode ser discutida.

O SR. ORLANDO SILVA - Isso é uma violência, Presidente! É uma violência insistir na tramitação dessa matéria sem o estudo ser apresentado.

O SR. ALCEU MOREIRA - O amigo Orlando Silva continua enrolando!

O SR. ORLANDO SILVA - O terror da base do Governo é tamanho!... O medo do povo! O medo do dia 28 de abril e do dia 1º de maio é tamanho que se rasga a Constituição, Presidente. É muito grave!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR - O PSOL...

O SR. ORLANDO SILVA - Isso é uma violação à Constituição, eu insisto! É muito grave, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, é apenas 1 minuto...



O SR. ORLANDO SILVA - É muito grave, Presidente. O Ministro Dias Toffoli manifestou-se não sobre essa matéria, mas sobre outra. Portanto, eu insisto com V.Exa.: respeite a Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, é 1 minuto só para cada Deputado.

Como vota o PSOL?

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - O PDT muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma, Deputado. O PSOL está votando, depois é a vez do PDT.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
Sr. Presidente, estou mudando a orientação do meu partido. Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? V. Exa. Tem 1 minuto.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Por favor, 26 segundos é o de menos. Retirem direitos, mas pelo menos não o nosso tempo exíguo.

Nós afirmamos que essa é a noite da contradição e da incoerência. Vejam, agora neste caso específico, votar em globo a admissibilidade dos destaques simples. Tradução para aqueles que nos acompanham: não querem debater ponto a ponto esta que é, segundo várias entidades, e não só sindicais, a maior retirada de direitos trabalhistas. Os defensores do projeto financiados em suas campanhas pelo grande empresariado dizem: *“apontem um único item que retirem direito dos trabalhadores”*. Nós queremos apontar diversos, e eles querem votar em globo a inadmissibilidade e tudo, ou seja, hipocrisia.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
"Obstrução", o PSOL. Mesa, por favor, ouça direitinho!

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, a Rede quer explicar para a população que está nos ouvindo o que está acontecendo aqui. Primeiro, essa matéria ia ser terminativa nas Comissões. Depois, usaram como desculpa o requerimento de urgência para dizer que ela viria aqui sendo que teriam outros mecanismos de trazê-la para o plenário.

Agora, eles querem votar de maneira simbólica. Ou seja: erga a mão quem é a favor, fique com a mão abaixada quem não é. Não querem colocar a digital, mas trataram e organizaram a sua aprovação com o Governo Temer. Querem votar nominalmente, como nós votamos aqui a retirada de pauta, mas não querem votar o mérito, para que você que está em casa não saiba o que cada Deputado pensa, se está do lado do Temer ou do lado da população.

A Rede está em "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o que nós estamos debatendo aqui é um projeto que propõe a terceirização plena, geral e irrestrita dos empregos no Brasil.



Milhões de brasileiros que hoje têm um emprego com estabilidade, carteira assinada diretamente com a empresa, serão substituídos por terceirizados com salários mais baixos e trabalho mais precarizado. Este é mais um dos preços do golpe parlamentar que foi dado em 17 de abril do ano passado.

Mas o que é pior é que agora, aqui no bastidor, esta base covarde do Governo Temer está manobrando para não votar nominalmente. Ela tem vergonha, tem medo de votar naquilo que ela diz que é bom.

A Minoria entra em “obstrução”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB entra em “obstrução”. Não concordamos com a aprovação dessa reforma que é prejudicial ao povo brasileiro, aos trabalhadores e principalmente aos mais pobres. Não tenho dúvida nenhuma de que se rasga a CLT.

Desde a aprovação da CLT nesta Casa, não houve nenhum outro projeto que atacou tanto os direitos dos trabalhadores como esse. Por isso o PMB encaminha a “obstrução”.

Nós consideramos que esse projeto precariza as relações de trabalho, impede o acesso do trabalhador à Justiça, enfraquece os sindicatos, as entidades, enfraquece o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho, garante que o negociado tenha mais força do que aquilo que está na lei. Então não há dúvida nenhuma de que é um projeto nocivo, danoso, à classe trabalhadora.

O PMB se coloca contra a reforma trabalhista e contra a reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação...



O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só para esclarecer ao Deputado Henrique Fontana: o Governo não vê nenhum problema em votar a matéria nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só quero falar para o PT...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votação em globo. Só um minutinho...

O SR. ALBERTO FRAGA -... Que depois que eles colocaram nossas caras no *outdoor*, ninguém aqui tem medo de votar nominalmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votação em globo...

O SR. ALBERTO FRAGA - São muito cara-de-pau.

O SR. WEVERTON ROCHA - Então peça para o seu Presidente dizer que vai votar nominal...

(Intervenções simultâneas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votação em globo da admissibilidade dos requerimentos... Calma Fraga!

(Intervenções simultâneas.)

O SR. WEVERTON ROCHA - Então peça para o seu Presidente dizer que vai votar nominal, Deputado! Está resolvido!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votação em globo das admissibilidades dos requerimentos de destaques simples.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.

Estão inadmitidos todos os destaques simples.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação a subemenda substitutiva oferecida pelo Relator da Comissão Especial, ressalvados os destaques

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

PMDB, PP, PSDB, DEM, PSB, PSC, PR, PRB: como votam?

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

(Não identificado) - Encaminhamento!

(Não identificado) - Tem que ter encaminhamento.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orientamos "sim", Sr. Presidente, para toda a base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. É um processo de votação. Já se encerrou o encaminhamento. O encaminhamento foi encerrado no requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento.

O SR. CHICO ALENCAR - O.K. Mas oriente-se!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. CHICO ALENCAR - Bote o dedinho aí!

O SR. NELSON MARQUEZELLI - Toda a base põe "sim", "sim".

"Sim", a base!



O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Bloco do PP, neste momento de votar o mérito da matéria, quer afirmar, Presidente, que é um projeto que vai...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada toda vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espera um pouco, Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Esse projeto vai revolucionar as relações trabalhistas no Brasil, as relações de emprego e de trabalho, as condições de trabalho. O Brasil entra em uma nova era de modernidade.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota "sim".

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco encaminha o voto "sim" e pede o encaminhamento para toda a base do Governo, Sr. Presidente.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB vota "sim".

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*



Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
A base vota “sim”.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “sim”, para trazer para a formalidade mais de 80 milhões de trabalhadores brasileiros que hoje vivem na informalidade.

Nós queremos dar emprego aos quase 14 milhões de desempregados que o Governo do PT colocou na rua. Queremos fazer um Brasil melhor para os nossos trabalhadores, para o povo brasileiro. Queremos que a economia volte a crescer, que os investidores acreditem em um novo Brasil, para que possamos gerar emprego, gerar investimentos e termos as nossas famílias, os pais e mães de famílias, com recursos para sustentar seus filhos.

É por isso que o Democratas vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste, esta é a votação do mérito do projeto, a votação mais importante que nós temos nesta noite.

É importante que cada um em sua casa possa observar o voto de cada Deputado e de cada Deputada. Conforme eles votarem aqui, vamos saber quem está do lado dos interesses dos trabalhadores, contra a precarização, por melhores condições de trabalho, pelo respeito ao trabalhador, e quem está votando de acordo com aquelas emendas que foram feitas pela Confederação Nacional da Indústria,



pela Confederação Nacional do Transporte, aquelas emendas feitas pela FEBRABAN, pela FIESP. Aquelas emendas foram feitas por esses...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. CARLOS ZARATTINI - O PT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota "não".

Como vota o PSDB?

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vai votar "sim".

Porém, eu gostaria de acrescentar que a bancada já se reuniu, Sr. Presidente, e determinou que nós estamos fechando questão favoravelmente ao projeto relatado pelo nobre Deputado Rogério Marinho.

Digo mais, estamos convictos, estamos do lado certo. Obviamente que aqueles que estão do outro lado são os que estão do lado errado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra pelo PSD.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apenas quero aqui, em nome do nosso partido, fazer uma manifestação.

Eu observo que os partidos de esquerda estão a todo instante chamando o povo para um ato público no dia 28. É bem verdade que muitas pessoas até vão à praça porque têm o direito, mas eu não acredito que, em qualquer lugar do País,



alguém haverá de recepcionar quem manteve o PT desmantelando o Brasil e cortando emprego do nosso trabalhador brasileiro.

É claro que nós, da Base, não gostaríamos de votar absolutamente nada disso.

Mas estamos fazendo-o com um ato de coragem para salvar empregos, atrair empresas, melhorar a economia, garantir, sim, o direito do emprego e do trabalho.

Discurso fácil e mole chamado “o abraço do afogado”. Vão para as praças no dia 28 que eu quero ver como é que vocês vão ser recepcionados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votar este projeto, assim como foi votada a PEC que congelou o dinheiro da educação e da saúde e deixou frouxo o dinheiro para pagar juros e a dívida lá fora, continuar votando os projetos de interesse deste Governo, que só prestigia os donos daquele pato grande da FIESP de São Paulo, é um ato não só de ousadia, mas de muita coragem e de cara-de-pau vir dizer que está legislando e trabalhando pelo povo brasileiro.

O PDT nunca se acovardaria de vir denunciar aqui neste plenário para Brasil esse afronte, essa grosseria que está se cometendo nesta noite, como em várias outras noites.

Hoje se rasga a CLT, amanhã quer se retirar a Previdência, uma conquista histórica dos brasileiros e das brasileiras.

Sr. Presidente, hoje nós simplesmente vamos deixar o dedo para dizer...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?



A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSB vai encaminhar “não” ao mérito da reforma. (*Palmas.*)

O SR. AUREO - O Solidariedade, Sr. Presidente, para encaminhar “não”.

A SRA. TEREZA CRISTINA - Calma, Sr. Presidente, eu não acabei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode acabar.

A SRA. TEREZA CRISTINA - Existe um recurso pedindo para não fechar a questão no partido que não foi julgado ainda. O partido encaminha “não” à reforma trabalhista.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, o PHS.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. AUREO (SD-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o solidariedade vota “não”,

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo em um mundo mais moderno. E nós estamos votando aqui a modernização das leis trabalhistas. Não tem nada a ver com a reforma previdenciária, vamos dividir as duas votações. Nós do PTB concordamos que o mundo mudou e nós temos que atualizar a CLT, que é de 1943, com 74 anos de atraso.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Muda o Brasil agora!

O SR. WILSON FILHO - Mas também entendemos que alguns pontos do relatório do Relator, Deputado Rogério Marinho, não são da concordância de vários Deputados do PTB. Por isso, o próprio PTB apresentou dois destaques sobre o trabalho intermitente, sobre a contribuição sindical optativa e não obrigatória. Eu,



como Deputado Federal da Paraíba, e o PTB, nos destaques, vamos nos posicionar nesses pontos e também em outros pontos importantes para os trabalhadores do Brasil.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Muda o Brasil agora!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, mais do que nunca, nesta noite, a história justifica a greve geral.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Muda o Brasil!

A SRA. ALICE PORTUGAL - Porque, na ditadura militar, muitos direitos foram vilipendiados de uma vez só. Essa reforma trabalhista fere de morte as conquistas legais — as conquistas que criaram jurisprudência nos Tribunais do Trabalho nas negociações coletivas — arrebenta os sindicatos e faz a desproteção social.

Por isso, o PCdoB, honrando a sua história, diz um retumbante “não” a esse projeto! E vamos à greve geral!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria informar à Mesa, já orientando, que, quando ali disseram “*A base do Governo vota ‘sim’*”, cabe deixar claro que o PHS não faz parte da base do Governo. Então, a partir de agora, quem estiver na mesa não se arvora em dizer que o PHS é da base. O PHS é democrático.

Cito a Executiva Nacional: conversamos com o Presidente ontem. Nós somos sete Deputados, respeitamos a individualidade de cada um. O partido não fechou questão. Os Srs. Deputados têm divergências.



Agora, quero deixar claro para a imprensa nacional e para os Deputados que o PHS não faz parte da base. Eu, Deputado Givaldo Carimbão, voto contra, mas o PHS libera, por conta da democracia que existe no partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, falo pelo PSC: neste momento chegamos à sublimação de várias semanas de trabalho, de quase uma centena de audiências públicas e de uma percepção e sensibilidade à toda prova da parte do Relator, para capturar, captar e colocar no seu relatório aquilo que julgou, e que nós estamos agora aqui votando, e que é o mais importante tema para os trabalhadores do Brasil.

Entendo, Presidente, que isso não é bom para os sindicatos, não é bom para muitos escritórios de advocacia de direitos trabalhistas, mas é muito bom para o trabalhador neste momento de novos paradigmas nas relações da sociedade, e, em particular, nas relações trabalhistas.

O PSC vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quanto ao PPS, Presidente, nós entendemos o momento importante que o Brasil vive, a necessidade de reconstrução do nosso País, da geração de oportunidades, de emprego.

(Não identificado) - Vamos votar, Sr. Presidente!

O SR. ALEX MANENTE - Nós precisamos nos adequar a essa modernização que existe, para podermos gerar novas oportunidades.



Por isso, o PPS entende a importância do relatório que foi feito e posiciona-se favoravelmente a essa matéria, respeitando, obviamente, a individualidade dos Parlamentares que votarão contra.

O PPS vota “sim” a essa reforma importante que acabará com a contribuição sindical, que acabará com vários benefícios que prejudicam o estímulo de emprego e renda no País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL afirma o seu convicto “não” ao golpe da agressão à proteção trabalhista. O PSOL diz não à mentira que afirma, descaradamente, que o desemprego é fruto do excesso de leis protetivas do trabalhador. O PSOL diz não à individualização da negociação trabalhista e consequente fragilização das categorias menos organizadas, mais fracas. O PSOL diz não a essa terceirização ampla, geral e irrestrita que se quer impor. O PSOL diz não à “empresariação” da negociação do trabalho e aos grupos econômicos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede votará “não” ao substitutivo, a esta subemenda substitutiva global que generaliza a terceirização e que vai levar à demissão milhões de trabalhadores brasileiros que serão recontratados depois sem os direitos que hoje têm.

Nós dizemos “não” também à sabotagem e à inviabilização da Justiça do Trabalho. Nós dizemos “não” à contratação de trabalhadores autônomos de forma



contínua e exclusiva que não ganharão 13º salário, que não terão férias remuneradas, entre outros direitos. Nós dizemos “não” ao tratamento do trabalhador como criminoso e à tentativa de impedir que o trabalhador possa ir à Justiça reclamar os seus direitos.

Por tudo isso, a Rede votará “não” a esta proposta, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB, logicamente, vota “não”. O PMB é totalmente contrário à reforma trabalhista. Somos totalmente contrários à reforma da Previdência. Uma está ligada a outra, e não adianta dizer que não. A reforma trabalhista rasga a CLT, precariza os direitos do trabalhador, impede o acesso do trabalhador à Justiça, enfraquece o Ministério Público do Trabalho, enfraquece a Justiça do Trabalho, torna absurdamente o bico padrão, como modelo oficial no nosso País. Isso é o chamado trabalho intermitente. O trabalhador fica à disposição do empregador, recebe por horas trabalhadas sem vínculos e sem direitos, ou seja, permite a contratação por apenas algumas horas ou alguns dias por semana e favorece a exploração do trabalhador.

Com certeza, vai garantir mais lucro às empresas e vai enfraquecer os sindicatos, pois o que vai mandar é o negociado. O negociado vai estar acima do que está na lei. Isso é um verdadeiro absurdo.

Por isso, o PMB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero alertar este Plenário de que, diante desta sessão ilegal,



esta votação, se vitoriosa por parte da base do Governo, vai colocar lenha e fogo na greve geral de sexta-feira. Depois não venham reclamar da reação dos trabalhadores deste País.

Essa greve geral já teve a sensibilidade inclusive de vários artistas, como Gal Costa, Elymar Santos, que adiaram os seus shows em respeito à greve geral. É bom que homenageemos esses artistas, que neste momento contribuem para esse movimento contra as reformas.

A Igreja, os bispos, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a OAB, a Justiça do Trabalho, que aliás está sendo eliminada nesse projeto... Vocês estão alugando a força de trabalho por um preço vil, vocês estão arrebatando com 117 artigos da CLT, vocês estão enterrando a CLT no dia de hoje.

Nós votaremos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado João Derly, V.Exa. quer falar antes ou durante a votação? V.Exa. tem direito de escolher.

O SR. JOÃO DERLY - Pode ser durante a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Governo?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção dos colegas, das colegas.

Durante todo esse processo, durante todo o dia, nós conversamos de forma ampla com todos os Líderes — os Líderes da base e os Líderes da Oposição.

Estamos chegando a um momento da votação que é importante. Eu queria até olhar para o Líder Zarattini e outros companheiros para dizer primeiro que vamos afastar uma questão preliminar.



Desde o início desse processo, o desejo — posso testemunhar que não é só meu, mas também de outros Parlamentares — é votar essa matéria nominalmente, porque nós temos a convicção daquilo que estamos votando. Nós não estamos nos escondendo de nada. (*Palmas e apupos.*) Temos plena convicção disso, porque entendemos que é uma matéria diferentemente daquilo que está sendo posta, que atrasa o País.

Mas não vou adentrar no mérito. Vou adentrar no procedimento. No procedimento, Sr. Presidente, ficou acordado, depois de conversar com todos os Líderes...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não ficou. Não teve essa resposta de acordo, não. Vocês não responderam o acordo.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Então, V.Exa. está rompendo o acordo, Deputado? Eu vou votar o que V.Exa. me cobrou há pouco.

O SR. IVAN VALENTE - Votação nominal de todas as emendas.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Eu conversei aqui com vários Líderes. Vou nominá-los. Conversei com os Líderes Carlos Zarattini, Alessandro Molon, com o Deputado Ivan Valente, que esteve comigo, com outros Líderes, com as Deputadas Alice Portugal e Jandira Feghali. Consultei também os Líderes da base, porque não iria tomar uma decisão sem os Líderes da nossa base também para construir um acordo de procedimento. Várias vezes a televisão pôde mostrar esse acordo de procedimento, que foi construído. Inclusive fomos consultar V.Exa. também, Sr. Presidente.

Trata-se de votarmos esta matéria, no mérito, nominalmente...



(Não identificado.) - Não, não é assim...!!!

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Foi esse o acordo. E votar três destaques... a Oposição escolher três destaques para votarmos nominalmente, retirada a obstrução para que possamos avançar na noite de hoje e até a hora que for necessário se concluir a votação desta matéria. E amanhã, pela manhã, estaremos votando a Medida Provisória nº 752, sem obstrução.

Foi isso o acordado. E votando ainda nominalmente o destaque do PSD que aqui acordamos com a base para votar.

Foi esse o acordo de procedimento feito. Estou relatando aqui, pedindo o testemunho dos Líderes que estiveram comigo e que assim acordaram.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Carlos Zarattini.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente,...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer que o nosso objetivo principal, e é bom que agora o Governo concorde com ele, é exatamente permitir que a população brasileira, que o povo brasileiro, que os trabalhadores, que os sindicatos, todas as pessoas, possam saber exatamente a posição de cada um dos seus representantes. Muito bom que o Governo depois de horas concordou conosco dessa forma.

O nosso objetivo aqui, e é bom ficar claro a todos que estão nos ouvindo, é exatamente saber a opinião de cada Deputado no mérito desta questão e nos destaques que foram apresentados pela Oposição.

Nós temos seis destaques e vamos discuti-los, debatê-los e marcar posição neles.



Nós fizemos um acordo por esta razão: para dar o direito ao povo brasileiro de conhecer a posição de cada Deputado e de cada Deputada. Trata-se de um acordo de procedimento, porque nós discordamos do primeiro ao último artigo deste projeto de lei e queremos que ele seja rejeitado nesta Casa.

Queremos que o povo, principalmente o que vai às ruas no dia 28, saiba exatamente, em cada Estado do Brasil, a opinião do seu Deputado e da sua Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria...

O SR. LAERTE BESSA - Vamos para o pau, Sr. Presidente! Vamos amanhecer aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por favor.

Aumentem o som.

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria neste momento...

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu voto contra a reforma trabalhista, Sr. Presidente!

O SR. IVAN VALENTE - Sr. Presidente, a votação neste momento será nominal de qualquer forma.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Paulo Pimenta vota "não"!

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB vota "não", sem qualquer acordo no mérito.



O SR. IVAN VALENTE - Aqui nós estamos falando o seguinte: que a proposta da Oposição...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- A Deputada Maria do Rosário vota “não” junto com o PT, pelos trabalhadores e trabalhadoras!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não é possível que V.Exas. não podem deixar o Deputado falar!

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Assis Carvalho vota “não” a este absurdo!

O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos votar, vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Robinson, eu não consigo enxergar o Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, neste momento, nós combinamos com o Líder Aguinaldo Ribeiro, que ficou de dar uma resposta formal sobre os destaques e a medida provisória.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Wadih Damous vota “não”.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É uma resposta formal a V.Exa.

O SR. IVAN VALENTE - E não houve a resposta formal até que nós chegássemos a uma votação nominal.

O SR. WADIH DAMOUS - “Não” aos vendilhões que estão vendendo aqui a classe trabalhadora.



O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Deputado Ivan Valente, eu respeito V.Exa. e seus cabelos brancos.

O SR. WALDENOR PEREIRA (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Waldenor Pereira vota “não” a este projeto que golpeia de morte os trabalhadores brasileiros!

O SR. IVAN VALENTE - Na verdade, quero dizer que cada Deputado não seja covarde e ponha o nome e a sua digital contra os trabalhadores!

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Deputado Ivan Valente, eu dei a ele a posição oficial, depende do Deputado Alessandro Molon.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “não”!

O SR. IVAN VALENTE - Todas as emendas deverão ser votadas também!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - O povo unido jamais será vencido! É Greve Geral na sexta-feira!

O SR. IVAN VALENTE - Não tenham medo de colocar suas digitais! No dia 28, vamos levar os nomes de todos que votaram contra os trabalhadores brasileiros...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com o PSOL, não há acordo. Eu quero saber...

O SR. WEVERTON ROCHA - Eu quero fazer uma pergunta ao Líder do Governo.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, eu quero fazer um esclarecimento.



O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta ao Líder Aguinaldo.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, eu invoco aqui o testemunho do Deputado Alessandro Molon.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- A Deputada Benedita da Silva vota “não”.

O SR. PEDRO UCZAI - Isso é um crime contra o povo brasileiro!

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu comuniquei ao Deputado Ivan Valente que V.Exa. queria votar a MP na noite de hoje, e o Líder Ivan Valente não aceitava.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARTHUR LIRA - Nós comunicamos a ele que a MP ficaria para amanhã de manhã, por votação nominal e sem obstrução. O Deputado Alessandro Molon testemunhou.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Caetano, da Bahia, vota “não”.

O SR. LAERTE BESSA - Sr. Presidente, não vamos fazer acordo com essa corja, não!

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta ao Líder Aguinaldo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado João Daniel vota “não”!

O SR. PEDRO UCZAI - Hoje, vão assaltar os trabalhadores deste País.



O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós nunca tivemos nenhum tipo de dificuldade em dialogar, e V.Exa. sabe disso, mas o Líder do Governo não pode dizer que conversou com todos os Líderes da Oposição, porque ele não conversou comigo.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Marco Maia vota “não”.

O SR. WEVERTON ROCHA - Então, o PDT não participou desse acordo, nós não tivemos nenhuma resposta nem encaminhamento formal.

O SR. ARTHUR LIRA - Está resolvido, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON ROCHA - Então, nós não participamos do acordo. Isso é para que fique claro, porque quando nós damos a palavra, nós a cumprimos.

O SR. ARTHUR LIRA - Já está resolvido, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON ROCHA - Não foi feito acordo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há acordo, é isso?

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Décio Lima vota “não”.

O SR. WEVERTON ROCHA - Ele não nos procurou, nós não conversamos.

O SR. ALCEU MOREIRA - Vamos votar! Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há acordo?

O SR. WEVERTON ROCHA - O colega Carlos Zarattini vai falar pelo partido dele, ele não vai falar pelo nosso.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Valmir Prascidelli vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Weverton Rocha...



A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- A Deputada Margarida Salomão vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Weverton Rocha, vamos por parte. O Líder do Governo propõe quatro votações nominais na noite de hoje e a votação da medida provisória amanhã sem obstrução, mas com quantas votações nominais forem necessárias.

Eu quero saber se V.Exa., por causa do horário, concorda com essa proposta. É Sim ou não. É simples. Se for “sim”, tudo bem. Se for “não”, não.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT não concorda.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós vamos votar, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Vamos votar sem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação a Subemenda Substitutiva Global.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis à Subemenda Substitutiva Global permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ.) - Verificação nominal!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP.) - Verificação!

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF.) - Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação conjunta.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

(Manifestação no plenário: Sim! Sim! Sim!)

(Manifestação no plenário: Não! Não! Não!)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia.) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Derly, para uma Comunicação de Liderança, pela Rede.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, diante de inúmeros processos judiciais, não dá para dizer que realmente não existe problema nas questões trabalhistas.

Na nossa leitura, o Governo enviou um projeto que tinha diversas partes discutíveis. Agora, as alterações do Deputado Rogério Marinho, Relator do projeto, modificam mais de cem artigos da CLT. E um dos pontos mais importantes dessas alterações, que acabou até prejudicando pontos que talvez fossem bons, é a jornada de trabalho.

Deixa de ser computado, na jornada de trabalho, o tempo despendido para se chegar ao local de trabalho, quando o transporte for oferecido pela empresa por estar localizada em local de difícil acesso não alcançado pelo transporte público.

Essa questão vem sendo fortemente criticada por representar um aumento da jornada de trabalho para os trabalhadores que precisam percorrer grandes distâncias para chegar ao local de trabalho e retornar dele.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Vamos encerrar a votação!



O SR. JOÃO DERLY - Ainda é preciso fazer uma ressalva. Há aqueles trabalhadores que, muitas vezes, gastam muito mais tempo nas grandes metrópoles. Também esse tempo não é computado na jornada de trabalho.

E o substituto permite, através de acordo individual por escrito e acordo de convenção coletiva... Até o acordo de convenção coletiva é suportável. Mas o acordo individual, num processo que, em muitas categorias, funciona muito bem, o 12X36, faz com que, nessa negociação, se dispense a necessidade de licença prévia das autoridades competentes para a realização da jornada de 12 horas de trabalho nos casos de atividades insalubres, que é exigido para qualquer caso de extensão de jornada nessas condições, fora o fato de que isso tira força do poder de negociação do trabalhador.

A outra flexibilização da jornada de trabalho é a instituição do trabalho intermitente. Na terceirização, há os contratos temporários com 120 dias prorrogáveis por mais 120 dias. Para que a criação do trabalho intermitente?

Então, nesse caso, o trabalhador será remunerado por hora trabalhada, não podendo ser inferior ao valor de horário de salário mínimo.

É evidente que se trata de situação extremamente precária de trabalho, que compromete a segurança financeira mínima do empregado, que não possuirá garantias ou controle sobre o período de trabalho e, portanto, sem remuneração.

Também a criação do teletrabalho, que tem a ausência do emprego do local de trabalho, e inviabiliza o controle da segurança do trabalho, e pode acarretar um aumento de incidência de doenças laborais e acidentes. Não adianta estabelecer que as empresas devem orientar seus empregados. Não vai adiantar nada.



Também a proposta altera a jornada de trabalho no regime parcial de trabalho, e será ampliada para 30 horas semanais. Então, a grande maioria dos trabalhadores, por exemplo, telemarketing, limpeza, fábricas têm uma jornada de 6 horas diárias, 5 dias na semana. Isso fecha certinho as 30 horas. Para quê? Para que possam aí ser colocados e tendo menor proteção dos seus direitos.

Entrando na terceirização, a proposta traz algumas alterações importantes até, como a alimentação garantida dos empregados, do contratante, quando oferecida em refeitórios, direito de utilizar o serviço de transporte, enfim, outras questões importantes. Mas, não deixa claro a equivalência dos salários dos trabalhadores. Isso que deveria ser o mais importante neste caso.

Entrando em acordos e convenções coletivas ... Sr. Presidente, peço ...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para encerrar, Deputado. Tem outros

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY - Então, entrando em acordos e convenções: o intervalo de jornada de 30 minutos na jornada superior a 6 horas. Um absurdo. O pacto contra a jornada de trabalho, observados os limites constitucionais. A única coisa que garante as 220 horas mensais.

Podemos falar também do enquadramento do grau de insalubridade e da prorrogação da jornada em ambientes insalubres sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho. Isso não pode ser feito por acordo. Com relação à modalidade de registro de trabalho, vamos voltar ao livro ponto, que é outro absurdo.



Por fim, a assistência do respectivo sindicato perante a autoridade do Ministério, o trabalhador ficará mal, vai acabar assinando qualquer coisa. Diante disso, a Rede tem se manifestado contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de passar a palavra ao Líder Ricardo Tripoli, ao Líder Julio Lopes e ao Deputado Júlio Delgado, vejo aqui o Deputado Afonso Florence, a quem estava procurando no plenário — isso é importante porque se refere à nossa relação de amizade.

Quando a Oposição subiu aqui nós tivemos um momento mais tenso, e eu, de fato, empurrei com o braço o Deputado Afonso Florence. Eu me excedi. Peço a S.Exa. desculpas.

V.Exa. sempre foi um Líder de muito bom diálogo comigo, quando fui Presidente pela primeira vez. V.Exa. é muito correto. Peço a V.Exa. desculpas, de público. Pode ter certeza de que isso não vai se repetir. (*Palmas.*)

O SR. AFONSO FLORENCE - Eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que é comum na Casa Parlamentares se manifestarem em diferentes oportunidades, com diferentes Presidentes, a favor ou contra posições do Governo. De fato, quando me dirigi à Mesa, V.Exa. me disse que não convinha. Eu respondi a V.Exa. que iríamos fazer uma manifestação e depois desceríamos. Ao ser empurrado por V.Exa., não retribui a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade.

O SR. AFONSO FLORENCE - Eu fiz questão de fazer a minha manifestação, como os meus colegas estão fazendo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei disso.

O SR. AFONSO FLORENCE - Agradeço V.Exa. ter antecipado. Quando V.Exa. se retirou, eu esperei um momento oportuno. Não é obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei.

O SR. AFONSO FLORENCE - Eu acho que não é a intenção de V.Exa., a minha e a da Casa que essas situações impeçam que o Deputado se pronuncie. Eu estava fazendo... Não há nada no Regimento que me impeça de fazer o que eu fiz. Eu considero que o que está em votação é tão importante que me levou a ter um tipo de atitude que não é regra minha.

Por isso, eu agradeço, acato as suas desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE - Mas quero deixar registrado que o meu ato foi em função do mérito da questão, um protesto que eu fiz, em nome das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Tripoli, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

Depois falarão os Deputados Júlio Delgado e Julio Lopes, por 1 minuto.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Partido Social Democracia Brasileira, eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar V.Exa. pela maneira como tem conduzido os trabalhos até agora. V.Exa. tem demonstrado de forma ativa, de forma republicana a condução dos trabalhos nesta Casa.



Quero cumprimentar os Líderes da base que tentaram até o último instante um acordo para que pudéssemos ter procedimentos, não de mérito. E, como sempre, a Oposição preocupada com o seu discurso isolado, com o seu discurso viúvo, fica aqui obviamente colocando questões que não são, segundo eles, modernas.

Mas eu queria lembrar V.Exas. às Sras. e Srs. Deputados, principalmente que estão aqui,...

(Manifestação no plenário: Deputados estão apitando.)

... e aqueles que estão apitando, não sei por onde estão, o Deputado Rogério Marinho, Relator dessa matéria, dizia-me que, lá pelas tantas, verificando a CLT, e obviamente isso não é cumprido por nenhum juízo, e provavelmente nem arbitrado por nenhum advogado e nenhum assistente que acompanha as ações trabalhistas, na CLT tem um artigo específico que diz o seguinte: “Toda mulher casada quando tiver que demandar contra uma empresa necessita da anuência do marido”. É como se fossem os bens dotais do Código Civil antigo. Isso constava da CLT e é um dos artigos que está sendo subtraído pelo Relator.

Se isso não é moderno o que é moderno?

Democracia, dizem aqui, e eu vi várias pessoas nos seus depoimentos que havia um desmonte da CLT, uma pauta do subjugamento da questão da CLT.

Ou seja, o modelo falido da Presidenta Dilma Rousseff, se estivesse valendo até hoje nós estaríamos agora pedindo recursos ao Fundo Monetário Internacional ou vendendo ativos do Brasil. Nós estamos modernizando para atender ao trabalhador.



Quem deixou mais de 12 milhões de desempregados não foi este Governo, foi o Governo anterior que não teve a responsabilidade, sequer nas eleições, de mostrar como era a situação do Brasil. E, hoje, nós estamos pagando um preço caro. Nós da Situação sabemos que o preço é caro, mas nós temos a honradez de dizer à população. Eles não explicam isso. Apenas dizem com um “sim” demagógico, porque eles sabem que jamais isso será cumprido. E é o que faz aqui a Oposição: vende algo que não pode entregar à população, e não vai entregar porque não tem condições.

Mais do que isso, o que nós estamos falando em termos de democracia? Ora, ganha-se com a maioria, respeitados os direitos de uma minoria.

O que nós fizemos em termos democráticos? Mais de 700 pessoas foram ouvidas! Universidades filantrópicas e sindicatos foram ouvidos. Cinco Estados foram visitados pelo Relator, e oito foram visitados pelos membros da Comissão.

Eu quero ver e perguntar aqui — não me responderam até agora — quantas audiências públicas se fizeram de projetos do Governo anterior? Uma, duas, três, no máximo!

Neste projeto da reforma do trabalho foram feitas 16 audiências públicas, exaustivas, quando todos tiveram oportunidade de participar. Todas as bancadas foram visitadas, e foi levado o Presidente da Comissão com seus membros e com o Relator, para que todos pudessem opinar, e todos puderam opinar.

Agora o que querem? Democracia é só quando vem da parte contrária, quando é a base que apresenta não é democrático. Isso não é democracia! Isso é imposição! Isso é ditadura! Isso é fascismo, como foi dito aqui!



Nós não podemos abrir mão do direito daqueles que nos trouxeram aqui para esta Casa! Nós viemos para cá com o compromisso de tocar o Brasil para frente. Nós temos responsabilidade, e dela nós não abrimos mão!

O PSDB está junto, está unido com as bancadas de sustentação do Governo, para que nós possamos dar um rumo ao nosso País.

Iniciamos com a reforma trabalhista, que agora se apresenta. Já passamos pelo teto, já passamos pela terceirização. O Brasil dá grandes sinais de recuperação, os juros estão baixando, a inflação também, o PIB melhora: 1,5%, o que demonstra crescimento econômico.

E vem aqui alguém ainda falar em modernismo? Falar que esse projeto é para gerar capital? Eu faço uma pergunta: como é que se gera emprego sem gerar capital? Qual é a fórmula que existe? Ninguém subiu a esta tribuna ou à tribuna da oposição para dizer como é que se gera emprego sem capital! Esse discurso dos ianques imperialistas está superado, ele já é coisa da história, de 30, 40 anos atrás. Sem capital não se gera emprego. E nós temos que ter isso muito claro.

Nós temos consciência da nossa responsabilidade, da responsabilidade que nos trouxe a este Parlamento. Nós representamos as pessoas que querem ter emprego, que querem ter garantia de poder exercer a sua função e não que fiquem subjugados a alguns poucos sindicatos, cerca de 16 mil, que existem hoje no Brasil e que controlam com mão de ferro esses sindicatos.

Perguntem às pessoas. Eu hoje perguntei a alguns jornalistas aqui se estavam contentes com os seus sindicatos. Todos me disseram que não, porque não aguentam mais.



Não se iludam. Essas ameaças que são feitas de que nós não voltaremos aqui por conta dessa votação é um ledão engano. Quem não voltará mais aqui são aqueles que defendem o atraso, defendem a questão retrógrada, defendem a questão ultrapassada daquele trabalho que já não existe mais, a da imposição. Sem capital não há emprego. E nós estamos lutando para que haja capital e para que haja emprego. Nós não abriremos mão disso.

A Socialdemocracia veio a este Parlamento para mostrar à sociedade que nós lhe somos fieis e que não estamos traindo nossa responsabilidade. Os que estão na Oposição, não. Fazem proselitismo, fazem populismo, como fizeram na campanha eleitoral. Hoje, nós entendemos porque tinham votos para eleger um Presidente da República. E aí está: a demagogia e o populismo nos levaram à bancarrota.

Nós vamos consertar isso. Nós vamos dar uma nova direção às coisas. E, com certeza, a aprovação desse projeto já dá sinais de que o Brasil se recupera. O Brasil está indo para frente. O Brasil não caminha para trás. Nós não olhamos em retrovisores, como a Oposição olha, com rancor, com ódio, com mágoa.

Nós queremos um Brasil moderno, um Brasil alegre, um Brasil festivo. Nós queremos que as pessoas tenham orgulho de dizer que são brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes.

Antes, falará o Deputado Júlio Delgado, por 1 minuto.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos nesta Casa me conhecem — aqueles que estão no primeiro mandato ou aqueles que, como V.Exa., têm mais de um mandato. Já divergimos. Já



falei deste microfone, já falei da tribuna, mas eu falo às claras. Posso ter sido, Sr. Presidente, justo ou injusto, mas sempre falei às claras sobre todas as minhas posições nesta desta Casa. Justa ou injustamente, eu fui à tribuna, eu fui ao microfone, inclusive durante todo o momento em que a bancada do PSB vivia um problema de definição de partido, de um sentimento da bancada.

A movimentação do Governo Temer de trocar três Ministros de Pernambuco e um do Rio Grande do Sul para alterar quatro votos num projeto de lei, que, para ser aprovado, precisa de maioria simples, demonstra fraqueza. E demonstra claramente que queria atingir o PSB, queria atingir a alteração dos votos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JÚLIO DELGADO - É isso, Sr. Presidente.

Eu agradeço a atenção e a deferência de V.Exa.

O Deputado Júlio Delgado votou “não”, com a orientação do partido, contra essa reforma trabalhista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PP.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a sua Presidência esta noite e também cada Deputado e cada Deputada que está neste recinto hoje, principalmente aqueles da Oposição, por quem tenho admiração e respeito.

Quero citar aqui nominalmente o Prof. Chico Alencar, de quem tive a honra de ser aluno e já citei algumas vezes, por quem tenho uma admiração grande; quero citar aqui o Deputado Afonso Florence, por quem igualmente tenho admiração, a



Deputada Benedita da Silva, o Deputado Bohn Gass, o Deputado José Guimarães e tantos outros nomes da Oposição, por quem tenho grande admiração e respeito, mesmo que essa admiração e esse respeito não me sejam recíprocos, porque assim é.

Estou muito feliz nesta noite, Sr. Presidente, de estarmos aqui prestando serviço ao Brasil. Essa nossa atividade criminalizada, aviltada e desrespeitada hoje serve ao Brasil um discussão que tem fundamento: a atualização ou não das normas trabalhistas que regem o trabalho no Brasil.

É fato que todos nós aqui tenhamos as ideias que temos. Somos propositores do bem para o Brasil e para o seu povo. Nenhum desses políticos que aqui está quer o mal de qualquer trabalhador brasileiro ou de qualquer cidadão. O que queremos é uma sociedade forte e cidadãos fortes, com mais oportunidades e com mais chances.

Por isso, Sr. Presidente, quero saudar cada cidadão e cada Deputado da Situação. Ao mesmo tempo, saúdo cada Deputado da Oposição. Deputado Glauber Braga, Deputada Luiza Erundina, ainda que não tenham o mesmo respeito e admiração por mim, tenho por suas histórias e trajetórias grande respeito.

Deputado Arlindo Chinaglia, é exatamente por que há o debate de ideias, o confronto ideológico de pensamento e de atualização nesta Casa que se produz aqui para o bem do Brasil. É exatamente por isso que também quero parabenizar cada Deputado que trouxe, nesta noite, uma cruz, porque ela significa, sim, o enterro do atraso, o enterro de uma lei que faz 40 anos e que precisa, sim, ser modernizada. De 1942 aos dias hoje são 65 anos que precisam ser modernizados, reciclados para o bem do Brasil. Que cada caixão desse que foi trazido a este plenário signifique,



sim, o enterro do entendimento do trabalhador como alguém hipossuficiente, alguém que não é capaz de lutar por suas próprias ideias, convicções e oportunidades.

O trabalhador brasileiro amadureceu ao longo de toda essa trajetória, com o PT, com o Fernando Henrique, com todos que aqui chegaram. É por isso mesmo que ele tem hoje que ser alforriado e tutelado por sindicatos dos quais ele não quer ou não decidiu fazer parte. Temos que dar aos trabalhadores a oportunidade de decidir se querem ou não se sindicalizar e pagar aos seus sindicatos, porque isso é moderno, é cidadão. Isso dá a cada um o direito de melhor decidir e empreender por suas próprias vidas.

E este Parlamento está sim de parabéns, porque, embora criminalizados nas ruas, embora aviltados em cada esquina, nós somos os trabalhadores da legislação do Brasil e nos compete debater e atualizá-la sim. Temos que entregar ao Brasil um texto mais moderno, mais capaz de incluir as centenas de milhares de brasileiros que estão à margem da lei, que estão à margem da legalidade, dos impostos, da cobertura da legislação trabalhista, da cobertura da Previdência, porque não podem e não têm como fazê-lo, porque não têm como custeá-lo.

O posto de trabalho no Brasil custa imensamente mais caro do que no resto do mundo inteiro, e isso não é desenvolvimento. Hoje essas cruces e esses caixões, neste plenário, enterram o atraso da tutela, enterram o atraso do que não serve mais ao País. Entregarmos a oportunidade de trabalhadores, homens livres, mulheres livres, de empreender carreiras e soluções para um Brasil que será mais próspero, que será mais competente, que será mais produtivo.

Temos taxas absolutamente aviltantes de produtividade. Será, Deputado Baleia, que conseguiremos mudar a produtividade do País se não mudarmos as



leis? Será que teremos um país mais próspero se não mudarmos esse ambiente de tutela, em que o trabalhador, sem querer, é obrigado a contribuir para um sindicato que não queira, Deputado Chico? Não é razoável.

Quando aprendi história sobre a sua regência, aprendi que o homem deve desejar ser livre, empreender e lutar por sua liberdade.

Eu acho que aqui, entre nós, há muito debate, muitas acusações, muita luta, mas, sobretudo, há a visão de empreender o bem para cada brasileiro e cada brasileira. É o que vamos legar nesta noite, Sr. Presidente, seja qual for o resultado desse embate. Que enterremos hoje aqui essa desnecessária e absurda criminalização da política; tenhamos nós todos mais altivez; tenhamos nós todos mais coragem de dizer a esses procuradores, que salvaram, sim, o Brasil de um sequestro de competitividade, de legalidade, fizeram o sequestro do Brasil da corrupção, esses salvadores da Pátria, que estão de parabéns, mas não precisam criminalizar dessa forma a atividade que empreendemos aqui, porque também somos homens de bem. Acusados, indiciados ou não, nós temos de ter a presunção da inocência e aqui trabalhar pelo bem do Brasil, para empreender leis e serviços melhores para a população. É o que estamos fazendo hoje.

Por isso, dou os meus sinceros parabéns a cada elemento da Oposição, mesmo que não os queira receber de mim, mesmo que não tenha respeito pelo respeito que tenho a eles. Aqui coloco que é absolutamente fundamental recuperarmos a institucionalidade desta Casa, discriminalizarmos a nossa atividade, tão aviltada. Não tem razão de não sermos mais considerados homens ou mulheres de bem. Estou aqui vocacionado, estou aqui porque cada dia minha vida decidi



servir ao Brasil e aos seus cidadãos. Sou professor e me dediquei — e me dedico — a formar pessoas.

Sr. Presidente, é exatamente por isso que falo aqui com essa veemência, porque hoje formamos pessoas, formamos brasileiros mais fortes, trabalhadores mais capazes de se representar e de se defender. Leis mais atuais darão os instrumentos modernos para que cada empresa, cada microempresa, cada microempreendedor individual faça um Brasil mais forte, um Brasil mais livre, um Brasil mais próspero.

O Presidente Temer teve sim coragem, porque podia ficar encastelado ou escondido no seu Palácio, defendendo apenas o seu mandato, e se propõe a defender a modernidade do País, se propõe a defender a modernidade das leis, ainda que lhe custe a pouca popularidade que ele tem. Portanto, bota sim sua vocação pública e seu serviço a bem do Brasil.

É isso, senhoras e senhores. Quero saudá-los, quero parabenizá-los. Não permitamos mais a criminalização indevida e absurda da nossa atuação, quer seja aqui, quer seja nas ruas.

Que se faça a greve na sexta-feira, porque esse é o direito de todos! Que vão às greves! Que mobilizem o País! Que nós tenhamos força institucional e de Governo para mostrar que estamos fazendo o melhor e que entregaremos um país mais próspero, melhor para o futuro, para nossos filhos e netos!

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Delegado Edson Moreira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.



O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho observado, nesses últimos dias, nesses últimos meses, nesses últimos anos, uma dicotomia com relação à oposição que fazem neste plenário.

Eu vi um membro da Oposição saudar, reverenciar o Nicolás Maduro lá na Venezuela. Esse Parlamentar do Partido dos Trabalhadores saiu daqui do Brasil e foi à Venezuela reverenciar Nicolás Maduro.

E mais, Sr. Presidente, falou que ele era um ótimo Presidente, falou maravilhas de Nicolás Maduro! Nicolás Maduro está matando a população venezuelana no tiro, na fome e na falta de tudo!

Agora, essas pessoas que foram reverenciá-lo, que mandaram dinheiro para a Venezuela para fazer o metrô, para matar a população venezuelana, vêm aqui defender, dizendo eles, os direitos trabalhistas da população brasileira. Eles não têm condições de defender nem o direito deles... Eles saem daqui, do Rio Grande do Sul, e vão à Venezuela saudar Nicolás Maduro, que está matando a população... Eles mandaram dinheiro para Cuba e vêm aqui querer defender uma lei que já está arcaica, que precisa ser modernizada.

O Parlamento brasileiro tem que pensar o seguinte: 13 milhões de desempregados, mais 8 milhões de desempregados formais — que também são desempregados, mas são trabalhadores informais, que estão na informalidade —, com isso, há aproximadamente 25 milhões de brasileiros sem carteira assinada, sem nada.

Agora, vem uma legislação moderna para o País para gerar empregos, e essa turma, que vai lá puxar o saco do Maduro, esse pessoal que manda dinheiro, que



rouba o País, depena as empresas brasileiras, acaba os empregos aqui no Brasil, deixa 25 milhões de desempregados e fala que está defendendo o trabalhador.

Muito pelo contrário, Sr. Presidente. Eles enterraram o País, deixando-o nessa situação. Agora, quem tem que consertar somos nós e apanhar por isso. Está acabando o imposto sindical que era obrigatório. O sindicato chegava ao cartório, registrava-se como sindicato de determinada categoria. Às vezes, nem tinha aquela profissão, arrecadava milhões e gastava a seu bel-prazer, solapando mais ainda a população brasileira.

Vamos acabar com essa boca que eles faziam com o País. Vamos tentar consertar esse buraco negro que 14 anos de Governo do Partido dos Trabalhadores deixou no País. Um buraco negro, 25 milhões de desempregados! A roubalheira espalhada pelo País, tanto interna quanto externa.

E agora, com isso, contaminou-se tudo. A fruta ruim contaminou todas as outras frutas.

Então nós estamos aqui hoje, como em outras votações já estivemos, para consertar o que esse pessoal fez com o País. Esse pessoal acabou com o País.

Dia 1º de janeiro de 2003, eu estava com várias pessoas quando o Presidente estava tomando posse. Estava todo o mundo chorando porque um trabalhador estava tomando posse no País, em 1º de janeiro de 2003.

Eu falei algo naquele dia, em 2003. O pessoal deve estar me ouvindo agora. Eu falei: *“Olhem, vocês estão chorando aqui agora, mas vocês vão chorar depois.”*

Em 2005 veio o mensalão, e agora veio o petrolão. E choraram e acabaram com o País. O que aconteceu? Acabaram com o País. E agora nós vamos tentar consertar isso.



Portanto, Sr. Presidente, que venham mais reformas, desde que sejam necessárias. Reforma da Previdência, *never!* Nunca! Mas esta reforma é necessária!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação. Mais alguém quer votar?

O SR. ALIEL MACHADO - Encerre, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Alguém não votou? (*Pausa.*) Alguém ainda quer votar? (*Manifestação no plenário: Não!*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 296;

NÃO: 177.

A SUBMENDA FOI APROVADA.

Estão prejudicados a proposição inicial e as emendas, ressalvados os destaques.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Não alcançaram o quórum constitucional! Não alcançaram o quórum constitucional nem na reforma trabalhista! Vocês vão ser derrotados na reforma da Previdência!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esta Presidência deixa submeter a voto, nos termos do §6º, do art. 189, do Regimento Interno, as emendas apresentadas na Comissão, de nº 14, 35, 37, 39, 45, 88, 110, 138, 167, 198, 260, 325, 360, 451, 525, 619, 634, 660, 668, 821 e 844 por ter recebido parecer pela inconstitucionalidade, da Comissão Mista.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO



O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa sexta-feira, dia 28 de abril, comemora-se o Dia Mundial da Educação, por isso venho aqui hoje reforçar o meu compromisso e empenho em conseguir investimentos e trabalhar para que toda a população tenha acesso à educação de qualidade.

Desde quando fui prefeito em Guararema, tive a educação como uma das minhas prioridades e por isso como deputado, instalei em 2015 a Frente Parlamentar Mista de Investimentos Federais na Educação. Composta por 209 deputados federais, 15 senadores e com o apoio do deputado estadual André do Prado, a Frente busca responder às demandas dos municípios dando mais força para que importantes projetos prosperem.

Com o objetivo de melhorar a formação da população, apresentei indicação que sugere a criação da Universidade Federal da Região do Alto Tietê - UFATE; e consciente da importância de que a educação seja acessível a todos e do importante trabalho desenvolvido pelas APAEs, indiquei mais de R\$ 5 milhões para essas entidades, que são exemplos de atendimento qualificado e especializado.

Como representante da população, é o meu dever e guardo como um dos meus maiores compromissos dedicar-me à educação, respondendo às necessidades dos municípios e apoiando instituições que desenvolvem ações nessa área.

Lutar pela educação de nossas crianças, mais que trabalhar pelos seus futuros é trabalhar pelo futuro de todo o nosso país!

Muito Obrigado!

O SR. STEFANO AGUIAR (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo



orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia do Trabalho transcorre em 2017 num ambiente de incerteza e desafio. De um lado porque, em consequência da prolongada crise econômica, faltam empregos no mundo todo; de outro, porque a crescente sofisticação tecnológica ameaça eliminar muitas atividades tradicionais e as vagas que elas hoje proporcionam.

Mais de 200 milhões de pessoas estão desempregadas no Planeta, segundo a ONU.

No Brasil, temos 13,5 milhões de desempregados, conforme o IBGE.

Enquanto isso, estudo realizado por professores da Universidade de Oxford aponta que quase 64% dos empregos no mundo estão ameaçados pelas novas tecnologias e poderão desaparecer nos próximos anos.

Ou seja: a par do justo regozijo pelo 1º de Maio, uma data comemorativa reconhecida e celebrada na maioria dos países, temos que aproveitar o momento também para refletir sobre o presente e o futuro do trabalho.

Como repor as vagas perdidas desde 2008, quando a economia internacional começou a dar sinais de esgotamento que se prolongam até hoje?

Como abrir espaço para os jovens, que estão entrando no mercado e enfrentam taxas de desemprego até três vezes maior que a dos adultos?

Como eliminar as diferenças no emprego entre homens e mulheres, o que, calcula a ONU, poderia aumentar o PIB mundial em US\$ 12 trilhões até 2025?

Obter respostas e soluções para isso constitui um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas: “até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual



para trabalho de igual valor”.

Tomara que os esforços nesse sentido sejam bem-sucedidos, Senhor Presidente, pois não pode haver sociedade justa e realmente desenvolvida se grandes contingentes da população permanecem à margem do mercado de trabalho, ou trabalhando na informalidade, ou ainda, em condições vulneráveis.

A Organização Internacional do Trabalho usa há vários anos o conceito de “trabalho decente” como ponto de convergência de suas iniciativas por respeito aos direitos, promoção do emprego, extensão da proteção social e fortalecimento do diálogo social. Nessa mesma linha, considera que assegurar trabalho decente é condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

Meus votos neste 1º de Maio são, portanto, de que todos tenham, efetivamente, direito a um trabalho decente, para benefício de cada um e o bem do País.

Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no Programa Á Voz do Brasil.

Parabéns aos trabalhadores brasileiros por essa data!

Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sempre que pensamos em obesidade, imaginamos que o país que mais enfrenta este problema é os Estados Unidos. E, de fato, por conta da alimentação, fast foods, por lá a ocorrência é alta.

No entanto, para cada cinco brasileiros, um é obeso e mais da metade da



população está acima do peso ideal.

Na semana passada foi divulgada a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - Vigitel, realizada pelo Ministério da Saúde, que mostra que a prevalência da obesidade no Brasil aumentou em 60% desde 2006, passando de 11,8% neste ano, para 18,9% em 2016. O excesso de peso também subiu de 42,6% para 53,8% no período.

Entre as causas estão fatores econômicos e culturais, mas também genéticos e hormonais.

O caso é que, por conta da correria do dia a dia, as pessoas estão preferindo comer lanches rápidos e nem sempre saudáveis. Entre três adultos, apenas um consome frutas e hortaliças em cinco dias da semana. Segundo a Pesquisa, o consumo regular de feijão, diminuiu de 67,5% em 2012 para 61,3% em 2016. Na faixa etária dos 18 aos 24 anos para a dos 25 aos 44 anos o excesso de peso aumentou consideravelmente. Sendo obesidade o Índice de Massa Corporal (IMC) igual ou maior que 30 kg/m² e excesso de peso IMC igual ou maior que 25 kg/m².

Por incrível que pareça, o aumento da renda familiar também contribui para o aumento da obesidade. O Instituto Data Popular preparou uma pesquisa sobre o tema que revelou que a renda da classe média, ou seja 56% da população, cresceu 71% entre 2005 e 2015, sendo que a renda dos 25% mais pobres foi a que mais aumentou. A classe C passou a poder comprar produtos que antes não cabiam no seu orçamento.

Outro fator que colabora para a obesidade da população é a genética. Herdamos de nossos antepassados a genética da retenção de calorias. E o aspecto cultural, que associa a gordura à saúde, ajudou muito a desenvolver este quadro.



Além do mais a dieta pode ser fundamental para o aumento de peso. O Guia Alimentar para a População Brasileira é uma ferramenta do Ministério da Saúde para enfrentar a obesidade, oferecendo recomendações sobre alimentação saudável e consumo de alimentos in natura ou minimamente processados.

Ainda segundo a Vigitel o consumo regular de refrigerante ou suco artificial caiu de 30,9% em 2007 para 16,5% em 2016, algo positivo. Porém a meta do Ministério da Saúde é reduzir em 30% o consumo de refrigerante pela população adulta até 2019 e aumentar em 17,8% o consumo de frutas e hortaliças.

Para finalizar, creio que muitos de nós já discorreram sobre isso, mas a obesidade faz muito mal à saúde e é um dos colaboradores para o aumento da diabetes e hipertensão. Cujos diagnósticos médicos passaram, da diabetes de 5,5% em 2006 para 8,9% em 2016 e o de hipertensão de 22,5% em 2006 para 25,7% em 2016. Em ambos os casos, o diagnóstico mais prevalente é em mulheres.

Creio que o primeiro passo para o combate é a informação. A população precisa ser bombardeada com políticas públicas que conscientizem para este fato e, realmente, desencorajada a se alimentar em fast foods ou semelhantes.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. JOZI ARAÚJO (Bloco/PTN-AP. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta Tribuna agradecer aos membros da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, pela aprovação recente do meu parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 558/16. Este projeto representa a chancela do Congresso Nacional ao acordo



firmado entre os governos do Brasil e da França, assinado em 12 de dezembro de 2013, sobre o programa “Férias-Trabalho”.

O Acordo firmado tem o objetivo de propiciar a jovens brasileiros e franceses visto de permanência de até um ano no território do outro Estado para fins primordialmente turísticos, com possibilidade de exercer, a título acessório, emprego. O visto temporário, denominado “Férias-Trabalho”, será expedido de forma gratuita. O Acordo convencionou que as partes estabelecerão, a cada ano, a quantidade máxima de participantes autorizados a usufruir do presente programa.

Senhores deputados, senhoras deputadas, em meu relatório, no qual pedi a aprovação do projeto, salientei que o Acordo firmado pela República Federativa do Brasil e a República Francesa tem como público alvo jovens adultos de 18 a 30 anos de idade, que pretendam conhecer mais de perto a cultura e a vida do outro país, mantendo contato mais próximo com a sua população por meio do turismo. Acredito que a experiência de se relacionar culturalmente, somado à oportunidade de desenvolver o domínio da língua francesa e exercer uma atividade remunerada em outro país é enriquecedora, e é certo que contribui muito para o crescimento pessoal e profissional de quem a vivencia.

Consideramos, meus caros colegas, que o Acordo firmado entre o Brasil e a França proporcionará oportunidade de crescimento cultural e profissional a centenas de jovens brasileiros, e traz em seu bojo a oportunidade de formarmos brasileiros para atender ao mercado cada vez mais globalizado. Por outro lado, os jovens franceses poderão usufruir da mesma forma desse intercâmbio, uma vez que os direitos e deveres previstos no Acordo são recíprocos, não trazendo privilégios para quaisquer partes.



Por considerar inestimável para o nosso País o ganho de aprendizagem que terão todos aqueles que forem beneficiados a partir deste Acordo é que pedi, em meu relatório, a aprovação deste projeto, que agora seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Espero que lá possa ser aprovado de forma célere e seguir para o Plenário. Temos que pensar em criar oportunidades para os nossos jovens, e este Acordo possibilitará diversas oportunidades para quem for beneficiado pelo programa “Férias-Trabalho”. Vamos aprovar logo este Acordo, caros colegas. Nossos jovens têm pressa em conseguir novas oportunidades de aprendizagem e de emprego.

Senhor Presidente, aproveito para pedir a veiculação deste pronunciamento nos canais de informação da Casa e também na “Voz do Brasil”.

Meu muito obrigada.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria, publicado no Jornal Pequeno.

Ação do PCdoB junto ao STF pode barrar Reforma Trabalhista

Gostaria de registrar que hoje a bancada do PC do B na Câmara ingressou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender a votação da Reforma Trabalhista na Câmara. A Mesa Diretora não poderia ter votado a matéria quando ainda haviam três medidas provisórias trancando a pauta. Há, de acordo com o entendimento da Casa, algumas exceções para que isso ocorra, mas o projeto não se enquadra nesta regra. Como se trata de Direito



Trabalhista, o tema não pode “furar” a fila das Medidas Provisórias.

Na terça - feira (25.04.2017), fiz uma questão de ordem para a presidência da Casa sobre o assunto e obtive como resposta que o projeto se enquadra no Direito Civil. Portanto, poderia ser votado nesta quarta-feira, 26. Nosso entendimento é que a pauta está trancada.

Além do pedido de suspensão da sessão que trataria do PL 6787, a ação pede que, caso a liminar seja dada posteriormente, a deliberação feita seja anulada. A Mesa cometeu um ato ilegal, por isso fazemos este pedido duplo. Há um atropelo nos procedimentos e não podemos tolerar isso.

Por fim, a Comissão Especial que analisava o PL 6787 votou o texto-base na terça-feira (25). O substitutivo de Rogério Marinho (PSDB-RN) recebeu mais de 400 emendas, mas o relator manteve os principais pontos, como trabalho intermitente, prevalência do negociado sobre o legislado, jornada de trabalho de até 12 horas diárias, fim da exigência da contribuição sindical.

Era o que tinha a dizer.

VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 26 de abril, às 22h32min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 6.787, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

SEM SUPERVISÃO

Número Sessão: 094.3.55.O Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Data: 26/04/2017

Montagem:

(Encerra-se a sessão às 22 horas e 31 minutos.)